

# cadernos do terceiro mundo

# 19

Palestina:  
Solidariedade mundial

DEZEMBRO 1979 — 40\$00 KZ 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — ANO II N.º 19

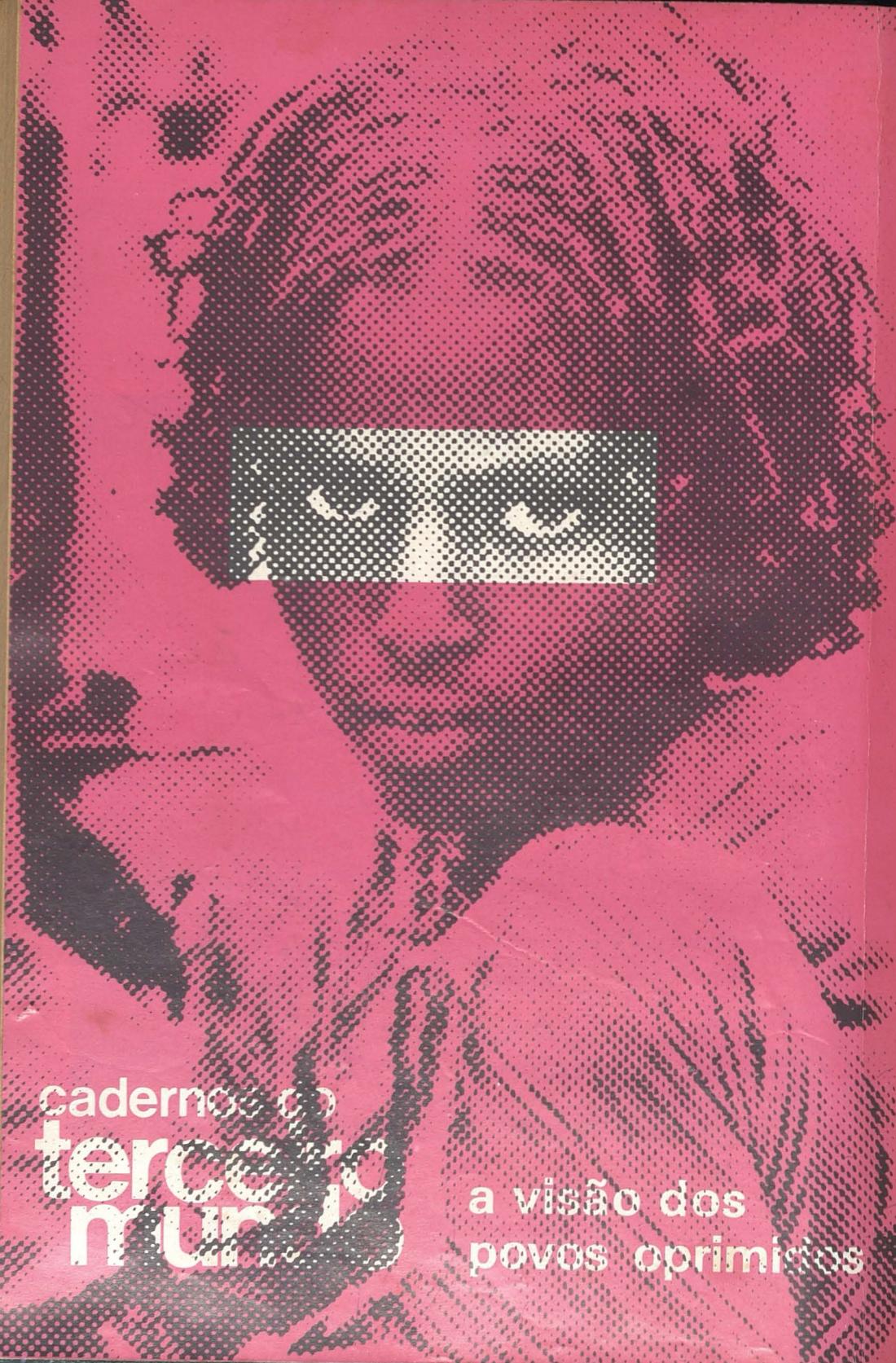
cadernos do



Agostinho Neto,  
pensamento vivo  
na Angola independente



## AMÉRICA LATINA: UM NOVO POLO DE PODER?



**cadernos do  
terceiro  
mundo**

**a visão dos  
povos oprimidos**

# nesta edição

## cadernos do terceiro mundo

### EDITORIAL

#### A CONFERÊNCIA DE OAXACA

- 23 guatemala  
38 costa rica  
41 resoluções

### ÁFRICA



- 46 angola — independência — Fernando Piteira Santos  
50 agostinho neto — Neiva Moreira  
59 Índico  
62 seychelles — entrevista com Albert René — Beatriz Bissio  
66 moçambique — agressão rodesiana — Envaldo Hipólito  
71 áfrica do sul — ameaça nuclear — Julius Mader

### AMÉRICA LATINA

- 74 nicarágua — um novo país — Roberto Remo  
88 equador — programa de governo  
92 belize — a máfia em ação

### MUNDO ÁRABE

*cadernos do  
terceiro  
mundo  
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ  
GEP 20.021 - Tel. 242-1957*



- 97 solidariedade com a palestina — José Carlos Vieira e Carlos Pinto Santos

### PANORAMA

### ECONOMIA

- 123 nova ordem internacional  
ALMANAQUE



Publicação Mensal — N.º 18 — N.º 19 — Dezembro de 1979

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo»  
e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 35

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerônimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano I — n.º 6

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 19

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administracão: Erne Pádua

Reacção: Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, João Escadinha  
e Mário Osava

Colaboram neste número:

Etevaldo Hipólito, Fernando Piteira Santos, José Carlos  
Vieira, Julius Mader, Palomo e Reinaldo Reinaud.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique), Novembro (Angola) e Prisma Internacional (Cuba).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

## distribuição

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praça Farinha Leitão, 27, Luanda. BELICE: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdiano do Livro, Rua 5 de Julho, cidade da Praia. COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal, San Pedro Montes de Oca. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdoba 601 y Mendiburu Guayaquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, García 420 y 6 de diciembre, Quito. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libre, 220 W, 14th St, N.Y. 10011. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRA-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco. Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6 Roma — Usitca, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vozeadores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacao 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amalia Marin esq. ave. González, Rio Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez, 41, Santo Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultura Popular. SUÉCIA: Wenergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Espafoles, S.A. Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

## ASSINATURAS

### Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

### Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique,  
Cabo Verde, Guiné-  
Bissau e S. Tomé e  
Príncipe

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

### Restantes países

US\$ 17.00

## correio

### murteira

Refiro-me em particular ao tipo de análise de Mário Murteira no seu excelente artigo "FMI: A ameaçadora dívida externa", publicado pelos *Cadernos*.

*P. Lernoux, Bogotá, Colômbia.*

### críticas

Gostaria que tratassesem com mais frequência (e de forma menos simplista, como até aqui) temas como as questões nacionais, etnografia, tribalismo, etc. Penso que são importantes para uma compreensão da realidade do Terceiro Mundo.

*Henrique Andrade, Lisboa, Portugal.*

### união

Por fim, não sei das possibilidades de unir os leitores da Revista para intercambiar informações entre si e formularem campanhas específicas internacionais sobre assuntos terceiromundistas.

*Malcolm Greenwood, West Yorkshire, Inglaterra.*

### identificação

Atendendo a que os *Cadernos* se identificam com a libertação de todos os povos explorados na sua luta contra o imperialismo, espero que continuem a incentivar cada vez mais a informação e formação destinadas aos povos revolucionários em luta pela liberdade na África, América Latina e Ásia.

*Carlos Meneses, República Democrática de São Tomé.*

### portugal

Gostaria de ler algum artigo, de autor progressista português, sobre a minha ideia de Portugal, apesar de geograficamente integrado na Europa, ser essencialmente um país do Terceiro Mundo.

*António Vilashoas, São Paulo, Brasil.*

# México e Lisboa, pontos fulcrais

São três os temas principais deste número: Agostinho Neto, a causa palestina e importante conferência de Oaxaca. No primeiro, prestamos mais uma homenagem ao grande estadista angolano, no segundo damos uma completa cobertura à Conferência de Solidariedade que teve lugar em Lisboa, e no terceiro, fazemos uma completa resenha daquele que, subseqüindo-se à Cimeira da Havana, tem uma importância toda especial para o Mundo, no esboçar de mais um pólo de poder.

Oaxaca foi, ao nosso ver, um marco na definição e no posicionamento da América Latina face ao saque efectuado pelas transnacionais e à institucionalização de uma Nova Ordem Internacional. A nossa equipe do México, país onde se deu o importante acontecimento, dá-nos quadros, perspectivas e possibilidades reais de mudança na conjuntura mundial diante de um trabalho conjunto em prol dos povos oprimidos do Terceiro Mundo.

A Conferência de Lisboa de solidariedade à causa palestina revestiu-se de particular importância, não só pela qualidade dos seus participantes, pessoal e politicamente, como pelo facto de se ter transcorrido na Europa, no Portugal pós-25 de Abril. Como se a presença de Yasser Arafat, por si só, não dissesse dessa importância.

Trazemos também aos nossos leitores uma entrevista feita por Beatriz Bissio ao presidente da República das Seychelles, Albert René, um artigo assinado por Etevaldo Hipólito sobre as agressões sofridas pelo povo moçambicano dos racistas rodesianos, e um excelente trabalho feito por Roberto Remo sobre a nova Nicarágua.

Além do já habitual panorama do Mundo, falamos da ameaça nuclear que paira sobre a África, mercê do recém-adquirido poderio da África do Sul, das ligações da máfia norte-americana e a suja política de Dean Lindo, ex-primeiro-ministro de Belize, e Fernando Piteira Santos escreve-nos sobre Angola, quatro anos depois da independência.

Na área da Economia, a equipa lisboeta resume em curta nota, a recente reunião havida em Lisboa, e patrocinada pela Presidência da República, sobre a Nova Ordem Mundial, reunião essa que contou, entre outras, com a presença do Director Geral da UNESCO, Amadou M'Bow.

E mais uma vez, informando, perseguimos a nossa meta de formar.

O EDITOR:

# Coreia do Sul: o fracasso da feitoria transnacional

O assassinato do ditador da Coreia do Sul, general Park Chung Hee, no passado dia 26 de Outubro, põe um drástico fim à autocracia de 18 anos por ele personificada, mas não permite ainda visualizar as modificações a curto prazo que provocará dentro do sistema imposto ao país.

Tanto a eliminação do general-presidente como a sua sucessão, se processam dentro da cúpula militar que controla a república desde o golpe de Estado dado por Park em Maio de 1961.

Os protagonistas pertencem ao mesmo círculo: o assassino de Park foi o general Kim Jae-Kiu, chefe da Agência Central de Informações Coreana (KCIA, cópia, até no nome, da CIA norte-americana). Nomeou-se como presidente interino, aquele que foi primeiro-ministro de Park, Choi Kiu-Ha, e juntamente com este, o poder está nas mãos do general-administrador da Lei Marcial e dos generais titulares das principais guarnições militares do país.

Serão estes generais que, em última instância, deverão aprovar a fórmula que eles e os núcleos económicos nacionais e internacionais que controlam a Coreia do Sul elaborarem para o próximo período. Os órgãos formalmente instituídos para dar uma fachada democrática ao país, nomeadamente a Assembleia Nacional, somente terão a função de aprovar as decisões tomadas pela cúpula.

A oposição legal, o Novo Partido Democrático, não será levado em conta nesse debate, apesar de ter obtido a maioria dos sufrágios nas últimas eleições. A Constituição que Park fez aprovar, à margem da Lei, concedeu-lhe a faculdade de nomear pessoalmente um certo número de parlamentares — superior à maioria opositora. E foi assim que esta, depois da sua vitória nas urnas, viu-se como sempre perseguida e silenciada, até ao ponto de, a 4 de Outubro, a Assembleia ter

## editorial

---

expulso do seu seio o líder do NPD, Kim Young-Sam, culpado por ter elevado o tom de voz nas questões que levantava à ditadura.

Numerosas interpretações puseram em evidência o facto de na morte de Park terem estado em jogo as rivalidades individuais dentro de um regime corrupto e despótico, e que por detrás do ajuste de contas surgirá uma nova condução, que prolongará a situação existente. Mas, apesar das diferenças pessoais reais, que neste caso chegaram à eliminação física entre membros de um mesmo regime, afloram os sinais de uma crise profunda dentro do modelo implantado dentro da Coreia do Sul.

Este modelo é semelhante ao de outros países-feitorias do Terceiro Mundo, que subordinaram totalmente as suas economias às empresas transnacionais. São arquétipos dessa fórmula: Taiwan, Singapura e a própria Coreia do Sul, para não mencionar os numerosos imitadores que, com menor sorte, procuraram segui-los.

No exemplo específico da Coreia do Sul, sob a rígida ditadura de Park, esta oferecia às transnacionais vantagens comparativas de uma mão-de-obra disciplinada e de muito baixo custo. Os grandes investimentos de capital e de tecnologia que essas empresas transferiram para o país, iam em busca dessas vantagens, na intenção, de ali, produzir produtos manufacturados baratos, e, por essa razão, altamente competitivos no mercado internacional.

Isso significa que, para reduzir os custos da produção, os salários são baixíssimos em relação aos países industrializados. Setenta e cinco por cento dos trabalhadores coreanos do sul ganham menos de cem dólares mensais, as mulheres a metade, e isto acontece somente nas grandes empresas. Os trabalhadores têm direito a uma semana de férias, e somente aque-

## editorial

les que trabalham para as principais indústrias gozam de assistência médica, visto não existir um sistema de assistência social à escala nacional.

Bastam esses tão sumários dados para se concluir que esse edifício sustentou-se sobre a super-exploração dos trabalhadores, e que estes sujeitaram-se a tais condições por imposição do repressivo governo de Park.

Foi esse o segredo do «milagre económico» da Coreia, que, em 1961, exportava 41 milhões de dólares, e que, em 1978, atingia a cifra de 12,5 mil milhões de dólares, exportações em 90 por cento compostas por produtos manufacturados.

No mesmo ano de 1978, o rendimento anual *per capita* era de cerca de 1250 dólares, o que colocava a Coreia entre os países semidesenvolvidos em termos estatísticos. Mas produziram-se entretanto fenómenos característicos do modelo de feitoria transnacional: as exportações significam hoje 35 por cento do Produto Nacional Bruto, que conformam uma excessiva dependência do exterior e uma potencial — e grave — ameaça no caso de cessar a expansão dentro da área capitalista.

Por outro lado, a concentração interna de capitais deu lugar a desigualdades impressionantes: o privilegiado um por cento da população recebe 43 por cento do rendimento nacional. O mal-estar social derivado desse único dado e da sua comparação com o salário dos trabalhadores não merece maiores comentários.

As raízes da presente crise encontram-se na interrupção da expansão capitalista, iniciada nos primeiros anos da década, e aprofundados nos últimos dois anos. A procura mundial não segue o ritmo esperado pelas transnacionais, e, pelo contrário, diminui. É impossível conter indefinidamente os salários dos coreanos nos níveis mínimos. Terão que haver reajustamentos salariais para impedir a extravazão popular, mas isso provoca uma crescente taxa de inflação (uma média

## editorial

anual de 18 por cento, desde 1973), enquanto se reduz à metade o ritmo de crescimento (de 12 para 6 por cento, no último ano).

Pode-se mesmo dizer que, pelo menos desde o início de 1978, o modelo estava abalado e requeria uma mudança, muito difícil de ser criada e executada sem alterações profundas. Foram aplicados planos de estabilização através de cortes drásticos de créditos, mas enquanto não se conseguiu travar a inflação (estimada para este ano num mínimo de 25 por cento), a restrição do crédito provocou a falência de numerosas médias e pequenas empresas, agravando o problema do desemprego.

Com a situação atingindo tal grau, era natural que dentro do *establishment* sul-coreano, e, portanto, na cúpula militar, se desse um debate em torno de duas linhas para abrandar a crise. Uma, a «moderada», que procurava a conciliação com a oposição legal, com o objectivo de obter um maior consenso para com o regime, que deveria liberalizar-se, apresentando uma válvula de escape para a pressão popular.

Na prática, não haveria obstáculos a essa primeira posição, já que a oposição legal do NPD, um partido sumamente moderado, que não propõe reformas de estrutura, só se limita a postular uma abertura democrática formal: liberdade dos presos políticos, fim da repressão, garantias para a actividade política, e uma reforma da Constituição que permita uma eleição realmente representativa.

A ala «dura» sugeria o contrário: mais descontentamento, mais repressão, mais crise, mais militarização. O contrário — sustinha —, seria abrir uma brecha através da qual uma pressão crescente terminaria por desmontar o sistema.

Na primeira fase desse debate, ganhou a linha «dura», dos que estavam com Park. Este ordenou a expulsão de Kim Young-Sam do Parlamento, e, com ele, afastaram-se sessenta e seis parlamentares do NPD.

## editorial

---

A reacção foi um rápido e valoroso desafio à ditadura. Além dos isolados e variados focos de descontentamento em diferentes pontos do país, em Pusan, a segunda cidade do país, os estudantes lançaram-se às ruas em frontal repto ao governo. Prevendo a extensão das manifestações, Park ordenou a ocupação militar dos centros rebeldes, e impôs a Lei Marcial em Pusan, Tegu e Masan.

Prevalecera a linha mais repressiva; mas dois dias depois da adopção dessas medidas, o chefe da *KCIA* assassinou o seu presidente, numa sinistra conjura palaciana.

Os antecedentes enunciados deram certa credibilidade à hipótese de que o chefe da *KCIA* se tornava intérprete da ala moderada da oficialidade, e também do desejo do governo norte-americano de que a península entrasse numa etapa de liberalização, por receio de que se reproduzisse neste país estratégico o acontecido no Irão ou na Nicarágua, onde ditaduras pessoais e pró-imperialistas foram varridos pelo povo e os países tirados da órbita de influência norte-americana.

A cautela — não isenta de contradições —, com que a cúpula dirigente tratou o assunto, não permite o esclarecimento do papel do executor de Park, as suas reais intenções, as suas vinculações com o governo norte-americano, os seus apoios internos, e quanto contaram os seus erros e as suas ambições pessoais no desenlace dessa tentativa que terminou com o seu julgamento.

Mas esses mistérios não são a questão de fundo. Desaparecido Park, o dilema da Coreia do Sul permanece o mesmo. O modelo de feitoria transnacional fracassou. O «milagre económico» esfumou-se, e com ele a projecção internacional desse modelo que os grandes centros capitalistas propõem ao Terceiro Mundo, como fórmula de desenvolvimento e de integração no sistema económico mundial.

E é esse o principal ensinamento que deixa a cruel e longa ditadura de Park.

---

# A Conferência de Oaxaca



*A reunião de 22 partidos políticos latino-americanos é, já de si, um acontecimento importante. Mas, muito mais significativo foi o nível de discussão, a amplitude na análise dos problemas latino-americanos e o carácter progressista do documento final do encontro.*

**Neiva Moreira**

**S**OB a égide de Benito Juárez, na sua Oaxaca natal — cidade mexicana hospitaleira e cheia de tradições e lutas populares — vinte e dois partidos políticos de quinze países da América Latina e do Caribe reuniram-se durante os dias 10, 11 e 12 do passado mês de Outubro, numa assembleia convocada pelo Partido Revolucionário Institucional, do México, para analisar em conjunto a situação internacional e, em particular, a situação latino-americana.

Numa região como esta, em que todo o esforço político, cultural e administrativo dos colonizadores e neocolonizadores procurava incentivar a divisão e o isolamento entre estes povos, uma reunião deste tipo era, já de si, um acontecimento relevante.

O importante, porém, foi o facto desta assembleia partidária se ter realizado num período histórico, marcado por grandes lutas libertadoras na América Latina, no Caribe e em todo o Terceiro Mundo, e no contexto de uma situação internacional muito diferente dos tempos em que Simón Bolívar, o génio visionário, e outros pioneiros de unidade destes povos, travaram as suas lutas e a sua ambiciosa aventura integração-nista.

A Conferência de Oaxaca foi marcada por uma preocupação realista, e, por isso mesmo, antidiplomática — animada pelos novos ventos que sopram na região, justificadores de um optimismo, ainda que cauteloso. Esse foi, sem dúvida, um dos factores que contribuíram para o seu êxito.

A nenhum dos delegados presentes — qualquer que fosse a sua definição sobre os caminhos a seguir, — escapou o facto de sobre o espaço geopolítico desta região se cruzarem grandes interesses, que não são os destes povos e que, pelo contrário, chocam-se com as suas aspirações de independência e de mudanças progressistas.

Em geral, os delegados revelaram maturidade política e conhecimentos da situação internacional e uma avaliação cada vez mais clara dos interesses e da problemática latino-americana. Em virtude disso, repudiaram todo o tipo de penetração estrangeira que ponha em questão os valores culturais da região, assim como as abertas ou subtis ingerências nos assuntos que exclusivamente competem aos latino-americanos. "A América Latina é e

continuará a ser responsabilidade dos latino-americanos", declarou o presidente do PRI, Partido Revolucionário Institucional, Gustavo Carbajal Moreno. "E ela deverá estar ao serviço do benefício dos latino-americanos", sublinha a declaração final.

## Mar das Caraíbas

Consequentes com a luta por um desarmamento geral e completo, fiéis ao cumprimento do tratado de Tlatelolco, convencidos da supressão dos enclaves militares no nosso Continente e de que ninguém pode arrogar-se o direito de atentar pelas armas contra as nossas soberanias nacionais, condenamos as medidas unilaterais ordenadas pelos Estados Unidos na região do Caribe, que ameaçam a paz e a estabilidade dos países da região. Afirmamos: que nenhuma decisão que possa afectar a região poderá ser tomada sem previamente terem sido consultadas as nações da região; reiteramos o carácter soberano dos povos sobre o seu território marítimo e as 200 milhas de mar patrimonial, e que estas medidas militares constituem uma grave violação a este princípio, bem como ao direito dos povos de exclusiva exploração dos seus recursos naturais; desconhecemos qualquer emenda unilateral que os Estados Unidos façam aos tratados do Canal do Panamá que impeçam a efectiva redução da presença militar no Canal.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Foi um facto evidente que a quase totalidade dos oradores condenaram, de uma maneira ou de outra, a política dos Estados Unidos — passada ou presente, — assim como a acção das empresas transnacionais. Assim, foi evidenciado a preocupação de que a cintura protectora da autodeterminação e da independência destes países estivesse a salvo de toda a



No aeroporto de Oaxaca um fraterno «bem-vindo» recebia os delegados estrangeiros.



O povo da histórica cidade mexicana de «Oaxaca de Juárez» acorreu ao aeroporto local para receber os delegados. Na foto, o dr. Carabajal, do PRI, rodeado de militantes e simpatizantes do seu partido.

ameaça. Foi neste contexto e com esse espírito que vários oradores se referiram às relações dos países da região com o resto do Mundo e, em particular, sobre as novas táticas de Carter e da social-democracia europeia em relação à América Latina.

A advertência do presidente do PRI — através de conferência de Imprensa com os jornalistas que cobriam a reunião, — foi clara e peremptória. Gustavo Moreno assinalou que a soberania das nações daquele hemisfério “não consegue contrariar a eficiência sem pátria das transnacionais, que parecem ser as únicas entidades a resolver o desafio da modernidade”. E acrescentou: “A América Latina ensinará as potências imperialistas que o problema é também de princípios e relação, de justiça e igualdade, de obrigações e direitos”.

O chefe da delegação do Movimento para o Socialismo (MAS), da Venezuela, senador Pompeyo Márquez, referiu-se ao que poderia denominar-se de exportação de modelos políticos extra-latino-ameri-

canos, elaborados em “centros de decisão alheados das realidades latino-americanas”. Duas grandes tendências que se enfrentam na Europa, a social-democrata e a democrata-cristã — recordou, — procuraram converter a Venezuela em trampolim para a acção proselitista dos demais países latino-americanos.

### A MILITARIZAÇÃO DO CARIBE

Os protestos da assembleia contra o incremento da presença norte-americana na região do Caribe, foram exemplo dessas preocupações. Um delegado jamaicano, do Partido Nacional do Povo, cujo presidente é o actual primeiro-ministro Michael Manley, Upeon Ropocham, aludi em diferentes oportunidades a essa situação. E chamou a atenção dos partidos presentes para a declaração conjunta dos Governos da Guiana, Granada, Santa Lúcia e Jamaica a propósito das medidas militares anunciatas por Carter para a área

do Caribe. Na aludida nota, esses governos expressam o "seu desejo e determinação de preservar a zona das Caraíbas como zona de paz, afastada da rivalidade entre as potências e repudiam qualquer medida que pudesse ameaçar a paz e a estabilidade na região".

Nesse sentido, o ex-presidente da Costa Rica e líder do Partido Libertação Nacional, Daniel Oduber, foi contundente na sua intervenção ao denunciar as acções militares norte-americanas, assinalando que era altamente perigoso que essa região se convertesse em cenário da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Vários foram os representantes que nas suas intervenções foram ao fundo do problema, asseverando que a ameaça militar norte-americana no Caribe está intimamente relacionada com as grandes alterações políticas que se verificaram nessa região. Essas actividades foram denunciadas, do mesmo modo, como uma forma de apoiar as actividades das transnacionais na região.

O presidente do Partido Independente de Porto Rico, Rubén Berriós, analisou o pano de fundo da ocupação da sua pátria. "Metade dos lucros obtidos pelas empresas transnacionais na América Latina saem de Porto Rico", afirmou. Ou seja, 2600 milhões de dólares, o ano passado. Sendo, além disso, Porto Rico o primeiro mercado latino-americano para as exportações dos Estados Unidos, com um volume de 4500 milhões de dólares em 1978. Berriós assinalou os problemas que enfrenta o povo porto-riquenho como consequência desta situação, para se manter latino-americano e conquistar a sua independência. Afirmou que "Porto Rico é uma fortaleza vital a latino-americana; a erva que o bode não mata".

Vários delegados expressaram as suas preocupações a respeito dos pontos críticos do Caribe: Porto Rico e Jamaica. As manobras para desestabilizar o Governo do Primeiro-Ministro Manley foram objecto de contundentes denúncias. E o delegado jamaicano, Dennis Williams, referiu que o Fundo Monetário Internacional (FMI) é um instrumento das pressões desestabilizadoras contra Manley.

## DEMOCRACIA: AVANÇOS E RETROCESSOS

O facto dos representantes partidários não se limitarem a declarações gerais, e se terem decidido a entrar na análise dos problemas da região, deu ao debate um grande vigor. O fortalecimento da democracia e, por acréscimo, a condenação das ditaduras da região, foi um tema sempre

## «impulsionar a democracia»

*A convocatória para a Conferência, feita pelo PRI do México, definia assim os objectivos e o programa do encontro:*

— Analisar a actual situação internacional e, em particular, a situação latino-americana, de modo a chegar a uma definição que permita caracterizar os aspectos fundamentais das nossas sociedades.

— Estabelecer, de acordo com critérios latino-americanos, as alternativas sociais, económicas e políticas que as condições da nossa região exigem.

— Estabelecer as linhas de coordenação que permitam assentar as bases de uma comunicação solidária e um compromisso crescente entre os partidos nacionalistas revolucionários e democráticos da América Latina, em luta pelo fortalecimento da vida democrática em cada nação do nosso continente.

Convidou-se a participar neste encontro os partidos democráticos e nacionalistas revolucionários, que têm representação nos seus Parlamentos e/ou nos seus poderes execu-

presente na discussão. Vários oradores reivindicaram uma redefinição de democracia, para que ela deixasse de ser uma palavra vazia e se convertesse num verdadeiro instrumento de libertação económica e social.

Os avanços realizados no Brasil, República Dominicana, Equador, Bolívia (ainda não se havia dado o golpe do general Natusch) e a histórica vitória revolucionária contra a ditadura somozista, fo-



Oaxaca: Aspecto da sessão de abertura. O cartaz do fundo afirma: «Nenhum dos nossos países será verdadeiramente livre enquanto o não forem todos os povos latino-americanos».

tivos e cuja divisa fundamental é o de impulsionar a democracia na região, para que a América Latina seja cada vez mais de e para os latinos-americanos.

## TEMA E MÉTODO DE TRABALHO

O tema da reunião deverá ser elaborado pelos participantes no encontro. Como proposta inicial, propõe-se o seguinte Método de Trabalho.

1 - Exposição das Delegações participantes acerca da sua perspectiva sobre a actual situação internacional, a situação latino-americana e as condições específicas nos seus respectivos países.

2 - Análise geral da situação internacional e das situações de cada um dos países que formam a América Latina.

3. - Proposta de alternativas de coordenação e planos de acção conjunta.

4. - Estabelecimento do programa geral e das linhas de apoio para a consecução dos objectivos.

ram analisados não só pelos delegados desses países como pelo conjunto da assembleia. Os representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), expressaram a sua confiança de que o processo de democratização no seu país seja irreversível, ainda que não tivesse deixado de denunciar os perigos que entravam esse processo.

Do mesmo modo, os representantes da Concentração de Forças Populares e da Esquerda Democrática, do Equador, ainda que com diferentes pontos de vista, referiram-se à consolidação da via democrática naquele país. E como que uma chamada de atenção muito realista, quase como que uma advertência, sobre a fragilidade dessas aberturas democráticas — rodeadas de transnacionais e baionetas, — realizou-se uma sessão de informação na reunião sobre o que nesses momentos se estava a passar na Bolívia, com o levantamento de algumas unidades militares da região do Oriente, ameaçando o Executivo e o Parlamento.

A Conferência enviou uma urgente mensagem ao Presidente Guevara Arce, da Bolívia, em apoio ao processo democratizador naquele país andino e aos dirigentes bolivianos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e do Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), ali presentes, solicitou-se que transmitissem ao povo boliviano o apoio dos seus irmãos na batalha pela democracia no seu país. Peña Gómez referiu-se à recente conspiração contra o Governo do Presidente António Guzmán, na República Dominicana, e afirmou que não surpreenderia se os conspiradores voltassem a tentar um golpe de Estado, já que o que conseguira descobrir até àquele momento seria só a ponta do iceberg.

Um largo debate teórico sobre a democracia e o socialismo iniciado pelo delegado brasileiro Herbet de Sousa, e também sobre os modelos socialistas que podem assegurar uma ampla participação democrática do povo, mostrou o alto nível de análise dos debates.

A presença na reunião de cerca de oito partidos com definições socialistas ampliou o interesse da discussão. Alguns delegados, como por exemplo Gerardo González Vernaza, do Partido Revolucio-

nário Democrático, do Panamá, consideraram que a definição de nacionalista, revolucionária, democrática e anti-imperialista da Conferência já por si abarcava um amplo espectro ideológico, mais afim com a etapa que vive o processo político latino-americano e do Caribe.

O documento final sintetizou os pontos essenciais do debate, no qual participaram não só os partidos que não têm uma definição socialista, como também aqueles que adoptam essa definição no seu programa conjuntamente com o pluralismo democrático.

As discrepâncias ideológicas entre os partidos presentes ou ausentes, mas que de algum modo expressam realidades do quadro latino-americano ou caribenho, não impediram realidades do quadro latino-americano ou caribenho, não impediram que se tomassem posições sobre problemas objectivos de outras nações, que implicam injustiças ou discriminações intoleráveis, e que, por isso mesmo, concitam o repúdio dos povos deste continente.

Isso verificou-se, por exemplo, no debate da moção apresentada pelo dirigente sandinista Lea Guido, Ministro do Bem-Estar Social da Nicarágua, contra o bloqueio económico norte-americano a Cuba.

A moção nicaraguense obteve um amplo apoio. Quando o deputado liberal colombiano, Jorge Eastman — recentemente eleito Presidente do Parlamento Latino-Americano, — interviu para sugerir que o exemplo concreto de Cuba não fosse mencionado, dado que para além do bloqueio existem formas mais subtils de discriminação contra as nações latino-americanas, outros campos, o plenário

reagiu. O Plenário admitiu que se pudesse procurar uma fórmula que estendesse a condenação a outras situações semelhantes, mas exigiu que o bloqueio a Cuba fosse expressamente denunciado.

Leonel Brizola, Presidente do PTB, afirmou que não se tratava de analisar naquele momento a situação cubana, mas de denunciar mais do que um abuso, um crime se está a cometer contra aquele povo. No mesmo sentido se pronunciou o seu companheiro de partido, Francisco Julião, que criticou severamente o bloqueio como expressão de "soberba imperialista".

## OS PROBLEMAS ECONÓMICOS

Mas não foram só os temas políticos ou institucionais que chamaram a atenção da Conferência. A situação económica latino-americana foi objecto, também, de ampla análise. O ex-presidente boliviano, Victor Paz Estenssoro, apresentou um quadro preocupante sobre o problema das matérias-primas latino-americanas, tema do qual é profundo conhecedor. Num âmbito mais global, referiu-se pormenorizadamente aos problemas que o seu país enfrenta quanto às manobras contra a estabilidade do mercado do estanho.

A discussão do documento na parte que se refere às transnacionais consumiu várias horas do plenário. O senador Jorge Kruischank, Secretário-Geral do Partido Popular Socialista, do México, referiu-se extensamente à crise económica internacional e às responsabilidades que dela cabem ao sistema capitalista. Recordou o



Da esquerda para a direita: o dr. Óscar Campero, Secretário de Assuntos Internacionais do PRI; Leonel Brizola, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro; o Comandante Tomás Borge, Ministro do Interior da Nicarágua; Gustavo Carabal Moreno, Presidente do PRI e Presidente da Conferência de Partidos Políticos latino-americanos; Peña Gómez, Secretário-Geral do Partido Revolucionário Dominicano e o Senador Jorge Cruicksank, do Partido Popular Socialista do México.

facto das reservas de ouro dos Estados Unidos não cobrirem mais de 20 por cento dos dólares que circulam internacionalmente, o que provoca uma grave distorção no mercado financeiro mundial.

Jorge Kruischank, advertiu sobre a necessidade urgente de renunciar a determinadas políticas que constituem limitações dos padrões de consumo das sociedades capitalistas industrializadas, mas que não têm qualquer justificação no mundo subdesenvolvido.

O dirigente do Partido Revolucionário Dominicano, Peña Gómez, o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Leonel Brizola, o representante do Partido Socialista dos Trabalhadores e outros oradores, reivindicaram uma mais vigorosa denúncia das transnacionais e suas agressões aos povos latino-americanos. O texto final da declaração, no capítulo dedicado às transnacionais, compromete os partidos signatários a "lutar pela concertação dos tratados internacionais para a defesa dos interesses latino-americanos face à expansão, ao abuso e à exploração das empresas transnacionais".

Os partidos presentes apoiaram a proposta do México exposta nas Nações Unidas pelo Presidente López Portillo, sobre o grave problema dos meios energéticos. Levando mesmo os delegados a alterar e ampliar a redação do texto original para realçar que no aproveitamento dos recursos naturais — sobre tudo nos energéticos, — os Estados da região actuarão com o máximo de respeito pela sua soberania.

---

#### LUZ E SOMBRA NA AMÉRICA CENTRAL

---

O tema centro-americano despertou grande interesse. Tendo sido muito destacada a participação da Nicarágua, que enviou a Oaxaca uma delegação de alto nível, integrada pelo dirigente da Junta de Reconstrução Nacional, Moisés Hassan, o comandante Tomás Borge, Ministro do Interior, a Ministra do Bem-Estar Social, Lea Guido e pelo embaixador da Nicarágua no México, Carlos Gutiérrez.

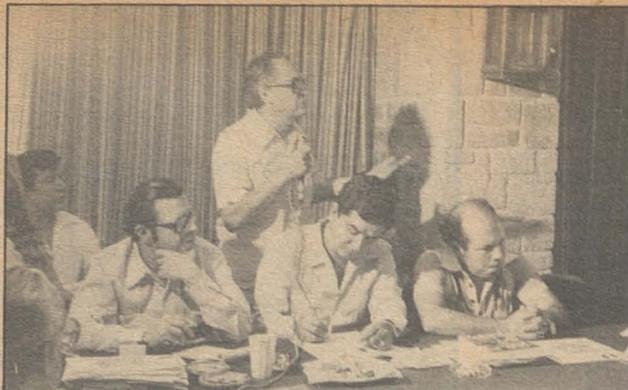
Na sua intervenção ante a Conferência, Moisés Hassan referiu-se ao contexto internacional contemporâneo, ao processo libertador na África e Ásia e ao ascenso

## Resolução sobre Porto Rico

Os partidos políticos latino-americanos subscritores reunidos em Oaxaca, México, em consonância com a posição de total e decidido repúdio a todo o tipo de colonialismo, e com a resolução do Comité de Descolonização da ONU referindo-se ao caso do povo irmão latino-americano de Porto Rico, que ainda não obteve a independência e continua sujeito a um regime colonial, declaram:

1. — Que o povo de Porto Rico é parte integrante e indissolúvel da América Latina.
2. — Que apoiam de maneira firme e inquebrantável a luta pela independência de Porto Rico.
3. — Que o apoio a essa luta será ponto prioritário na agenda de ação dos nossos partidos.
4. — Que repudiamos qualquer tentativa que procure manter através de subterfúgios, sob novas modalidades ou denominações, o povo porto-riquenho sob a actual condição colonial ou tentar a sua assimilação.
5. — Que repudiam a presença de enclaves militares em território latino-americano. Que, em consequência desta posição, se solidarizam com a luta do povo porto-riquenho contra a presença militar norte-americana na ilha-município de Vieques.
6. — Que uma vez recuperada a independência de Porto Rico, cooperarão na tarefa de ajudar esse povo irmão a reconverter a economia colonial numa economia livre; que apoiarão particularmente as reivindicações do povo de Porto Rico remanescentes de mais de 80 anos de exploração económica norte-americana.

Reiteramos a nossa convicção de que nenhum país latino-americano poderá considerar-se um povo livre até que todos os povos latino-americanos o sejam.



Carlos Gallardo Flores, do Partido Socialista Democrático da Guatemala, relata os monstruosos atentados contra os direitos humanos no seu país.

das correntes progressistas nos países ocidentais. "Asistimos a um despertar dos povos na luta contra a dominação", afirmou o dirigente nicaraguense, para depois se debruçar sobre os métodos de luta utilizados pelo povo nicaraguense no seu processo revolucionário. Moisés Hassan denunciou ainda as manobras que o imperialismo e os agentes remanescentes do somozismo estão a realizar, para procurar desestabilizar o governo revolucionário: "essas manobras, além de actos de subversão e sabotagem, procuram confundir o povo no vão intento de o lançar contra a revolução da qual ele foi principal protagonista".

Hassan referiu-se depois a um ponto muito importante da experiência nicaraguense: a unidade. Afirmando: "normalmente dá-se muito ênfase às lutas internas das forças progressistas nos nossos países e a eventuais divergências entre elas, esquecendo-se o inimigo principal que é o imperialismo. Essas divergências são sobredimensionadas pelo sistema transnacional de comunicações, que procura assim debilitar a organização e a resistência popular nesses países". "Isto sublinhou Hassan, mostra a necessidade não só de nos unirmos internamente, como de assegurar o nosso próprio sistema de comunicações, capaz de dar uma informação correcta da nossa realidade, diferente da que transmitem os meios de comunicação capitalistas".

O dirigente nicaraguense recordou então que a Frente Sandinista também havia estado dividida em três tendências, e que quando elas se uniram abriram caminho para a vitória, comprovando que as divergências são muito mais de forma que de fundo.

O comandante Moisés Hassan referiu-se a vários problemas latino-americanos concretos, principalmente da sua região, exigindo a evacuação dos enclaves militares estrangeiros, como por exemplo a base de Guantánamo, em Cuba. Retomando o tema das duzentas milhas de mar territorial, já abordado pelo ex-presidente da Costa Rica, Oduber, Hassan afirmou que o imperialismo pretende reduzi-las a apenas três as milhas patrimoniais, como instrumento de exploração dos povos oprimidos.

O tema da *unidade* esteve sempre presente nas intervenções nicaraguenses. E não só durante a sua participação no plenário, como no acto público de encerramento do encontro, no Teatro Macedonio Alcalé, de Oaxaca, onde Tomás Borge salientou que "a garantia da vitória na Nicarágua foi a unidade. Sem unidade não teria havido vitória. Para não capitul-

## Mensagem ao Presidente da República do Panamá

Os Partidos Políticos Latino-Americanos saudam e apoiam com grande satisfação o povo e o Governo do Panamá por motivo da sua vitória alcançada no 1.º de Outubro, ao ser reintegrada em plena soberania panamiana a zona do canal. Esta acção constitui um importante e decisivo avanço no processo de descolonização da América Latina.

*lar ante o imperialismo, por vezes temos que capitular ante as nossas divergências". Tomás Borge assegurou aos partidos irmãos que o povo nicaraguense aceitou o pleno desafio da reconstrução, convencido de que a vitória estaria posta em causa se esse projecto acaso fracassasse.*

Borge acrescentou que empenhadas como está em que a meta seja alcançada, a Nicarágua confia muito na solidariedade dos povos irmãos latino-americanos, particularmente nesta difícil etapa. Partindo da declaração da conferência sobre o "apoio irrestrito ao direito do povo a modificar a forma de governo em exercício na soberania que nele reside", Borge referiu-se à vitória popular na Nicarágua, que resultou de "uma insurreição tremendamente violenta". Para em seguida justificar a via que seguiu o povo nicaraguense: "Não se pode sonhar com a via pacífica em países onde não só são terrivelmente dramáticas as condições de vida dos trabalhadores e camponeses, como onde existem exércitos disciplinados para matar, violar, odiar, para torturar, e onde não existe nenhum início de respeito pelas possibilidades eleitorais".

Este raio de luz proveniente da vitória sandinista projectava-se, no entanto, sobre a obscuridade reinante em países como a Guatemala, El Salvador, onde o povo viu sistematicamente fechados os caminhos para a transformação democrática.

A exposição dos delegados de El Salvador e da Guatemala produziu um profundo impacto. O delegado salvadorenho afirmou que três partidos da oposição e onze organizações populares e sindicais do seu país se haviam unido "para romper a desunião e alcançar os pontos de vista comuns". Mas realçou as numerosas dificuldades que enfrenta o processo democrático na sua pátria, onde a alternativa que é oferecida ao povo é uma via eleitoral, mas com repressão e balas.

As exposições dos delegados guatemaltecos, do Partido Socialista Democrático e da Frente Unida da Revolução, causaram impacto em todos os presentes. Estes lutadores não desconhecem que as suas vidas correm perigo iminente. Os antecedentes falam por si. Os dirigentes da oposição Fuentes Morh e Manuel Colom Argueta foram assassinados pelas forças repressivas guatemaltecas quando regressavam ao seu país após terem participado

## Mensagem ao Presidente da Bolívia, Walter Guevara Arce

Os Partidos Políticos Latino-Americanos manifestam a sua cívica satisfação pela derrota do frustrado golpe militar, e expressam a sua solidariedade com o processo de democratização da República da Bolívia e o seu decidido apoio ao seu povo, Parlamento e Governo.

em reuniões internacionais. E na própria assembleia se encontrava também um dirigente da Frente Unida da Revolução (FUR), vítima de uma seqüestro do qual excepcionalmente conseguiu sair com vida, solicitando depois o pedido de asilo político no México.

Mas ainda que esses valentes lutadores salvadorenhos e guatemaltecos estejam dispostos a correr riscos, evidente se torna que as suas denúncias e a inserção desses problemas num contexto latino-americano e internacional, contribui para fortalecer a luta pela democracia e o respeito pelos direitos humanos naqueles países.

O presidente mexicano, López Portillo, cumprimenta a Ministra do Bem-Estar Social da Nicarágua.



## PERSPECTIVAS FUTURAS

Este sucinto relato de três dias de debates internos não abrange, naturalmente, toda a riqueza de informações recolhidas e de opiniões expressas sobre a problemática latino-americana. Pensamos, porém, que ele dá uma ideia da amplitude dos debates, da coincidência histórica do que ali poderá estar em gestação, do sentimento de responsabilidade face aos compromissos assumidos e da preocupação de actuar com realismo e flexibilidade ante as posições ideológicas de cada um.

Este tipo de reuniões não são comuns na América Latina, ainda que o objectivo proposto não seja fácil de ser alcançado. Foi interessante o facto da Conferência se ter preocupado em analisar os antecedentes de outras tentativas de agrupamento político-partidário na América Latina e o porquê do seu fracasso.

Alguns avançaram metas muito ambiciosas, mas porém irrealistas. Partiam do desconhecimento das próprias limitações e das etapas a cumprir em processo unitário como este. Eram iniciativas que contemplavam a formação de estruturas burocráticas, rígidas, que, em geral, não tomavam em conta situações políticas e problemas regionais que deviam ser amplamente analisados como passo prévio para o êxito da iniciativa.

No entanto, talvez o factor mais determinante do fracasso de tais propostas-pioneiras - e por isso mesmo sujeitas a erros, - é que a consciência da unidade dos desafios comuns que estes povos estão enfrentando agora, não estavam tão cristalizados nem definidos em épocas anteriores.

Até que se consolide o seu funcionamento e se torne eficaz nas suas decisões, a Conferência de Partidos Políticos Latino-Americanos que nasceu em Oaxaca, terá um longo caminho diante de si, mas ela, de facto, já marcou um grande avanço neste campo. "Foi um passo longo e amplo", comentou-nos o delegado equatoriano.

Várias dezenas de dirigentes latino-americanos, alguns no poder, outros muito próximos dele, outros abertamente na oposição, conviveram durante vários dias. Muitos que tinham diferendos em

relação a outros, comprovaram na convivência que as divergências que os separavam poderiam bem ser reduzidas. Houve oportunidade para que vários partidos estabelecessem determinados canais de comunicação para o futuro, ou que abrissem as possibilidades de uma colaboração mútua em muitos campos. A insistência de vários delegados para que a Presidência da Conferência se instalasse imediatamente num centro de comunicação importante, editasse uma revista e levasse à prática outras medidas de coordenação, foram passos muito positivos.

Os avanços foram por todos reconhecidos, e referidos pelo Presidente do México, López Portillo, ao acentuar que "valores que romanticamente desde as nossas origens sempre declarámos, começam a ter um conteúdo programático e já não são só retórica. Na unidade - afirmou - todos podemos enfrentar os desafios dos tempos difíceis ainda por vir, apoiando-nos na liberdade, para a liberdade".

Não foi só na América Latina, mas também fora dela, que se especulou sobre a Conferência. Como sempre, os comentaristas que nunca tiveram nenhuma simpatia pela unidade latino-americana, encontraram interpretações tendenciosas para o encontro de Oaxaca. Mas todos, de uma maneira ou de outra, tiveram que reconhecer a importância da Conferência, a sua projecção futura e as possibilidades de que, unidos através das suas organizações políticas, os latino-americanos ganhem uma nova capacidade negociadora, com maior independência de decisões. Sobretudo, deixem de ser marionetas dos inimigos históricos do seu desenvolvimento independente.

É possível que na cidade de Oaxaca Juárez, a América Latina tenha dado um passo firme para transformar-se num polo real de poder político no contexto internacional. Não é por casualidade que - como foi ressaltado por vários oradores, - a quase totalidade dos Estados da América Latina e do Caribe integram como membros de pleno direito ou com o estatuto de observador, o Movimento de Países Não-Alinhados, facto que expressa uma aspiração comum de procurar novas vias para as suas lutas pela democracia, a independência e o desenvolvimento compartilhado.

# A América Latina para os latino-americanos

cadernos do  
terceiro

cadernos do  
terceiro  
Rua da Leda, 180 - S/Loja - RJ  
C.F. 20.000 Tel. 242-1957

ROLA



*Discurso inaugural de Gustavo Carvayal Moreno,  
Presidente do CRN do P.R.I., na reunião dos partidos  
políticos latino-americanos.*

O dia de hoje deverá ser um dia de especial significado para a luta pela democracia na América-Latina: estamos aqui reunidos 22 partidos de 16 nações identificadas pelo nacionalismo revolucionário, pela nossa decisão de combater todas as formas

de colonialismo e imperialismo, que se opõe à luta que começámos há décadas — para que a democracia com justiça social seja uma realidade para as grandes maiorias do subcontinente latino-americano.

A nossa luta trava-se sem ligações a correntes estran-

geiras, sem outros objectivos que não sejam os dos povos respectivos das nossas nações e sem outro compromisso que não seja o seu bem-estar e liberdade.

Os nossos partidos lutam pela justiça e pela democracia num Mundo que "en-

curtou as distâncias e acelerou o tempo, mas, ao mesmo tempo, para muitos homens contemporâneos, travou o tempo histórico e dilatou as distâncias sociais." Um Mundo em que as nações e nacionalidades estão a ter sacrifícios para resolver os problemas imediatos que o desenvolvimento e a justiça impõem aos que têm como guia este compromisso político.

Estamos num Mundo em que a eficiência dos interesses económicos sem metrópoles está a vencer o compromisso político das Nacionalidades que, na sua soberania, não conseguem contrariar a eficiência sem pátria das transnacionais; que parecem ser as únicas entidades que estão a resolver o desafio de modernidade. Um Mundo de situações confusas, inscritas historicamente em função dos interesses e desejos de centros hegemónicos, e que a sua luta pelo contrato político e económico impede que a Humanidade abandone um estado de primitivismo e chegue ao estágio de uma sociedade civilizada.

As hegemonias políticas no nosso continente e no Mundo, impuseram os seus desígnios pela força do poder económico ou pelas armas, marginalizando milhares de seres humanos dos benefícios do progresso e do bem-estar a que tem direito todo o homem, pelo simples facto de o ser.

Estamos aqui reunidos, partidos políticos que inserem a sua luta pela democracia e pela justiça num âmbito internacional, que se caracteriza pela irracionalidade expressa na corrida aos armamentos, no uso e abuso dos recursos naturais e na imposição autoritária

de um modelo de relações desiguais, que permitem a concentração da riqueza e do poder em algumas poucas nações.

Actuamos no interior de uma crise económica global que não é fenómeno transitório, mas também uma crise de estrutura em transição que foi a característica essencial da última terça parte do século XX, e cuja duração, alcance e duração estão por conhecer.

O que está muito claro é que as crises de transição implicam um custo muito elevado para os nossos países no seu afã de ajustar a economia, a ciência, a técnica. Um custo não apenas económico, mas, fundamentalmente, de vontade política.

É problema o que não pode ser previsto e são os problemas acumulados e não resolvidos que podem obstruir as possibilidades de desenvolvimento de muitas regiões. Não podemos dar-nos ao luxo de esperar até que a crise nos leve a tomar decisões precipitadas e parciais, mais obrigados pela força das circunstâncias do que pela decisão racional de conduzir o processo de transformação.

A nossa região padece de uma pobreza maciça: milhares de seres vivos na miséria estão em perigo de ver canceladas as suas esperanças e a sua dignidade. Grande parte da nossa população exige soluções peremptórias para a sua insegurança na sua existência quotidiana.

Estamos convencidos de que a ordem, que necessariamente há-de chegar, só pode resultar da participação de nações soberanas por convicção e adesão li-

vre ou racional: ou pela violência que teria como única saída o holocausto da espécie humana.

Estamos seguros das raízes históricas da nossa vocação de integração, vocação em que convergem os ideais latino-americanos. A nossa história é a luta comum pela independência frente a impérios hegemónicos, que fizeram da nossa América a sua zona de influência e lhe impuseram o seu poderio: fazendo-a área estratégica e espaço para a sua defesa.

As potências imperialistas devem ter presente que neste âmbito do Mundo, o problema é também de princípios e relação, de justiça e igualdade, de obrigações e direitos. Que os nossos Estados não vão sacrificar o legado dos fundadores das nossas repúblicas, que nos ensinou a realizar a nossa história e a construir o futuro pela via da concórdia, da igualdade e da adopção livre das nossas singularidades autenticas.

Como expressou o presidente do México, José López Portillo: "Desunidos diminuimos o nosso continente na sua expressão política e económica, na sua cultura e capacidade criadora. Ou nos unimos, ou a ordem chegará por caminhos de hegemonia económica e política, de grupos de poder armado e financeiro, sob signos que não pertencem à nossa história".

## CONTRA O COLONIALISMO

Estamos certos que a América Latina retomará a sua presença na História, e vitórias como as da Nicarágua, Panamá, República

Dominicana e Equador são os melhores indicadores de que a luta pela democracia, pela justiça social e pela erradicação de toda a forma de colonialismo, são um signo do nosso tempo latino-americano.

Temos a convicção de que já é hora para o continente latino-americano realizar esforços definitivos para acabar com a sua dependência, com base numa adequada mobilização dos nossos recursos e a revalorização das nossas reservas e matérias-primas apoiadas na nossa unidade cultural e nossa convicção comum de justiça social e democracia, ligada ao convencimento de que as novas gerações exigem de nós um projecto e uma acção, um espaço de e para os latino-americanos.

Defendemos que os partidos políticos latino-americanos podem ser com a sua acção coordenada factor vital para a consolidação da democracia no nosso continente, numa política de princípio da autodeterminação regional e nacional realizando acções conjuntas para impulsionar o desenvolvimento independente dos nossos povos.

Por isso estamos aqui, reunidos na evocação viva dos nossos antepassados e na acção política do Partido Revolucionário Institucional; presentes e bem-vindos os representantes das organizações políticas, de massas e de quadros, que nos seus respectivos países travam a batalha de hoje para acelerar a libertação das pressões externas e limitações internas da América Latina.

Aqui estamos, partidos representados pelos seus homens, pelas suas ideias e

enquadramento estrutural; aqui estamos, organizações políticas, nacionalistas, democráticas, representativas, revolucionárias, anticolonialistas e anti-imperialistas.

Nacionalistas e democráticas porque, sendo politicamente iguais os seus membros e com semelhantes direitos e obrigações, estamos convencidos de alcançar o consenso e superar as nossas diferenças pelo caminho da razão expressa na maioria dos votos; porque entendemos a democracia como um sistema de vida igualitário, económica, social e culturalmente.

Organizações representativas, porque através da via eleitoral se actua em nome dos que livremente militam e nos escolhem; massas populares que nos ordenam ser e estar sempre parte do povo, ser o povo como instrumento e protagonista do seu desenvolvimento histórico. Por isso, somos revolucionários, porque estamos apoiados e impulsionados pela vontade de transformação e mudança na senda das instituições revolucionárias, para fazer da nossa sociedade uma outra, nova, mais igualitária e mais solidária.

Anticolonialistas, porque para sermos nações, alcançámos em dada altura a nossa independência e o nosso direito a ser pátria, e porque recusámos toda a forma de submissão económica, cultural, militar, transnacional, geométrica, hegemónica qualquer que seja o seu lema ou metrópole.

Somos também anti-imperialistas, porque reprovamos toda a forma de manipulação, imposição, subju-

gação, por qualquer signo ou propósito imperialista, esteja próximo ou afastado, e porque combatemos e combateremos o uso da força e da imposição armada que avassale homens e nações.

## BEM-ESTAR DOS LATINO-AMERICANOS

O diálogo que hoje empreendemos, partidos nacionalistas, democráticos, revolucionários e anti-imperialistas da América Latina, que ostentamos autêntica representatividade dos órgãos do poder dos nossos respectivos países, poderá levar-nos a linhas de coordenação que assentem as bases para uma comunicação solidária e para um compromisso efectivo para impulsionar a vida democrática em cada nação da América Latina.

Todos definimos as nossas declarações de princípio, ou programas de acção, as pautas gerais que nos fazem a lutar colectiva e individualmente por uma sociedade cada vez mais justa e mais proveitosa para todos e cada um dos povos da nossa região.

Baseados nestes critérios que marcam o tipo de nação que queremos, e de relação que propugnamos, analisaremos as alternativas sociais, económicas e políticas, que as condições da nossa região exigem e que sem dúvida todos englobamos no campo da alta determinação, do respeito soberano pela vontade popular e do fortalecimento do direito do indivíduo em função do bem-estar geral da nação.

Estamos fortemente unidos pela decisão que nasce com os nossos heróis da in-

dependência, fortalece-se nas lutas que travámos contra invasões estrangeiras, e que agora mantemos face as arremetidas imperialistas, para que nenhuma influência estranha, nem de nações nem de grupos de nações, seja de onde for, possa ter a opção já não de definir, mas nem sequer de participar nas decisões soberanas de cada um dos nossos povos.

Hoje une-nos uma mistica; o bem-estar dos latino-americanos. A sua base é a autodeterminação.

Reiteramos aqui, na terra que viu nascer um dos maiores homens da nossa pátria, Benito Juárez, que juntamente com outros homens que no decorrer das etapas históricas o defendem, inclusive à custa do

seu sangue, que a América Latina é e será responsabilidade dos latino-americanos.

Desejo grande êxito para os trabalhos que hoje aqui se iniciam, e, estou certo, que a vossa estadia junto do povo mexicano será grata e feliz. Recebam, pois, o abraço fraterno dos mexicanos.



# GUIA terceiro mundo

suplemento anual  
dos «Cadernos»  
foi um sucesso editorial  
na edição em espanhol  
para 1979.

A versão 1980 está a ser preparada,  
também em português,  
para sair em Dezembro deste ano.



## GUATEMALA

Com a vitória na Nicarágua,  
cresce a esperança  
de triunfo para o povo



*Um relatório do Partido Socialista  
Democrático, apresentado por Gallardo  
Flores, à Conferência de Oaxaca.*

**A** partir de 1954, a Guatemala teve um processo caracterizado, fundamentalmente, por um sistema político repressivo e fraudulento, com a aparente de democracia eleitoral e alternabilidade no poder, com uma forma de pensamento dominante que corresponde à doutrina do anticomunismo obsoleto, onde é comunista todo aquele que não pensa como os grupos governantes ou que exercem o poder.

A situação que se vive em 1979 encontra explicação científica nas próprias origens do nosso desenvolvimento capitalista, a partir de finais do século passado, com a Revolução Liberal, que impulsionou uma vida de desenvolvimento capitalista de tipo latifundista, que até à data não foi possível superar.

O massacre de camponezes executado por unidades do exército em apoio dos latifundiários na região de Panzós, em Maio do ano passado, onde morreram mais de 150 camponezes, mulheres e crianças, reflete, em parte, a problemática económica, política e social derivada da não solução do problema agrário. O programa de governo ar-bencista permitiu uma ampla organização das massas; foram criados mais de 1500 comités agrários locais e a Confederação Geral de Trabalhadores da Guatemala, que agrupava, então, mais de 500 sindicatos. Face a este progresso revolucionário, os interesses oligárquicos e imperialistas, que sempre actuaram unidos, puseram-se de acordo para evitar que o processo revolucionário avançasse.

Sob a benção dos hierarcas da Igreja Católica da

época, ao grito de abaixo os comunistas!... inicia-se a formação de um exército mercenário que, apoiado pela CIA e o tristemente célebre embaixador americano, senhor Perifoy, invade o país e provoca um golpe de Estado. Deste modo, rompem o esforço de dez anos de revolução e nasce o actual MLN, autodenominado "Movimento de Libertação Nacional", partido de cariz fascista, de doutrina anticomunista recalcitrante, porta-voz da oligarquia latifundiária e dos grupos capitalistas mais retrógrados, que tem sido um dos factores principais da tragédia que vive o povo da Guatemala, juntamente com o PID (Partido Institucional Democrático), nascido em 1962 de um golpe militar.

(...) A manutenção deste sistema durante um quarto de século só foi possível pela força da repressão e pelo apoio norte-americano. O povo da Guatemala, com as suas organizações democráticas, tem travado grandes batalhas utilizando diferentes táticas, sem ter todavia, encontrado uma solução viável para derrotar aqueles que se apoderaram do controlo político desde 1954; pensamos, porém, que este sistema híbrido está chegando ao seu fim.

(...) Na farsa de abertura democrática levada a cabo pelo actual governo, autorizou-se a inscrição de quatro novos partidos políticos, três deles comprometidos com o governo, o sistema e os grupos dominantes de direita; o quarto, a Frente Unida da Revolução (FUR), de tendência social-democrata, pagou o custo da sua legalização com o assassinato do seu

dirigente máximo, o dr. Manuel Colom Argueta, na própria semana em que foi autorizado, em Fevereiro deste ano. Algo semelhante sucedeu com o Partido Socialista Democrático (PSD), quando, a 25 de Janeiro do corrente ano, foi assassinado em pleno dia, a um quarteirão da residência do Ministro da Defesa, o nosso líder máximo, o dr. Alberto Fuentes Mohr – um dia antes do PSD ter apresentado a documentação solicitando a sua legalização. Crime perpetrado com o descaramento e impunidade de quem goza da cumplicidade das instituições governamentais, que deveriam preservar a ordem e a vida dos cidadãos.

É necessário salientar que a chamada abertura democrática que se oferece com a legalização desses partidos, não permite a livre organização sindical, que, pelo contrário, é duramente reprimida, com o assassinato de dirigentes sindicais e a perseguição de outros, que têm de procurar no exílio a segurança para as suas vidas.

---

#### NICARÁGUA A ESPERANÇA DO TRIUNFO

---

/Com o êxito da revolução da Nicarágua, a esperança de triunfo dos sectores populares aumenta, já que estes vêm os frutos da unidade popular, frente aos grupos hegemónicos que detêm o poder.

Aparentemente, a situação nicaraguense é diferente da guatemalteca, mas se aprofundamos a análise, damo-nos conta que estamos ante um fenómeno histórico similar: na Nicará-

gua, uma família e um pequeno grupo de amigos detinha 70 por cento do Rendimento Nacional Bruto e possuia 50 por cento do total de terra cultivável. Este grupo oligárquico era mantido pela Guarda Nacional somozista, ou seja, por um exército particular.

Na Guatemala, um pequeno número de famílias constitui a classe dominante, que também ela detém 70 por cento do Rendimento Nacional Bruto, mas ela é ainda mais ávara que na Nicarágua, pois apoderou-se de 80 por cento da terra cultivada. No exercício do poder, são apoiados

por um exército que, dizendo-se nacional, está ao serviço da classe dominante que no seu afã para se manter no poder, concedeu participação nos negócios a um grupo de altos chefes militares e a alguns políticos dos partidos do governo. A esta forma de governar, chamamos nós, na Guatemala, somozização.

O nosso partido, que na hora actual preenche um vazio político, continuará a lutar pela vida da democratização pacífica, ainda que esta via junque de mártires o nosso solo, prenda e assassinie os nossos dirigentes.

Mas estamos conscientes, que se o governo e os núcleos de poder não são capazes de estabelecer mudanças profundas e pôr em marcha uma democracia efectiva, estarão a esgotar as nossas forças políticas, que hoje contêm o extravaguar das massas populares, que na sua angústia desesperada, procurarão qualquer caminho, por difícil que seja, que as leva ao disfrutar pleno da sua vida. Se os que detêm o poder não são capazes da mudança que o momento actual exige, ao povo não restará outro caminho que o da revolução violenta.

## Resolução sobre a Guatemala e El Salvador

1. — É unânime em expressar que nenhum dos nossos países será verdadeiramente livre sem que o sejam todos os povos latino-americanos, e que o único caminho para alcançar a liberdade é a autodeterminação nacional, o esforço e a solidariedade latino-americana;

2. — Constatam que os povos da Guatemala e de El Salvador padecem de uma repressão permanente e sangrenta, que procura deter a luta das organizações democráticas e populares que expressam a vontade maioritária dos seus povos;

3. — Constatam que o esquema repressivo, antidemocrático e antipopular, corresponde aos interesses minoritários, cujos objectivos consistem em manter a dominação interna e imperialista, tanto no campo político como económico;

4. — Desejam que a próxima assembleia geral da Organização de Estados Americanos (OEA), que se realizará em La Paz, Bolívia, durante este mês, constituirá uma prova e uma possibilidade de concretizar os postulados latino-americanos de livre de-

terminação dos povos e de solidariedade com a sua luta democrática;

### Acordam:

1. — Dar toda a sua solidariedade às organizações políticas democráticas e populares e aos povos da Guatemala e de El Salvador que lutam pelo respeito à vida e pela conquista da democracia e da liberdade.

2. — Repudiar todas as tentativas das forças reaccionárias e imperialistas de impor a esses povos soluções contrárias aos interesses nacionais e latino-americanos.

3. — Condenar as violações sistemáticas dos Direitos Humanos que se dão nesses países por parte dos sectores minoritários, que se opõem à participação democrática dos seus povos na opção dos seus próprios destinos.

4. — Colocar à próxima Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos, que se celebrará em La Paz, na Bolívia, a necessidade de exigir o cumprimento das resoluções já adoptadas pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA em relação a El Salvador.

## Partidos da Conferência Permanente de

País	Partido	Representante
Bolívia	Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda	Fernando Baptista
	Movimento Nacionalista Revolucionário	Victor Paz Estenssoro dr. Gaston Araoz Levy
Brasil	Partido Trabalhista Brasileiro	Leonel Brizola Francisco Julião Vania Bambirra Herbet de Souza
Colômbia	Partido Liberal e Parlamento Latino-Americano	Jorge Mario Eastman
Costa Rica	Partido de Libertação Nacional	Daniel Oduber Luís Alberto Monge
Equador	Esquerda Democrática	Fernando Larrea
	Concentração de Forças Populares	Rafael Marquez Moreno António Andrade Fajardo
El Salvador	Partido Nacional Revolucionário	Guillermo Manuel Ungo Maurício Domenech
Guatemala	Partido Socialista Democrático	Carlos Gallardo Flores Mario Gonzalez
	Frente Unida da Revolução	Jorge E. Jiménez Caja dr. Arturo Castellanos
Jamaica	Partido Nacional do Povo	Upeon Ropocham Dennis Williams

# Partidos Políticos Latino-Americanos

México	Partido Popular Socialista	Jorge Cruicksank Francisco H. Juarez Mario V. Martinez
	Partido Socialistas dos Trabalhadores	Carlos Olamendi Silvia Sandoval Patricia Olamendi dr. Adolfo Mejia Ricardo Griela
	Partido Autêntico da Revolução Mexicana	Jesus Guzman Rubio Arcelia S. de Guzman R.
	Partido Revolucionário Institucional	dr. Gustavo Carbajal Moreno dr. Oscar Campero Embaixador Celso Delgado Embaixador Victor Barceló
Nicarágua	Frente Sandinista de Libertação Nacional	Tomás Borge Moisés Hassan Lea Quidó de López
Panamá	Partido Revolucionário Democrático	Gerardo Gonzalez Vernaza Nicolas Gonzalez Revilla
Porto Rico	Partido Independentista de Porto Rico	Ruben Berrios Roberto Aponte Toro
República Dominicana	Partido Revolucionário Dominicano	José Peña Gomez Fulgencio Espinal Manuel F. Marmol
Venezuela	Acção Democrática	Juan Manuel Trias Vianny Rodriguez
	Movimento para o Socialismo	Pompeyo Marquez Franklin Guzman Hector Ochoa
	Movimento Eleitoral do Povo	Alvaro Silva Calderon



# Moisés Hassan: Oaxaca irá marcar «uma reviravolta nas nossas relações com os Estados Unidos»

*O dirigente sandinista e  
membro da Junta de  
Reconstrução analisa as  
potencialidades da  
unidade que se gerou em  
Oaxaca e explica os  
principais problemas que  
enfrenta o novo governo  
nicaraguense.*



**A**CABA de concluir-se a reunião de Partidos Políticos Latino-Americanos. Nela, a Frente Sandinista e o Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua tiveram participação destacada. O que pensa desta conferência? O que espera dela no futuro?

Penso que durante muitos anos o imperialismo norte-americano se aproveitou de algumas desuniões que encontrou na América Latina e de algumas desuniões que ele próprio criou artificialmente dentro do nosso continente; e utilizou-as para nos dominar.

No entanto, no caso da luta vitoriosa que o povo nicaraguense e a Frente Sandinista acabam de travar pela primeira vez na história da OEA (Organização dos Estados Americanos) um grande bloco de países latino-americanos se opõe a uma resolução que os Estados Unidos queriam aprovar. Ante esta situação, o imperialismo norte-americano viu-se impossibilitado de deter o curso dos acontecimentos na Nicarágua, de tal forma que, finalmente, a Frente Sandinista de Libertação Nacional pôde lograr uma contundente vitória sobre a Guarda somozista e chegar ao poder.

O imperialismo norte-americano manobrou durante muito tempo com o objectivo de impedir que a Frente Sandinista assumisse o controlo da situação. Estavam conscientes de que, com a Frente Sandinista, chegava à Nicarágua uma nova era, que se caracterizaria — como está a suceder — por uma absoluta independência política, por uma soberania defendida a todo o custo e pelo exercício de autodeterminação.

Para muita gente foi a primeira vez que a OEA cumpriu com as suas funções...

De facto assim é. Isto mostra que se os países da América Latina conseguem criar uma frente comum, muitos dos problemas que o imperialismo cria entre nós, muitas das situações conflictivas e de exploração dos nossos recursos humanos e físicos, irão desaparecer, ou poderão ser enfrentados com possibilidades de êxito. O caso da Nicarágua foi o primeiro a mostrar a potencialidade que tem a unidade dos latino-americanos.

Por tudo isto, vimos com satisfação a iniciativa tomada pelo Partido Revolucionário Institucional do México em convocar esta reunião. Se esta conferência têm êxito e cumple os seus objectivos — co-

mo tudo indica — o caso da Nicarágua poderá não vir a ser um caso isolado. No futuro, outras situações similares poderão ser enfrentadas por um bloco forte de países latino-americanos que, unidos, conseguirão opôr-se aos desígnios do imperialismo e afirmar a soberania da região.

Creio que esta Conferência pode marcar — irá marcar — uma reviravolta transcendente nas nossas relações com os Estados Unidos da América do Norte e nos ajudará a tomar consciência do nosso peso dentro do concerto das nações.

**O que pensam vocês do que poderá estar aqui em gestação?**

Devemos ser realistas. Aqui estão reunidos partidos políticos que têm muitas coisas em comum, como amplamente foi proclamado: o serem nacionalistas, o serem anti-imperialistas. Têm, fundamentalmente, pontos de convergência, ainda em que alguns aspectos tenham divergências ideológicas. De maneira que se bem que ela possa ser o germe de algo muito mais amplo, actualmente o mais que se aspira é a criação de uma frente de partidos políticos que ponham de lado as suas divergências e se unam sobre pontos comuns, fundamentalmente: a luta pela independência total da área latino-americana. O futuro dirá o que estamos aqui a viver pode chegar a converter-se em algo mais.

**A Conferência aprovou um tipo de funcionamento que não prevê a criação de instâncias burocráticas. Vocês estão convencidos que esta é de facto a melhor maneira de funcionar?**

Sim, estamos de acordo. Iremos ter reuniões periódicas. A próxima está convocada para daqui a dois anos. A única estrutura que se criou foi uma secretaria, que apoia distinhas comissões em diferentes áreas. Creio que, de momento, é a estrutura adequada. É possível que isto não seja o que muita gente desejará. Mas devemos considerar que é o máximo a que pudemos chegar com o objectivo de continuar unidos por um longo trecho.

Se procurarmos criar uma dependência mais estreita ou metermo-nos dentro de marcos mais rígidos, a união a que agora se chegou poderia debilitar-se, perder alguns dos seus membros ou criar cisões internas.

## A ESQUERDA RADICAL

Na sua intervenção ante o plenário, em Oaxaca, referiu-se à unidade da Frente Sandinista e do povo nicaraguense como uma das razões básicas da vitória. Mas mencionou, também, outro tipo de unidade ou aliança: a que se está a dar na Nicarágua entre os grupos de ultra-esquerda e a direita. Poderia explicar-nos mais detalhadamente como funciona esta aliança?

A gente da ultra-esquerda teve uma participação muito pequena na parte final da guerra de libertação, assim como antes da guerra a sua actuação foi muito limitada. De facto, se se faz um balanço, constata-se que para estes grupos o saldo é negativo, já que antes da última etapa eles sistematicamente se opuseram a que a guerra fosse levada a cabo. Alegavam que o povo da Nicarágua não tinha ainda suficiente consciência política para levar por diante uma insurreição, que o povo da Nicarágua não estava suficientemente preparado para enfrentar com êxito a *Guardia*. Que a Frente Sandinista não tinha suficiente poder militar para derrubar o somozismo. Emfim, que a Frente Sandinista estava a lançar a Nicarágua para uma aventura da qual saíramos derrotados, fazendo retroceder o processo. De forma que eles bloquearam, na medida das suas possibilidades, esta revolução.

Foi política sistemática dessas direcções chamar os seus militantes dando-lhes instruções de não participarem na guerra.

A que níveis sociais tem essas organizações implantação?

Para sermos exactos, a sua influência era muito pequena no período anterior à guerra. Não tinham armas, o seu único ponto de afirmação era constituído por um financiamento que ainda não podemos afirmar exactamente donde provém. Alguns dizem que vem da China. Outros suspeitam que se trata de um financiamento fornecido directamente pelo imperialismo.

O que é facto, é que eles têm suficiente dinheiro para fazer sair um jornal diariamente e foram capazes de o publicar sem interrupção durante a época de maior repressão no país, até ao último momento, praticamente até ao dia em que começou a guerra em Manágua. Con-

tinuaram a publicar o seu periódico, sem nenhuma obstrução do somozismo. Fato de os torna bastante suspeitos.

E é esta gente, que não participou na guerra, quando o povo da Nicarágua liderado pela Frente Sandinista conquista a vitória, que quer vir agora arrebatar a condução do processo.

Pessoalmente, penso que a direcção desses grupos está vendida aos interesses do imperialismo, dos reaccionários. A sua base militante é composta actualmente por operários desempregados, fundamentalmente. Trabalhadores sem formação política, que são induzidos por essa direcção a pensar que a Frente Sandinista e o Governo da Nicarágua não querem resolver os seus problemas, que venderam a Revolução aos burgueses.

Por exemplo, quando os operários reclamam que a Revolução lhes duplique os salários, o Governo tem de lhes dizer: "Companheiros, a situação económica deste país é deplorável. Nós não temos capacidade para lhes duplicar os salários". Então os dirigentes desses grupos ultra-esquerdistas aproximam-se desses operários e dizem-lhes: "vejam, aqui nada mudou. Vocês estão igual ou pior que antes".

Quando alguns camponeses procuram desordenadamente ocupar qualquer terra, independentemente de quem seja o dono, então a Frente Sandinista e o Governo explicam-lhes que isso não pode ser feito assim. Que devemos fazê-lo com ordem, porque há que fazer produzir as terras, não criar o caos. Então, essa direcção ultra-esquerdista começa a dizer aos camponeses: "Nada mudou. Têm aí as terras à vossa frente... e não querem que vocês as tomem".

Esses grupos instrumentalizaram uma quantidade de gente desesperada, cheia de problemas, sem preparação política, com o fim de — no melhor dos casos — arrebatar à Frente a condução política. No pior, criar o caos e a anarquia a fim de frustrar o processo e fazer com que o imperialismo recupere o controlo da Nicarágua.

## O PARTIDO CONTRA OS SABOTADORES

Parecia que uma resposta eficaz a esta campanha dos sabotadores seria a criação



Moisés Hassan (o primeiro a contar da direita) participando nos trabalhos da Conferência.

de um partido político sandinista. O que pode dizer-nos a este respeito?

Está-se a trabalhar, ainda que o processo seja muito lento. Mas sendo realistas, temos de reconhecer que a criação de um partido não resolveria o problema, pois a maior parte das pessoas que sofrem a influência destes grupos não tem preparação política. Toda a outra gente, que percebe a situação, tem confiança na sua condução, de forma que estão abertos às explicações que a Frente e o Governo lhes dão sobre a impossibilidade de tomar agora determinadas medidas. E estão mesmo dispostos a assumir determinada quota de sacrifício. Mas aqueles que não têm essa preparação política, e que se encontram em más condições, só deixarão de escutar essas direcções ultra-esquerdistas quando virem que se está a fazer alguma coisa por eles. E o que se pode fazer, dentro das limitações existentes, é insuficiente. Não temos recursos para atender a todas as necessidades; e enquanto não tivermos esses recursos, enquanto não pudermos enfrentar esses problemas concretos e quotidianos desta gente, enquanto não lhes dermos respostas concretas, haverá sempre grupos descontentes. Grupos que pensam que a Revolução Sandinista é dirigida pela burguesia e que não está interessada em atender os interesses do povo.

---

#### O PAPEL DA BURGUESIA

---

Outro dos temas abordados na sua intervenção foi o do papel da burguesia no

processo nicaraguense. Quer especificar melhor esta questão?

Creio que vale a pena distinguir, qualificar, a aliança com a burguesia. Como em qualquer outra burguesia, também na nicaraguense existiam diferentes sectores. Havia o sector da burguesia financeira — que era verdadeiramente irredutível e reaccionária — cujos principais representantes deste sector eram o Banco de América — onde aparecia um senhor de nome Alfredo Peña e um senhor Alberto Fernández e o Banco Nicaraguense, no qual figurava o senhor Eduardo Montealegre. Tinham estreitos vínculos com o somozismo e de nenhuma maneira poderiam participar do processo revolucionário. Evidentemente que já não se encontram no país. Partiram, levando uma boa quantidade de dinheiro, inclusivamente roubado, saqueado à custa da exploração do país. Fernández, por exemplo, partiu com cerca de 45 milhões de córdobas roubadas.

Foi com os sectores realmente mais progressistas da burguesia, que não era a alta burguesia, mas sim certos sectores da burguesia comercial, empresarial e industrial, que se entabulou esta aliança. Nós pensamos que podemos percorrer juntos um longo caminho.

Naturalmente que alguns poderão deixar-nos na caminhada, mas pensamos que muitos deles continuarão a trazer contribuições ao processo revolucionário. Uma boa parte deles está disposta a sacrificar, em grande medida, muitos dos privilégios que tinham anteriormente, alguns deles a sua própria posição de classe.

De forma que olhando em conjunto,

esse sector da burguesia tem dado importantes contributos para a Revolução e continuará a dá-los.

É uma experiência que vale a pena aproveitar, e estamos conscientes de que dentro da burguesia sempre existirão sectores com os quais se pode contar. Com esses sectores – para não cometer erros – devemos actuar com cuidado, porque se não se sabe conduzir a situação, podemos polarizá-los, torná-los inimigos de uma Revolução da qual podem ser amigos e à qual podem dar uma colaboração valiosa.

Outra das consignas de que a Frente Sandinista tem feito "finca pé" é a de "valentes no combate, clementes na vitória". Atitude da Frente que recebeu uma calorosa recepção em amplos sectores da opinião pública mundial. No entanto, nos últimos tempos deram-se em Manágua confrontos com elementos somozistas que ainda não se resignaram à derrota. Será que esta intransigência dos nostálgicos somozistas modificará a política adoptada pela Frente em relação aos prisoneiros?

Ultimamente temos estado a pensar que quiçá, por sermos demasiados generosos na vitória, se estão a criar alguns problemas. Não pelo perigo em termos militares que esses elementos possam criar, pois militarmente carecem de importância. Mas há dois pontos chave neste aspecto. Por um lado, esse fustigamento – apesar da escassa importância militar, causar a morte de companheiros – perdas que nós muito sentimos. E, por outro lado, ligado à morte dos companheiros, as reacções que elas provocam no povo nicaraguense. O povo está a pôr em questão a tese de sermos generosos na vitória, e está pedindo à Frente Sandinista que aplique mão dura com estes criminosos.

A Frente Sandinista não irá entrar numa fase de *justiciamentos* ou fuzilamentos. Mas vamos aplicar mão forte nesta situação, como, por exemplo, não continuar a soltar guardas, uma grande quantidade de guardas, como nós o fizemos antes. De agora em diante, não será fácil a um guarda sair do cárcere. Por outro lado, montámos operações com vista a desarmar as pessoas que detêm armas sem autorização, e deter aqueles que não conseguem demonstrar essa licença de porte de arma ou que estão ligadas ao movimento sandinista.



Estas são algumas medidas. No futuro, deveremos tomar outras, para impedir que esses guardas, libertos graças à generosidade da Frente Sandinista, continuem a assassinar companheiros e a causar mal-estar no povo.

#### A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO

Vimos com alguma preocupação a campanha montada por alguns sectores, com vista a obrigar o Governo nicaraguense a uma "rápida institucionalização" do processo. Se bem que seja desejável avançar nesse caminho, o facto é que a Junta assumiu como tarefa prioritária a reconstrução do país. O que poderá dizer-nos a respeito dos prazos da institucionalização? Que resposta dará a Junta à reclamação de eleições na Nicarágua?

Quando a Junta de Reconstrução Nacional assumiu o governo não fixou um prazo fixo para o abandonar. O prazo está em aberto.

A nossa comissão terminará quando conseguirmos chegar a um certo grau de

avanço na reconstrução do país. Então, sim, enfrentaremos uma situação eleitoral, até porque isso requer estruturas, possibilidades económicas e de uma série de elementos, que neste momento não existem na Nicarágua. Quando existirem, quando o processo de reconstrução, de levantamento da economia, reorganiza-

ção e elevação da produção, do melhoramento dos índices de saúde pública, de melhoramento das estruturas habitacionais e da educação, se tenham alcançado, então a Junta poderá pensar em convocar eleições. Pensamos que isso nos levará de dois a quatro anos. O prazo está em aberto.

## Oaxaca: Todo o apoio à Nicarágua



Considerando,

Que o povo da Nicarágua e a sua vanguarda, depois de ter alcançado uma ressonante vitória militar sobre o exército de ocupação que durante quarenta e cinco anos impôs os desígnios do imperialismo, se encontram agora numa fase de luta e empenhados em consolidar a sua revolução.

Que esta nova fase é ainda mais dura que a anterior, e que o povo da Nicarágua se encontra numa grave situação, em que os problemas económicos se vêm juntar às contínuas agressões da reacção interna, em estreita aliança com os sectores mais reaccionários do imperialismo.

Resolvemos:

Saudar a vitória política e militar do povo nicaraguense, vitória de todos os povos latino-americanos na sua luta por alcançar a sua autodeterminação e a sua própria identidade.

Apoiar, com todos os meios ao nosso alcance, o povo e o governo da Nicarágua nesta nova etapa da sua luta.

Manifestar este apoio, tanto moral como materialmente, ajudando a Nicarágua a tornar efectivas as medidas que está a tomar; medidas como a condenação da sua imoral dívida externa herdada do anterior regime; lutar contra as campanhas de difamação que são lançadas contra o processo nicaraguense e que procuram denegrir a Reconstrução da Nicarágua e a consolidação da sua Revolução.

## Peña Gomez:



foto:grafia de Samuel levieberg

## «A Conferência é um acontecimento singular»

*O dirigente máximo do Partido Revolucionário Dominicano mostra-se optimista quanto ao futuro da Conferência de Partidos Políticos latino-americanos; traça uma visão do panorama político dominicano e diz-nos o que há por detrás da recente tentativa de golpe de Estado no seu país.*

**J**OSÉ Francisco Peña Gomez, secretário-geral do Partido Revolucionário Dominicano, é um dirigente de clara definição progressista, que ocupa um lugar chave no seu país. No seio do seu partido ele está alinhado com os sectores mais radicais; e do seu cargo de secretário geral tem imprimido à prática política partidária características novas. Membro da Internacional Socialista, tal como o Partido Nacional do Povo da Jamaica, o PRD é uma das mais avançadas organizações dessa Internacional, a quem Peña Gomez e Michael Manley têm de uma maneira muito particular procurado sensibilizar para os problemas mais candentes da América Latina.

Tal como ele o explica nesta entrevista, realizada em Oaxaca, Peña Gomez está actualmente a negociar com os sectores mais conservadores do PRD uma candidatura comum às próximas eleições, de modo a que a sua organização não saia debilitada da contenda eleitoral, e evitar assim um retrocesso político de que só a direita beneficiaria. Porém, o confrontamento entre a ala que Peña Gomez lidera e a dos sectores mais conservadores do PRD tem sido luto duro, o que levou a que o debate — quer pela sua dureza quer pelo facto do PRD ser o partido do governo, — tivesse ampla repercussão na República Dominicana.

#### O que pensa desta Conferência de Oaxaca?

A meu ver esta Conferência é um acontecimento singular na coordenação de esforços dos partidos que se albergam sob a mesma bandeira: nacionalismo revolucionário, o socialismo e a democracia. É um passo nesse caminho, já que é a primeira vez que estes partidos se reúnem. Já outras conferências se tinham realizado, assim como seminários, mas sempre se tratou de partidos de igual tendência. Desta vez são partidos de diferentes tendências, como o prova o facto de estarem representados três partidos da Venezuela, por exemplo: o MAS — Partido para o Socialismo; e Ação Democrática e o Movimento Eleitoral do Povo. Outro exemplo é da Bolívia, donde estiveram representados o Movimento Nacionalista Revolucionário de Víctor Paz Estenssoro e o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda, que é liderado por Siles Zuazo. Que são, como sabem, os principais rivais no país. Isto demonstra a diversidade do movimento que está em geração, bem como a importância que o mesmo assume.

Não podemos esperar resultados extraordinários. O importante é que os delegados se tenham convencido por unanimidade em trocar ideias, documentação e informação, para além de coordenar ações comuns em determinados casos. Não se trata de uma nova organização, mas sim de um organismo de coordenação.

Naqueles países onde existam lutas comuns, cujos traços afectem por igual to-

dos os partidos, esta conferência deve oferecer-lhes apoio solidário.

No caso de haver lutas partidárias entre membros da Conferência de um mesmo país, nós devemos apoiar aquelas posições que sejam comuns entre esses partidos e não intervir nos diferendos, para evitar beneficiar uns e prejudicar outros.

Há posições que são de princípio e que todos os partidos defendem, como, por exemplo, o acesso ao mar da Bolívia ou a independência de Porto Rico.

Penso que é positivo que seja o PRI, do México, o principal gestor deste movimento. Primeiro porque é um partido com uma grande tradição de luta nacionalista, de história revolucionária. Em segundo lugar, porque é um partido de um grande país. E, em terceiro, porque dispõe de suficientes meios materiais para manter em funcionamento o organismo de coordenação. Sem exagerar no optimismo, auguro um grande êxito para este projecto.

---

#### AS DIFICULDADES POLÍTICAS NA REPÚBLICA DOMINICANA

---

Houve, recentemente, no seu país uma tentativa de golpe de Estado; e são públicas algumas divergências entre o Partido Revolucionário Dominicano, ao qual pertence o Presidente Guzmán e você, e o Governo. Como vê o futuro imediato do seu país? Será previsível um melhoramento ou um agravamento da situação?

Como é sabido, o Partido Revolucionário Dominicano, triunfador nas eleições do ano passado, levou à Presidência da República o companheiro Antonio Guzmán. Mas o PRD é um partido de tendências. E actualmente existe uma luta interna, dentro do partido, pela candidatura para as próximas eleições.

Guzmán, que representa os sectores moderados do partido, era o único candidato que nas circunstâncias especiais da República Dominicana do ano passado podia ser aceite tanto pelos Estados Unidos como pelas forças direitistas e os militares. E o companheiro Guzmán actuou com prontidão e eficácia para controlar o poder militar, passando rapidamente à reserva a maioria dos altos comandos comprometidos com o activismo político *balaguerista*, em actividades de repressão contra o povo, em crimes e toda a espécie de atropelos.

Podemos dizer que, então, as Forças Armadas dominicanas se institucionalizaram bastante, despoliticaram-se e são agora garante rigoroso da ordem constitucional. Restaram, porém, facções militares se mantiveram em luta dentro do próprio regime de Balaguer e que representam posições profundamente conservadoras. A tentativa de golpe contra o governo foi rapidamente desmontada e os seus protagonistas encontram-se encarcerados.

Dada a sua origem social e de classe, e dadas as especiais circunstâncias em que assumiu o poder, o companheiro Antonio Guzmán teve uma gestão difícil, incorporando no governo um considerável número de pessoas independentes, de tecnocratas sem partido e também gente de direita. Isso deu lugar a confrontos entre o partido e o governo. E esses confrontos — o último dos quais foi terrivelmente perigoso, tanto para o governo como para o partido, — foram aproveitados pelos inimigos. A tentativa de golpe de Estado deu-se quando se desenvolvia esse conflito entre o partido e o governo, conflito que está em vias de se solucionar.

#### “CUMPRIR O PROGRAMA”

Qual a principal crítica que o partido faz ao governo?

O que nós desejamos é que o governo cumpra minimamente com o programa avançado pelo Partido Revolucionário Dominicano. Porque o nosso papel não se

limita a mantermo-nos no poder quatro anos. Temos de fazer também as reformas que o PRD consagra no seu programa de governo.

Dai, então, a exigência de um comportamento mais drástico para com as companhias transnacionais...

Sim. Pensamos que o governo deve rever drasticamente e de forma imediata os contratos que amparam as companhias transnacionais estabelecidas no país. Que ele deve estabelecer relações comerciais e diplomáticas com os países do campo socialista; que deve dar-se ao partido uma maior participação nos sectores chaves do governo; que nos gabinetes económicos (que continuam mais ou menos controlados pelos sectores conservadores) devem-se designar profissionais de orientação progressista.

Há pouco tempo atrás o Presidente da República manteve comigo uma conversa que considero muito proveitosa. E aceitou, em princípio, as reivindicações do partido. Partido onde ao nível das bases, em todos os organismos intermédios e superiores, se estendeu a solidariedade com as minhas posições. Como resultado disso, vão ter lugar várias reuniões do Comité Executivo, para se chegar a um acordo com vista a evitar o surgimento de novas dificuldades, de que os nossos inimigos possam aproveitar.

#### “PRETENDEM REPETIR O SANGRENTO EXEMPLO DE PINOCHET”

Você abordou um dos problemas chave da República Dominicana: afectar os privilégios das transnacionais. Definição programática do seu partido que se deseja ver aplicada. Como pensa que isso se irá concretizar?

Esse é um tema em debate. O Presidente da República aceitou rever todos os contratos das companhias transnacionais. Desde então que, na República Dominicana, a direita, e do exílio em Miami, desencadeou uma campanha muito forte contra nós pelo facto de defendermos essa posição. Apesar de sermos um partido independente, acusam-nos de ser “sócios de Fidel” e lançam uma campanha anticomunista virulenta.

Neste momento na República Dominicana, a minha vida corre perigo. Os golpes frustrados tinham como objectivos

prioritários o assassinato de vários dirigentes do Partido Revolucionário. O primeiro da lista era eu. Pretendiam também assassinar o Presidente e alguns militares que apoiam o nosso governo. Procuravam repetir o sangrento exemplo de Pinochet. Mas, afortunadamente, temos um povo vigilante, que corresponde à grande maioria da população, que está firmemente com o PRD e com o governo.

Você afirmou que as divisões estavam a caminho de ser solucionadas. Pode-se depreender daí que haverá uma candidatura apoiada por todas as alas do partido?

A campanha para a designação do novo candidato à Presidência é apenas um dos elementos da divisão. Propusemos que se congele a luta proselitista interna dentro do partido. Na realidade, a luta centrava-se na presidência do partido.

O facto de eu ser o líder máximo (ocupando a Secretaria Geral) do Partido Revolucionário Dominicano, leva a que a luta se trave pela Presidência do partido, que é um cargo honorífico. Mas já falámos com o Presidente, com todos os candidatos e com as bases, no sentido de se apresentar para a Presidência do partido um candidato escolhido por consenso, que não pertença a nenhuma das facções.

#### “NÃO TENHO ASPIRAÇÕES PESSOAIS”

A nível pessoal, tem aspirações de ocupar a Presidência da República? Considera que a sua candidatura seria benéfica para o partido?

Não tenho aspirações presidenciais. Penso que isso não seria bom para o partido. A República Dominicana é um país muito *sui generis*. Em primeiro lugar, em S. Domingos, não estão maduras as condições para que eu seja Presidente da República. Recentemente, tive um conflito com o “Conselho Nacional de Homens de Empresa”. Eles lançaram um ataque e eu contra-ataquei. É um problema de medo às mudanças, mudanças de que a ala do partido que eu lidero tem como bandeira. Mas ele reflecte também um problema social. Eu represento as classes populares na direção do PRD. E não há outro líder com essas características no país. Pelo facto de eu representar essas classes, a direita teme-nos. Não existem, pois, condições de que eu chegue, por via das eleições, a exercer a Presidência da República.

#### A SOCIAL-DEMOCRACIA E A REUNIÃO DE OAXACA

O seu partido pertence à social-democracia. Não vê incompatibilidade em pertencer a um tipo de aliança internacional como essa e, ao mesmo tempo, procurar acordos como o de Oaxaca?

Não, não existe. Ao seio da Internacional Socialista nós levamos as nossas posições. Não deixamos que os europeus dictem a política para a América Latina, porque somos nós quem conhece o nosso continente.

Trata-se, então, de abertura do Partido Revolucionário Dominicano e outras correntes?

Não exactamente a outras correntes, já que os princípios que aqui se definiram não diferem dos que defendemos. Nós somos nacionalistas revolucionários, mas também nos definimos pelo socialismo. Penso que não devemos ficar pelo nacionalismo. A burguesia, por vezes, também é nacionalista, mas fica por aí. Como afirmei na minha intervenção diante do plenário, se a burguesia governa um país ela pode recuperar as riquezas nacionais, mas essas riquezas não vão para as mãos do povo. Então há que juntar o ingrediente socialista.

#### AS CONSEQUÊNCIAS DO FURACÃO

A imprensa internacional fez eco das terríveis consequências do Furacão David na economia da República Dominicana. Como evolui desde então a situação?

O furacão deixou efeitos devastadores: provocou aproximadamente dois mil mortos, destruiu sessenta por cento da agricultura a maior parte da flora do país, estradas, pontes, submergiu populações inteiras. Ainda existem dezenas de milhares de dominicanos incomunicáveis, em zonas onde os acessos estão completamente obstruídos. Ainda aparecem cadáveres à superfície dos rios e lagos; corpos sobre casas em escombros.

Penso que foi uma das maiores tragédias que viveu a minha pátria. Até porque foram dois ciclones consecutivos: primeiro, o David, e depois o Frederico. Mas felizmente que a ajuda internacional se manifestou, e o país lenta, mas firmemente, está a recuperar.



Daniel Oduber:

## «Separados durante anos, o desafio actual é a unidade»

*O ex-presidente costa-riquenho denuncia a presença de tropas norte-americanas no Caribe e analisa o processo interno no seu partido, após a última derrota eleitoral.*

**P**RÉDENTE do seu país entre 1974 e 1978, Daniel Oduber, co-fundador, juntamente com o velho dirigente José Figueres, do Partido Libertação Nacional (social-democrata), caracterizou-se durante a sua gestão pela defesa das liberdades democráticas não só no seu país, mas reivindicando-as para toda a região centro-americana, e por uma aberta política de asilo que durante esses anos albergou em solo costarriquenho milhares de refugiados políticos nicaraguenses. No plano interno, a nacionalização das companhias transnacionais que distribuiam o petróleo e os seus derivados – decretada em 1975, – deu-lhe um grande prestígio que, juntamente com a subida dos preços do café – principal produto de exportação, – criaram condições para uma mais adequada redistribuição da riqueza.

No entanto, contra todas as previsões, o PLN perdeu as eleições de Novembro de 1978, frente à oposição conservadora, que havia baseado a sua campanha nas denúncias de algumas irregularidades administrativas dos sectores mais chagados a Figueres.

Nesta entrevista, realizada em Oaxaca, Daniel Oduber define os actuais pontos de vista do seu partido.

Que espera o Partido Libertação Nacional desta Conferência? Que motivos o levaram a participar?

Penso que este esforço feito pelo PRI por iniciar uma série de encontros com partidos políticos afins da América Latina é de grande importância, quer por se

tratar de uma iniciativa vinda do México, quer por o momento histórico que está a viver o continente. Existem indícios claros que a mensagem revolucionária originalmente avançada pelo México nos inícios deste século, e que foi inspiração de todos os partidos políticos que podemos

chamar de revolucionários, anti-imperialistas, nacionalistas, de profundo sentido social do continente, está novamente a ganhar força. Essas organizações estão-se a dar conta — e este encontro contribuiu nesse sentido, — de que nos mantiveram separados durante décadas, com o objectivo de evitar que possamos colocar a nível continental as justas reivindicações e aspirações dos povos da América Latina.

Este primeiro encontro mostra a possibilidade de que nós, os latino-americanos — e em particular um número importante de partidos políticos latino-americanos, — podemos colocar ante o Terceiro Mundo e ante os países industrializados, quais são as aspirações dos nossos povos, diferenciando-nos como um subcontinente que tem a sua própria problemática, as suas próprias teses, as suas próprias realizações e suas próprias metas. Esse exemplo foi-nos dado por outros continentes e subcontinentes, e penso que já era altura de que a América Latina fizesse algo similar.

#### **“ESTAMOS A LUTAR NA OPOSIÇÃO”**

Na Costa Rica vive-se um período difícil no terreno político, onde o seu partido actua na oposição. Qual a sua opinião sobre o actual momento do seu país? Qual a proposta do Partido de Libertação Nacional?

A Costa Rica foi um país afortunado. Homens e partidos com ideias sociais e democráticas conseguiram fazer avançar a nossa nação num grau bastante apreciável, se se compara com a região onde estamos situados. Conseguimos avanços na Educação, conseguimos fazer prevalecer as teses do antimilitarismo, ou seja da não participação dos militares na vida política, conseguimos grandes conquistas no campo da Saúde, e, ultimamente, também na nutrição. Tudo isto nos permite estar na vanguarda na América Latina nesses campos já citados.

O ano passado perdemos as eleições ante uma coligação de cinco partidos, que começaram a ensaiar o modelo económico de Chicago, neoliberal; um modelo que recebe diferentes qualificativos por parte daqueles que o impulsionam. No fundo, o que pretendem é provocar um retrocesso das conquistas sociais, populares, e voltar à democracia hipócrita do passado, na qual o poder político era

manipulado pelas minorias privilegiadas e exploradoras, tanto nacionais como internacionais.

Por sorte, o povo já se está a dar conta da situação — graças ao seu elevado grau de educação, — e não permitirá que se anulem as suas conquistas fundamentais. É por isso que apesar de estar na oposição, dessa trincheira estamos a lutar em conjunto com outros grupos, que, como nós, acreditam no avanço social da Costa Rica.

#### **“REORGANIZARMO-NOS E REFORMULAR POSIÇÕES”**

Como partido, como encaram o futuro? Com que objectivos estão a trabalhar a médio e curto prazo?

Desde há 18 meses estamos em revisão interna permanente e já lográmos uma reorganização. Temos um grande apoio da juventude, do movimento dos trabalhadores, do movimento camponês. E estamos procurando dar ao partido uma fisionomia moderna, tanto na sua estrutura de trabalho como no seu pensamento, programa e ideologia. Neste momento há mais de 500 costarriquenses em comissões de trabalho do Partido, preparando novos programas, as novas teses. O que prometemos — como partido, — em 1948, já foi atingido. Agora trata-se de traçar uma nova perspectiva, com vista a uma Costa Rica do século XXI, e é nesse sentido que estamos a trabalhar agora.

Poderia dizer-se, então, que a derrota eleitoral em alguma medida levou o Partido de Libertação Nacional a uma reflexão profunda e que, desse ponto de vista, o fortaleceu?

Sim, efectivamente, nesse sentido a derrota foi positiva. Primeiro porque nos libertou da responsabilidade administrativa, o que nos rouba sempre os melhores homens, e segundo porque ante o choque da derrota o nosso partido fez um exame de consciência. Estamos surpreendidos com tudo aquilo que havia que rectificar, dada a estrutura intelectual, cultural, da nova Costa Rica, que nós mesmos ajudámos a criar, mas que não nos demos conta de quanto ela conseguiu avançar nas suas convicções democráticas.

A sua intervenção na Conferência caracterizou-se, entre outras afirmações e definições, pela intransigente defesa do Caribe como zona de paz, desmilitarizada, em oposição à decisão dos Estados

# LATINOAMERICANOS



Daniel Oduber (ao centro), ladoado por Francisco Julião (à esquerda) do Partido Trabalhista Brasileiro, e Luis Monge do Partido de Libertação Nacional da Costa Rica.

Unidos de incrementar a presença das suas tropas nessa região. Que posição defende o Partido Libertação Nacional a este respeito, e como devem reagir os países dessa região?

A nossa posição é clara: não queremos que o Caribe — nem o nosso próprio território — seja teatro de guerra entre as duas grandes potências. Seja a guerra pequena ou grande, convencional ou nuclear, ela não pode ter lugar na nossa região. Não existe nenhuma necessidade real para a presença de tropas das superpotências no Caribe. Se aplicamos a tese do mar territorial, o Caribe é totalmente dividido entre os 21 Estados da região. E os recursos naturais desse mar serão utilizados em nosso benefício, incluindo o petróleo e o gás que nele existe. O pretexto das tropas soviéticas é apenas uma forma de esconder o temor pelos avanços

reais na região: Nicarágua, República Dominicana, Panamá.

Pensamos que este deve ser um tema de contínua preocupação desta Conferência. E uma resposta poderia e deveria ser a criação de multinacionais nossas, para a exploração conjunta por parte dos países do Caribe das riquezas que ele encerra, como, por exemplo, a bauxite.

Você referiu-se também à necessidade de criar alternativas informativas próprias...

Para o nosso trabalho político, nós necessitamos de informação permanente. Como é possível não termos uma rede de notícias nossa? Por que razão temos nós de recorrer à BBC ou à Voz das Américas? aceitar as notícias que eles nos transmitem já digeridas? Esta situação é insustentável, e lança-nos o desafio de criar os nossos próprios canais de divulgação.

## Resolução sobre a República Dominicana

A Conferência de Partidos Nacionais, Revolucionários e Anti-Imperialistas da América Latina expressa a sua satisfação pelo debelamento da conspiração reaccionária e neotradicionalista que procurou derrubar o governo do Presidente Antonio Guzmán, da República Dominicana e em consequência disso acordam em:

1. — Oferecer o seu mais dedicado

apoio à ordem constitucional da República Dominicana e ao governo democrático do Presidente Antonio Guzmán.

2. — Repudiar o complot reaccionário das forças retrógradas da República Dominicana e qualquer tentativa que elas empreendam para interromper a ordem constitucional desse país irmão.

# As resoluções de Oaxaca



O dirigente venezuelano Juan Manuel Suárez Frías, do Partido Acción Democrática da Venezuela, lendo a Declaração de Oaxaca no Teatro «Macedônio Alcalá», na sessão de encerramento.

*Em relação aos problemas particulares da América Latina, foram estas as resoluções tomadas em Oaxaca:*

**O**S Delegados de Partidos Políticos Latino-Americanos que exercem representação popular nos seus países e que pela sua Doutrina e acção lutam por uma sociedade justa, democrática e igualitária;

**CONSIDERANDO;**

Que a nossa vocação pela unidade latino-americana é

a expressão política do ideal de Bolívar e que podemos alcançá-la se trilharmos o caminho de não intervenção e da decisão soberana dos povos, e que para esse propósito é necessário concretizar relações e políticas válidas entre nós próprios e os demais;

Que firmes e seguros, como estamos, da que nin-

guém fará por nós o que não fizermos por nós próprios, e de que ninguém pode arrogar-se a faculdade de velar, com armas, ou de qualquer outra forma de pressão pela nossa soberania, que nenhum dos nossos países será verdadeiramente livre ou independente sem que o sejam todos os povos latino-americanos;

Que não é suficiente nem eficaz o combate à intervenção e à pressão estrangeira se nos nossos próprios países se intensificam a desunião, a repressão, a exploração e as desigualdades e que a erradicação das injustiças e do subdesenvolvimento não deve adiar-se por mais tempo;

Que os nossos países se encontram desunidos por uma desnecessária competição entre uns e outros; e que a existência de tensões e problemas pendentes entre países do nosso continente, originam distanciamentos entre povos irmãos que atentam contra a ação unitária e solidária da América Latina, colocando a urgência de encontrar soluções pacíficas prontas e justas para essas tensões e problemas, que nos dividiram, dividem e que beneficiam os que nos exploram; que nada nem ninguém mais do que nós, e só nós, na via da unidade combativa contra a intervenção, a exploração e as pressões estrangeiras, poderemos contribuir para a construção de uma América Latina livre e justa;

Que os esforços pela integração dos nossos países enfrentaram e enfrentam interesses de toda a índole, que detêm o processo e o procuram sabotar, afastando o processo unificador de Bolívar das possibilidades viáveis de o concretizar;

Que o surgimento de agrupamentos de países em vias de desenvolvimento, e especialmente dos latino-americanos, devem ser apoiados e estimulados sempre que representem um empenho dessas nações por modificar as estruturas caducas e inadequadas que impedem a conquista do bem-estar dos povos; que a exploração irracional dos recursos do Mundo, para proveito de umas poucas nações, afecta gravemente os países em vias de desenvolvimento;

Que a crise de que sofre o sistema económico mundial determina condições adversas ao adequado desenvolvimento da área latino-americana, que acentuam quebras nos mercados mundiais de capitais e matérias-primas; o injusto tratamento das relações co-

merciais, financeiras e tecnológicas que nos impõem os países altamente desenvolvidos; as barreiras impostas pelas nações poderosas e a criação de fricções e problemas fictícios ou manipulados a partir dos grandes centros de poder mundial, que provocam fracturas na luta unitária dos povos em vias de desenvolvimento e pressões de toda a espécie, que afectam a sua autodeterminação e as suas decisões democráticas;

Que a região sofre de uma pobreza massiva, onde milhões de pessoas vivem na miséria, provocada por um modelo de crescimento, e de padrões de industrialização e de consumo que acentuam a concentração da riqueza e a dependência;

Que a continuar este injusto modelo de crescimento até finais do presente século, o considerável incremento da população urbana da região e o consequente desenvolvimento desigual entre o campo e a cidade, dar-se-á uma grave pressão social e a agudização da problemática latino-americana, sobretudo

## Resolução sobre o Cone Sul

Os partidos políticos latino-americanos, convencidos de que a democracia social, económica e política é uma aspiração da América Latina, saudam as recentes vitórias populares alcançadas no Continente, conscientes de que elas constituem um estímulo para os povos que ainda lutam por alcançar a sua libertação,

### Resolvem:

Apoiar as lutas democráticas das organizações políticas, sindicais e populares do Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile.

Reclamar, uma amnistia ampla e irrestrita como primeiro passo imprescindível para a democracia nessas nações e exigir que seja outorgado o salvo conduto ao Ex-Presidente Hector J. Cámpora, actualmente asilado na Embaixada do México na República da Argentina; a liberdade da Ex-Presidente Isabel Martínez de Perón; assim como a libertação imediata do general Liber Seregni, Presidente da Frente Ampla do Uruguai.

no que se refere à ocupação e ao emprego, e às necessidades de alimentação, habitação, educação e saúde;

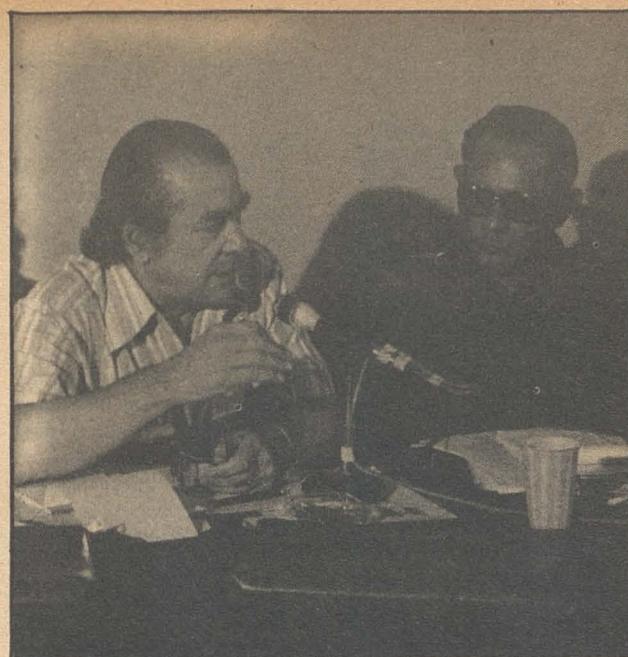
Que é chegada a hora da América Latina concretizar esforços definitivos para acabar com a dependência, na base da mobilização adequada dos seus povos, da revalorização das suas reservas e matérias-primas, e apoiada na sua unidade cultural, nas suas concepções libertárias e na sua capacidade transformadora, que nos levam a expressar que a América Latina é e deve ser para o benefício dos latino-americanos;

Que nessa perspectiva, os partidos políticos latino-americanos nacionalistas, democráticos e anti-imperialistas, com a sua ação coordenada, devem e podem ser factor vital para o fortalecimento da democracia e para o seu advento em países onde ainda está ausente;

Que os jovens da América Latina reclamam coerência e autenticidade entre o pensamento e a prática política, e exigem honestidade e ações;

Que a soberania reside sempre no povo e que este tem o direito inalienável de modificar a forma do seu governo, como o confirmam plenamente as recentes e significativas vitórias do poder popular e revolucionário na América Latina, que fizeram sepultar os signos de opróbrio, autoritarismo, entreguismo e dependência de algumas ditaduras crioulas;

Que a descolonização e a realização do direito inalienável à independência dos povos são, na América Latina, processos históricos irreversíveis, que asseguram



Leonel Brizola, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, teve em Oaxaca participação destacada, atacando violentamente a ação das transnacionais no Continente. A seu lado, Tomás Borge, Ministro do Interior da Nicarágua.

o fracasso de toda e qualquer intento colonialista ou neocolonialista e a derrota definitiva dos manifestos destinos imperiais;

Que o actual sistema monetário internacional se encontra dominado pelos países capitalistas industrializados mais poderosos. Sistema que cria condições favoráveis a estes países e às suas transnacionais, ao mesmo tempo que efectivamente os intentos dos países em vias de desenvolvimento de produzir alterações estruturais dentro das suas próprias economias, que procuram assegurar uma maior justiça social para as maiorias dos seus povos;

#### PROCLAMAMOS:

A imperiosa necessidade de concretizar os esforços, para intensificarmos relações e estabelecermos políticas permanentes entre nós mesmos e no tratamen-

to com os demais países, que correspondem à vontade de unidade latino-americana;

O mais firme repúdio ao colonialismo em todas as suas velhas e novas formas, nomes e manifestações e o compromisso inquebrantável com a luta pela independência daqueles países da região latino-americana que ainda não alcançaram a sua independência nacional;

A consciência de que nenhum dos nossos países pode ser verdadeiramente livre sem que o sejam todos os povos latino-americanos, de que o único caminho para alcançar a liberdade é o respeito pela não-intervenção e a autodeterminação nacional, assim como o esforço e a solidariedade latino-americana;

O irrestrito respeito pela soberania nacional como decisão política fundamen-

tal, e a intransigência na sua defesa frente às influências ou às pressões externas do intervencionismo político, militar e cultural e do subjugamento económico;

A exigência de tornar coerentes as nossas lutas contra a dependência e a intervenção exterior com os esforços democráticos nacionais e regionais, para lograr a construção de uma América Latina autenticamente livre e justa;

O apoio criativo aos esforços pela integração dos nossos países e às organizações encarregadas de torná-la realidade, fiéis ao antigo e vigente projecto boliviano;

O apoio incondicional aos direitos económicos dos Estados, cuja validade leve o Mundo a uma nova ordem onde impere a paz com desenvolvimento e a justiça com liberdade;

A necessidade de um novo sistema monetário internacional que utilize a transferência de recursos e o seu condicionamento, não para reforçar o subdesenvolvimento nacional económico e político dos nossos países;

A promoção e a defesa dos direitos humanos consagrados na "Declaração Universal" e a necessidade de um instrumento internacional que garanta os direitos sociais;

O estrito respeito pelo princípio de solução pacífica dos conflitos entre Estados, assim como a solidariedade com todos os esforços a favor do desarmamento geral e completo e, concretamente, a favor da supressão dos enclaves militares no Continente e pela paz;

A plena identificação

com o Estado de direito democrático e social, como a mais valiosa forma de organização e transformação social;

O irrestrito apoio ao direito do povo a modificar a forma de seu governo, em exercício de soberania que nele reside;

O compromisso da luta pela democracia, que garanta a participação das maiorias e das minorias nas funções decisórias do Estado, num âmbito de garantias jurídicas em que se anulem as diferenças, sejam aproveitadas as semelhanças, se respeitem as correntes ideológicas;

A vontade de gerar políticas e instrumentos que assegurem o desenvolvimento harmônico da forma e ser cultural da América Latina, estimulando a capacidade criadora e revolucionária das novas gerações, inspirando-se no conhecimento dos sentimentos, do pensamento e da obra dos forjadores das nossas nações;

As vitórias democráticas recentemente alcançadas no Continente, como um triunfo legítimo de todos os povos da América Latina contra o imperialismo e as ditaduras crioulas;

O advento de uma nova América Latina, livre de laços coloniais, neocoloniais e de destinos impostos;

A vontade dos Partidos Políticos Nacionalistas, revolucionários, democráticos, anti-imperialistas ou socialistas que proclamaram a sua adesão à democracia social e pluralista, de unir esforços, em conformidade com os seus respetivos estatutos e plataformas ideológicas, para contribuir para a integração e independência totais da América Latina, assim co-

mo o dever de coordenar as suas acções, as suas lutas cívicas organizadas, os seus movimentos populares, em defesa da autodeterminação regional, e as suas decisões concertadas para impulsionar a firme defesa dos seus recursos naturais, como base para o desenvolvimento nacional democrático e independente dos nossos povos;

#### PROPMONO-NOS:

- Lutar permanentemente pela total independência de nossas nações;

Defender conjuntamente a democracia e as instituições jurídico-políticas, que garantam a participação popular real e efectiva nos destinos políticos da nação, assim como proporcionar o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento;

Apoiar as lutas reivindicativas dos povos latino-americanos, sem interferir na sua política interna, for a autodeterminação, que é a base de toda a relação digna e justa;

Integrar uma frente comum ante toda a actividade de política que implique a penetração estrangeira e imperialista ou actuem como meio para propiciar formas fascistas ou qualquer outra forma de dominação;

Apoiar tenazmente a luta pelo desarmamento geral e completo pela paz; a absoluta oposição dos povos e governos contra todo aquele que tentasse vulnerar a condição de Zona Desnuclearizada que, pelo espírito do Tratado de Tlatelolco, tem a América Latina para evitar o uso bélico do atomo; propugnar a supressão dos enclaves e bases militares estrangeiras no Continente e dirigir os recursos financeiros que se assim se

libertem para o bem-estar e a prosperidade dos povos;

Criar a convicção e promover os meios para a defesa, soberania, conservação e melhor aproveitamento dos recursos naturais de cada país da região no seu conjunto, e para garantir o exercício da soberania sobre tais recursos, em especial os seus recursos energéticos;

Lutar pela concertação de tratados internacionais que defendam os interesses latino-americanos face à expansão, abuso e exploração das empresas transnacionais;

Proteger o desenvolvimento, fortalecimento ou revisão, segundo o caso, das organizações regionais latino-americanas que promovam a independência económica da região e resistam ao colonialismo e neocolonialismo;

Apoiar a acção conjunta para estabelecer em todo o Mundo uma nova ordem económica internacional mais justa e alcançar um regime de intercolaboração comercial, educativa, científica, tecnológica e cultural;

Cooperar para o desenvolvimento de uma política mundial que permita o uso responsável dos recursos energéticos para o bem de toda a humanidade e para o desenvolvimento soberano dos países que os possuem, assim como para os países latino-americanos que deles têm escassez;

Defender e promover o respeito pelos direitos humanos, que incluem os direitos económicos e sociais e a instituição do asilo político;

#### RESOLVEM:

1. — Criar a Conferência de Partidos Políticos da América Latina, como uma instância de reflexão conjunta em busca de acordos e coordenação de acções comuns em prol dos objectivos assinalados neste documento.

2. — Estabelecer uma coordenação para as reuniões periódicas da Conferência. A referida coordenação será integrada por um Presidente, seis vice-Presidentes representativos das três regiões e um Secretário Executivo, eleitos por consenso em cada reunião da Conferência.

3. — Atribuir à Coordenação:

a) A preparação das reuniões periódicas da Conferência;

b) Propor planos de acção conjunta a respeito de problemas internacionais, de ordem mundial e regional, de acordo com os termos desta declaração;

c) — Manter um contacto contínuo com os partidos políticos membros da Conferência e propiciar entre eles uma relação estreita e permanente;

d) Promover a incorporação na Conferência de outros Partidos Políticos Latino-Americanos que aceitem os termos desta declaração, subscrevam o compromisso de defender os princípios e avançar nas acções que nela se contêm.

Os Partidos Políticos abaixo assinados declaram-se membros constituintes da Conferência de Partidos Políticos da América Latina.

Oaxaca, México, 12 de Outubro de 1979.

*cadernos do  
terceiro  
mundo  
Oaxaca,  
mundo*  
Rua da Lapa, 142 - 37000-030  
CEP 20.021 - Tel. 242-1957  
Os problemas fronteiriços  
e a Bolívia...

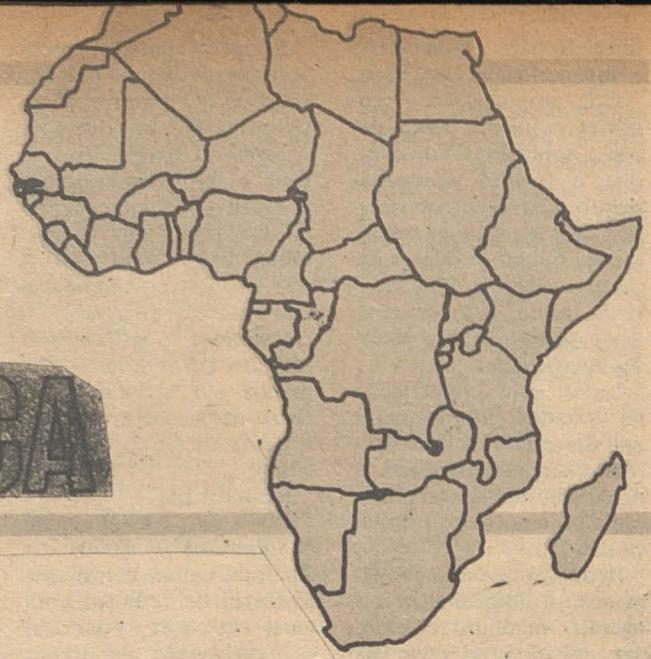
Os Partidos Latino-Americanos pensam que a existência de tensões derivadas de problemas fronteiriços pendentes de solução entre países do nosso Continente, malogra uma efectiva e unitária acção comum na luta pelos seus interesses, e origina situações de distanciamento entre povos irmãos.

E recomendam:

1 — Chamar a atenção para uma pronta, justa e pacífica solução de problemas fronteiriços entre países do nosso Continente; apoiando, em particular, a justa reivindicação da Bolívia de acesso livre e soberano ao Oceano Pacífico.



**AFRICA**



# Reflexão (em cinco pontos) sobre a independência de Angola

**Fernando Piteira Santos**



## *Evocar a independência de Angola e o seu 4.º aniversário, é seguramente a melhor maneira de abrirmos este pequeno «espaço» da nossa revista onde se homenageia Agostinho Neto.*

**1-** Fixemos duas datas: 10 de Dezembro de 1956 e 11 de Novembro de 1975. A primeira tem sido evocada como a da fundação do *partido*. A segunda é a da fundação do Estado. Uma e outra assinalam momentos decisivos da história de Angola.

Esta *história política* tem uma pré-história específica. O *partido* não surgiu de um acto de vontade, a sua criação culminou num longo processo de consciencialização militante: política, étnica, nacional, social. Em Dezembro de 1977, encerrando o I Congresso do MPLA, o Presidente Agostinho Neto dizia: "O dia 10 de Dezembro significa para nós o dia da fundação do MPLA. Faz hoje 21 anos que o MPLA foi fundado, aqui na cidade de Luanda. Vinte e um anos em que nós através da unidade, através da fidelidade a uma linha progressista, conseguimos a independência, e agora, a realização de mais um passo para a vida feliz, a vida próspera do Povo Angolano. Realizámos este sonho, criando o Partido do Trabalho".

A afirmação, orgânica e política, da linha progressista do movimento nacional de libertação dos povos de Angola não começou em 10 de Dezembro de 1956. O MPLA nasce da ultrapassagem de horizontes estreitos, da fusão de esforços, da elaboração teórica de experiências militantes, de convergências de um combate anticolonialista (e antifascista) com a consciência revolucionária da urgência histórica do movimento de libertação nacional africano.

Em 1977, Agostinho Neto preside ao I Congresso do MPLA. O Movimento Popular de Libertação de Angola define-se como partido de classe dos trabalhadores de Angola: MPLA-Partido do Trabalho. Mas este *partido político*, viverá 16 anos da sua existência política como movimento frentista de luta armada. Na sua vida política — e é essa a chave necessária para interpretar alguns acontecimentos

ocorridos de 1976, a 1979 — viria a repercutir-se o frentismo nacionalista e a escala de valores imposta pela luta militar ou gerada na difícil clandestinidade. Convertido em Partido do Trabalho, o MPLA enfrenta, a par da tarefa de se construir como *partido de classe*, uma tarefa não menos árdua: a da construção do Estado.

Numa África "mal partida", talhada pela força das armas dos colonizadores, cabe ao Estado de Angola Independente continuar a tarefa histórica da luta armada do movimento nacional de libertação: *fazer a Nação*.

### **O COLONIALISMO**

2 — Os países detentores de colónias, e de um modo geral os países imperialistas, não realizam nos territórios sujeitos a dominação colonial, ou simplesmente dependentes, investimentos que promovam um efectivo desenvolvimento económico. Os investimentos são aplicados na exploração de matérias-primas que serão utilizadas pelas indústrias dos países desenvolvidos ou em via de desenvolvimento, à produção de bens de consumo destinados à alimentação, particularmente dos países desenvolvidos, à criação e manutenção de infraestruturas que proporcionem uma mais rendível exploração do território e uma garantia da fácil manutenção da sua situação de dependência: infraestruturas para a exploração económica, infraestruturas de utilização logística e de interesse militar, tais como portos, aeroportos, vias de comunicação.

Os lucros do capital imperialista eram recuperados através de exploração de capitais, ou, se reinvestidos, aplicados na consolidação e extensão da própria dominação colonial e de mais intensiva exploração colonial. Esta política apoiava-se nas estruturas tribais, nas formas económicas feudais, tirava partido das situações de rivalidade étnica ou de conflituosidade religiosa.

No plano económico, e no plano político, o domínio colonial impedia o progresso das economias, bloqueava o desenvolvimento sócio-político das sociedades.

A luta de libertação nacional não foi o único caminho de descolonização, mas só onde a descolonização foi alcançada através da luta revolucionária a conquista da independência foi abordada em toda a sua complexidade: política (proclamação de um Estado soberano), económica (edição de estruturas económicas e criação de novas relações de produção), social (definição da classe, ou da aliança de forças sociais, capazes de promoverem a realização das tarefas históricas da construção política e económica e de fazer a Nação).

No primeiro aniversário da Independência, durante a cerimónia comemorativa que teve lugar no Largo Primeiro de Maio, o Presidente Agostinho Neto proclamou: "Agora a batalha é económica!"

Alcançada a independência no plano político, a luta transfere-se para outro terreno; transferiu-se para a economia. O Presidente Agostinho Neto ensinou aos angolanos: "Consumir é importante, mas não há consumo possível sem produção."

A tarefa histórica do Partido do Trabalho é vencer a batalha da economia, principiando por vencer a batalha do trabalho e da produção.

A República Popular de Angola nesta segunda luta de libertação nacional — a batalha económica, — deverá revelar as suas potencialidades de nação com imensas riquezas naturais. As potencialidades económicas de Angola determinaram, por um lado, a obstinação do ocupante colonial para manter o seu domínio político-económico, e explicam, em relação à Angola Independente, as intrigas imperialistas e as agressões militares.

Para o imperialismo não é indiferente que surja na África Austral uma grande nação, próspera e solidária dos povos em luta.

---

#### ANGOLA: FORÇA DETERMINANTE NA ÁFRICA AUSTRAL

---

3 — A circunstância da independência da República Popular de Angola ter sido alcançada pela luta armada de libertação nacional e principalmente pela acção político-militar revolucionária do MPLA,

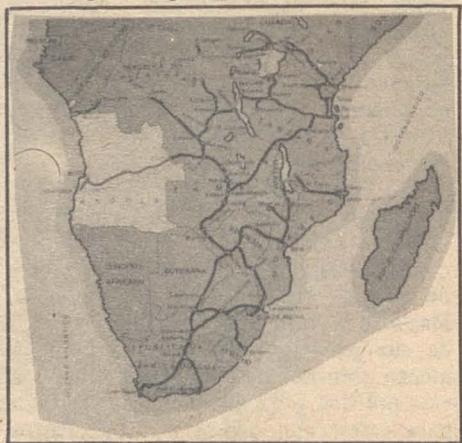
confere à data histórica de 11 de Novembro de 1975 um significado que transcende a própria Nação angolana.

Com a independência de Angola (e de Moçambique) sofre uma profunda alteração a correlação de forças na África Austral entre o "campo imperialista" e o "campo anti-imperialista". A República Popular de Angola faz parte dos países africanos da "Linha da Frente": Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Botswana e Angola. Países que constituem um factor de desenvolvimento da luta anti-imperialista na África Austral e oferecem apoio logístico e base operacional aos movimentos de libertação africanos do Zimbabwe, da Namíbia, da África do Sul.

A República Popular de Angola ocupa um lugar fundamental na "Linha da Frente" e é por esse facto que as forças imperialistas, os contra-revolucionários e as hordas mercenárias, desencadeiam contra o seu território agressões militares e acções de sabotagem e de pirataria.

A independência conquistada, numa longa luta de libertação nacional, deu ao povo de Angola a consciência da solidariedade anti-imperialista africana e internacional. A República Popular de Angola é pelas potencialidades económicas e pela posição política do MPLA-Partido do Trabalho uma força determinante da evolução política da África Austral.

4. — A independência de Angola — e, necessariamente, a independência dos outros territórios que foram colónias portuguesas, — representam, para as forças democráticas e progressivas de Portugal, uma condição da sua própria libertação sócio-política. Não é livre o povo que outros povos oprime.





E, particularmente na situação portuguesa, o sistema colonial fascista retirava grande parte de sua força da posse e exploração de territórios coloniais. Com a revolução de 25 de Abril de 1974, o povo português tendo reconquistado as liberdades democráticas, completou a sua vitória antifascista com uma *política de descolonização*. Não só reconheceu o direito à independência dos povos contra os quais prosseguia uma guerra colonial em três diferentes teatros operacionais, como considerou que a independência de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe se integravam no conjunto das transformações da sociedade e do Estado portugueses que constituíam o *processo de democratização* e de liquidação do Estado colonial-fascista.

5. — Não é de admirar que quando a luta política (e a luta de classes) se aprofunda em Portugal, a contra-revolução escolha o problema da política de descolonização como terreno de ataque às forças democráticas e progressistas. Quando a República Popular de Angola comemora

o quarto aniversário da sua *independência*, os saudosistas lusitanos do colonialismo intentam perseguir no foro judicial os democratas, civis e militares, responsáveis pela *política de descolonização*.

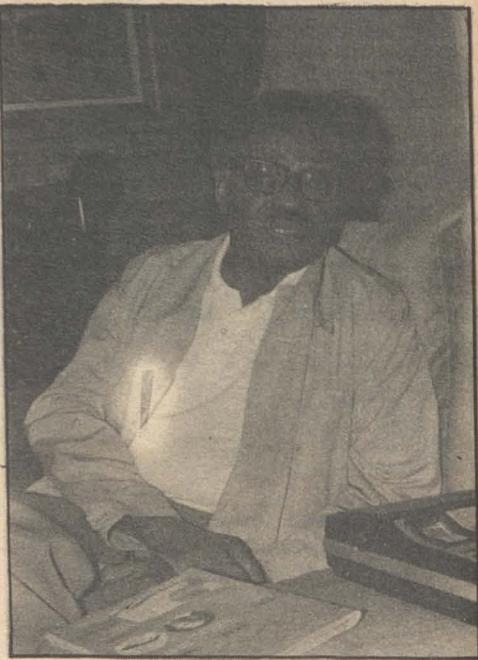
A *descolonização* continua a ser uma linha de combate pela Democracia. A *política de descolonização* impunha o reconhecimento da *independência* e impõe nos dias presentes uma política de cooperação, de estreitamento das relações, de amizade.

Na comemoração, realizada em Lisboa, do primeiro aniversário da independência de Angola, o Conselheiro da Revolução Vítor Crespo, prestando homenagem à luta de libertação nacional dos povos angolanos, afirmou que a *independência* "...deve, hoje, como no futuro, ser motivo de legítimo orgulho para os portugueses".

Motivo de orgulho, mas não só: a independência de Angola é uma condição favorável ao nosso próprio desenvolvimento democrático e à nossa presença num mundo em que ressurge a esperança da cooperação anti-imperialista e da Paz.

# Agostinho Neto, um passado recente

fotografia de Beatriz Bisio



*A morte desse revolucionário infatigável não é apenas um golpe para Angola e África, mas também para todos os povos oprimidos, por cuja libertação sempre lutou incessantemente.*

**Neiva Moreira**

**A** vida e a luta do camarada Agostinho Neto tem a dimensão histórica da nossa Pátria, porque nela se resumiram as virtudes superiores do revolucionário sem mancha, do militante total, do intelectual e poeta universal, do médico profundamente humano, do chefe amigo, do líder clarividente, do companheiro de todas as horas e do incansável servidor do povo".

Assim resume o Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho a figura desse grande militante da independência de Angola e da revolução africana comunicando ao povo a sua morte.

Talvez pouco se possa acrescentar a estas palavras, embora em cada um dos capítulos em que se projectou a ação de Agostinho Neto haja um mundo de expe-

riências acumuladas, uma extraordinária combinação de talento político, de coerência revolucionária e de desafio a todos os fatores de atraso, de opressão e de injustiça social.

Desde o lançamento do Movimento Cultural Nacionalista, nos anos 40 — do qual foi um dos líderes — à fundação do MPLA em 10 de Dezembro de 1956 e ao Movimento Anti-Colonialista (MAC), germe da unidade operacional das organizações libertadoras das então colónias portuguesas, Neto entregou a vida ao serviço do povo da África e de todos os povos oprimidos e discriminados do Mundo.

Ante a evidência de que o colonialismo português não se retiraria da África, senão com uma guerra, o médico humanitário, o homem sensível, o chefe de família exemplar, que dividia com a sua compa-

nheira Maria Eugénia e seus filhos uma vida simples e modesta, lançou-se nos perigos da luta armada.

## A BATALHA DE LUANDA

"Incansavelmente — disse o comandante Lúcio Lara, seu amigo e companheiro de toda a vida e actual secretário-geral do MPLA — o presidente Agostinho Neto percorre as diferentes regiões militares, tão distintas umas das outras, para animar os combatentes, para velar pelas condições de abastecimento, para dinamizar a ação". "Acções, mais acções, cada vez mais acções", era a sua palavra de ordem.

Com esse mesmo espírito comandou, no período crítico da independência, em 1975, a luta contra a invasão estrangeira e alguns grupos traidores internos. "Assumindo completamente as funções de Comandante-em-chefe — recorda Lara — o presidente Agostinho Neto soube levar as forças do MPLA ao caminho da vitória, utilizando com particular sagacidade as debilidades inimigas e as nossas reservas, reforçadas oportunamente com o esforço internacionalista das Forças Armadas Revolucionárias cubanas".

O Presidente Neto entrevistado pelo nosso editor internacional, Neiva Moreira, nas redondezas de Luanda, em 1975, antes da independência do seu país contra os grupos fantoches.

Era necessário viver em Luanda naqueles dias tensos e até dramáticos às vezes, para sentir a repercussão da liderança de Agostinho Neto no povo. Com a cidade sitiada, combatendo-se nas linhas exteriores da sua defesa, os bairros populares mobilizados para lutar rua por rua, casa por casa, sentindo-se já a falta de alimentos e inclusivamente de água, com a ruptura — pela artilharia inimiga — de alguns tubos das reservas próximas em Kifandongo, nada disso chegava a debilitar a resistência, animada pela organização, nem a fé na independência, e sobretudo, na liderança do "mais velho", como chamavam carinhosamente então ao presidente Neto, que, em 1975, não tinha ainda completado os 53 anos de idade.

## MOMENTOS DECISIVOS

Recordo aquela noite memorável, a que com Beatriz Bissio nos referimos numa reportagem para a nossa revista (*Cuadernos del Tercero Mundo* n.º 11, "Luanda Sitiada"; e *Terceiro Mundo* n.º 1, "Angola, As Dores do Parto", Dezembro de 1975).



**CADERNOS DO  
TERCEIRO  
MUNDO**  
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ  
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

"Na imensa concentração que aguardava o discurso do presidente Neto, entre cantos e aclamações, era evidente a tensão. Esperava-se a cada momento o bombardeio do Zaire. Holden e Savimbi (líderes dos movimentos fantoches), haviam anunciado que se encontrariam em Luanda naquela noite. Trinta camiões com partidários na UNITA tinham sido detectados alguns quilómetros adiante da linha de frente para penetrar em Luanda. Queriam garantir algum tipo de apoio, numa cidade totalmente hostil a ambos os dirigentes contra-revolucionários.

"A tensão foi maior ainda quando, minutos antes do presidente Neto proclamar a independência, começou um intenso tiroteio que, às vezes, não deixava ouvir as suas palavras. Uma cortina de balas — disparadas de diferentes pontos da praça e elevações vizinhas, formavam uma espécie de guarda-chuva protector, sob o qual aquele homem simples e firme, poeta, médico e revolucionário, sem um dia de pausa na luta de libertação, fazia o anúncio solene que todos esperávamos, no meio do clamor das massas populares".

Mais tarde, soube-se que, além das salvas e tiros de combatentes entusiasmados com a vitória, havia funcionado também uma cortina de fogo anti-aéreo, destinada a impedir que os aviões inimigos perturbassem a festa do povo.

Aquela reportagem prossegue assim: "Agostinho Neto convidou o povo a ir ao Palácio do Governo para tomar posse daquele símbolo de poder colonial". Uma imensa coluna, a primeira de Angola independente, dirigiu-se então ao palácio, onde Neto içaria a bandeira da Pátria e o emblema do Movimento Popular de Libertação de Angola.

No dia seguinte, o comandante Lúcio Lara, veterano combatente revolucionário, em nome do Movimento, investiu Agostinho Neto como o primeiro presidente da República e cerca de 30 países anunciaram naquele momento o reconhecimento oficial à recém-proclamada República Popular de Angola.

O clima festivo não fez, porém, esquecer ao povo, que a guerra estava às portas de Luanda. Os combatentes que desfilavam sob o aplauso colectivo e também com lágrimas de milhares de pais, mães, esposas, irmãos e filhos daqueles que tinha caído na luta mostravam nas suas du-

ras fisionomias, a tensão de um momento decisivo.

Porém, Luanda estava a salvo. E com ela consolidava-se a independência de Angola e de África. O mundo progressista ganhava um aliado de extraordinário valor político, ideológico e estratégico, no ponto crucial da Linha da Frente na África Austral, onde se travava a última batalha de libertação do continente africano.

Ainda visivelmente emocionado, Neto não perdeu a serenidade nem mudou o tom tranquilo e didáctico da sua voz: "Em nome do Movimento Popular para a Libertação de Angola e do povo angolano, proclamo solenemente a independência de Angola" ...

## O SILENCIO INTERNACIONAL

Semanas antes, havíamo-lo entrevistado numa casa dos arredores de Luanda. Perguntámos-lhe se acreditava que a luta podia perder intensidade. "Não, ainda podemos passar por uma fase de guerra mais intensa, Angola está sendo invadida e há um silêncio internacional", afirmou.

Arriscámos transmitir-lhe uma preocupação que era muito comum entre os quase 400 jornalistas que cobriam os acontecimentos decisivos de Angola naqueles dias: Se ele considerava viável a proclamação da independência, em condições tão difíceis.

— Sim. A independência seguramente será declarada. Somente permanece a dúvida de qual será o organismo que exercerá o poder. Mas a proclamação efectuar-se-á.

Estaria o MPLA esperando um ataque directo a Luanda?

O presidente respondeu-nos com simplicidade: "Sim". E acrescentou: "O nosso povo está com uma elevada moral combativa e mobilizado para resistir à ofensiva".

A conversa derivou para o modelo político que se instalaria depois da independência e da vitória militar.

Neto disse-nos:

— O nosso conceito de democracia é essencialmente participação. Desejamos que o povo angolano participe activamente na vida económica do país, que os nossos trabalhadores não sejam meros executores de uma política, como também cérebros que planificam, dirigem, toman iniciativas e administraram. Ou seja,



Dia do casamento de Agostinho Neto com Maria Eugénia; ao lado da noiva, o padrinho, Lúcio Lara.

gestão deve estar nas mãos do povo, sem nenhuma discriminação".

Colocámos ao presidente o tema da discriminação racial em Angola, ou seja, se havia possibilidades de um racismo anti-branco.

— Não. Aqui não há discriminação ao branco. E não haverá nenhuma discriminação nesse sentido.

— Angola, presidente, está vivendo um grande momento para a poesia e, de um modo especial, para os escritores comprometidos, militantes. O poeta Agostinho Neto produziu alguns versos nestes últimos tempos?

Neto olhou ao longe, esboçou um sorriso e respondeu-nos textualmente:

— Não, não tenho tempo de escrever.

— Quer dizer que o líder e o comandante ultrapassaram o poeta?

— O poeta está de férias.

#### UM LUTADOR AFRICANO

Posteriormente, regressámos a Luanda. Encontrámos o presidente Neto no cam-

po de batalha, já não na guerra que levou o seu povo à vitória, mas em outra batalha não menos complexa, a da libertação económica e social de Angola, e de África.

Os povos ainda subjugados da África Austral não tiveram melhor aliado nem defensor mais consequente. Já em 1965, numa carta aos Chefes de Estado reunidos na Organização de Unidade Africana (OUA), Neto advertiu sobre o que poderia chegar a ser o problema do Zimbabwe, que hoje se coloca, exactamente como ele o previra. "A declaração da independência da Rodésia do Sul pela minoria branca criou uma situação explosiva na África Austral. É por isso que o MPLA pensa que a África faltará à sua missão, na questão rodesiana, se se limita a promover resoluções lacónicas, condenando a acção de Smith e dos seus aliados".

Uma vez mais, a coerência ideológica se unia em Neto, ao intérprete do futuro, para analisar situações que, para outro, passavam despercebidas.



Agostinho Neto com o Che, em Brazaville, durante a visita do Che a vários países africanos.

## O LÍDER

A morte deste revolucionário incansável atinge-nos a todos. Ocorre no momento em que o MPLA — Partido do Trabalho se consolida ideologicamente e estrutura o seu já poderoso aparelho partidário. Ocorre também quando Angola mais necessitava da liderança de Agostinho Neto, empenhado como estava na luta pelo socialismo, pela implantação do Poder Popular e pelo reforço e preservação da unidade nacional, que os inimigos de Angola e de África não desistem de atacar.

Na América Latina, Neto era um dos dirigentes africanos mais conhecidos e respeitados, admirado e seguido. À nossa redacção, chegam frequentemente cartas de lugares distantes da América Latina e do Caribe, solicitando mais elementos sobre a obra de Agostinho Neto e publicações que divulgam os seus discursos. Muitos universitários mexicanos e de outros países latino-americanos, alguns deles conhecedores da sua obra, e outros menos informados, procuram os nossos serviços de documentação, para enriquecer as suas teses com o material já reunido ou publicado no nosso arquivo, sobre esse líder das lutas do Homem, pela sua libertação.

Publicidade

# Lê — Assina — Divulga FAROL DAS ILHAS (Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 150\$00

Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.  
1200 Lisboa

# O pensamento de Agostinho Neto

*Através das numerosas proclamações que fez ao povo antes da Independência, durante os dias difíceis da luta armada, ou nos seus discursos de estadista, o líder angolano mostrou firmeza revolucionária, clareza ideológica e a sua decisão irrevogável de libertar a Pátria e a África.*

foto: Beatriz Bissio



**F**ALTAM ainda cumprir muitas tarefas para chegar a uma verdadeira independência nacional. Podemos dizer que somos completamente independentes enquanto a *Gulf Oil* explorar o petróleo? Evidentemente que não. Chegámos a uma verdadeira independência política, mas não a uma verdadeira independência económica; esta só será alcançada quando em Angola, de Cabinda ao Cunene, não houver nenhum monopólio estrangeiro a explorar as nossas riquezas."

"Podemos resolver estes problemas com um decreto? Podemos resolver isto com editorial inflamado dizendo que os patrões não devem engordar à custa do suor dos trabalhadores? Evidentemente que não. O petróleo de Cabinda extrai-se com uma tecnologia avançada. Temos nós essa tecnologia? Não. Possuem-na os países que são nossos amigos e aqueles que mais nos têm ajudado? Tão-pouco. Bem; então que fazemos? Aquilo que estamos a fazer: dizer à *Gulf Oil* que a República

Popular de Angola não reconhece os decretos que ela estabeleceu com os colonialistas portugueses; que assinou esses contratos sem o conhecimento do povo angolano e que vamos estabelecer novos contratos para o futuro, que sejam aceites pela companhia e pelo povo angolano."

"Estas condições são desfavoráveis para o povo angolano. Mas não podemos evitar esta situação sem criar novas dificuldades aos trabalhadores angolanos e ao povo angolano, em geral. Paralisar agora a produ-

ção de petróleo seria ocasionar privações desnecessárias. A *Gulf* vai explorar as nossas riquezas toda a vida? Claro que não. Nós não vamos comprometer o nosso futuro, vamos fazer um acordo temporário... Não queremos enganar ninguém. Não queremos enganar os monopólios estrangeiros, nem os capitalistas, ocultando-lhes que vamos seguir o caminho da socialização dos nossos meios de produção, das finanças, do comércio, dos serviços, de tudo o que pudermos socializar e o mais rapidamente possível..."

"Quando falamos de socialismo falamos a sério. Não se trata do chamado "socialismo africano" ou "socialismo bantu" mas do socialismo científico. Não se trata do socialismo para os domingos e feriados, mas do socialismo científico. A base do sector estatal da economia serão os bens abandonados pelos colonialistas portugueses..."

*(Extractos do discurso pronunciado em 18 de Outubro de 1976, na "Segunda Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos").*

### ESCOLHEMOS A VIA SOCIALISTA

"No dia da nossa Independência fomos capazes de dizer que nós, o povo angolano, escolhemos a via socialista para o nosso país e estamos a seguir o caminho da construção do socialismo. E perguntamos: o que é necessário para construir o socialismo? Para construir o socialismo necessitamos de estruturas económicas. O desejo político de construir o socialismo não é suficiente. É necessário assentar numa base

política e económica. Quer dizer que nós temos necessidade de ter o Partido, um partido da classe operária capaz de dirigir consequentemente o povo angolano para o socialismo. Sem es-

trutura económica e sem Partido não se pode construir o socialismo..."

"Seria mau, que nós, militantes do MPLA, não fôssemos capazes de adoptar medidas revolucionárias pa-

## «Eu sempre o acompanhei...»

*Depoimento de Maria Eugénia Neto,  
esposa e companheira do Presidente  
desde os seus tempos  
de estudante, em Portugal.*

**C**ONHECI o camarada Presidente quando ele era estudante em Portugal. Ele tinha uns amigos que moravam defronte da minha casa... Um ou dois meses antes dele ser preso pela segunda vez - em 1956, não sei se em Fevereiro ou Março - tínhamos tomado determinado compromisso. Não era uma coisa muito estável, porque ele não tinha dado ainda uma satisfação aos meus pais.

Então declarou à polícia que eu era a noiva dele, porque era a única maneira de ter contacto com alguém de fora, sem ser a mãe, mas esta encontrava-se longe, com a família, em Angola. Era eu que servia de elo de ligação com o exterior... Ele disse que eu era a sua noiva e eu assumi essa responsabilidade, e passei a escrever-lhe todos os dias. Foram momentos bastante difíceis... Eu tinha, nessa altura, cerca de 19 anos.

Eu não contava a minha vida a toda a gente, porque havia um grande preconceito contra os presos: As pessoas tinham medo, afastavam-se.

Além do meu noivo ser um preso político, era também africano. E isso, para a mentalidade do jovem vulgar daquela altura, era coisa que não se podia conceber. Deixava os meus amigos atónitos. Era realmente preciso ter uma grande força moral para suportar aquela situação, que durou quase três anos...

Foi julgado e contrariamente ao que o seu advogado, o Dr. António Macedo, pensava, saiu em liberdade. Pensei que foi devido a uma grande pressão internacional: ele era conhecido como poeta, já tinha ido ao estrangeiro representar as colónias portuguesas. Os seus poemas eram um grito que chegava lá fora e que dava a conhecer o que se passava em Angola.

Casámos no dia 27 de Outubro de 1958. Um ano depois fomos viver para Angola. Tínhamos um filho com 22 dias... Alugámos uma casa, mas não estivemos juntos nem oito dias, porque ele foi preso em Julho de 1960."

Maria Eugénia Neto descreveria assim o seu marido, numa entrevista anterior à sua morte: "Neto impressionava-me muito. Era o tipo de homem de que eu gostaria de ver voado o Mundo... Eu sempre o segui por toda a parte: Cabo Verde (para a prisão), Lisboa, Leopoldville... Quando nós

ra solucionar os problemas... Mas às vezes os problemas "acabam" com um telegrama que se envia para a capital e depois fica à espera quando nós sabemos que a capital também não

pode resolver esse problema."

"Refiro-me a isto simplesmente para lhes dizer que quando dedicamos a nossa atenção aos problemas económicos devemos

ir mais além do que o Estado pode ir. Vamos resolver em cada unidade de produção, em cada província, em cada localidade, os problemas locais... Fazendo isso, trabalhando para aumentar a qualificação dos trabalhadores, alfabetizando, ensinando e aprendendo, vamos ter presente que tudo o que fazemos é para o povo de Angola, é o dever de cada um..."

*(Extracto do discurso pronunciado na Assembleia de Militantes de Ndalatando, em 5 de Fevereiro de 1977).*

## BALANÇO DE UM ANO

No discurso que o presidente Neto pronunciou em Janeiro de 1977, quando em Angola foi mudada a moeda da época colonial por uma nova, emitida pelo Estado angolano, o estadista fez um balanço do primeiro ano de independência da sua Pátria, definindo-o como "extremamente proveitoso" pelo conjunto de experiências adquiridas.

Transcrevemos esse balanço:

— A institucionalização e instalação em Luanda dos órgãos de Poder Popular, a sua regulamentação e lançamento das bases para estendê-lo às outras províncias do país;

— O confisco de várias empresas e das terras abandonadas pelos colonialistas em proveito do seu legítimo proprietário, o povo angolano;

— A dinamização das cooperativas de produção e de consumo no campo e na cidade como forma de materializar o poder dos trabalhadores a nível das instituições de produção e gestão pelas massas operárias e

fotografia de Beatriz Bissio



passámos para Brazzaville, era necessário reagrupar todos os camaradas dirigentes e não-dirigentes, a fim de reunir todos os militantes. E então realiza-se uma conferência de quadros muito célebre, em 1964. Foi um momento verdadeiramente difícil, mas também havia grande entusiasmo e aquela sensação de que estávamos perante a vitória ou a morte. Aquela conferência ditou directivas muito sérias e a luta deu um grande salto depois dessa conferência. Durante a conferência tive uma outra alegria para além da de vermos o Movimento erguer-se de novo, foi o nascimento da minha terceira filha...

Tinha-se aberto a Frente Leste. Um ano depois deslocamo-nos para lá. O Presidente tinha resolvido que levaria a sua família. Como ele levou a família e todos nos seguiram...

Quando chegou o 25 de Abril, o camarada Presidente, com uma grande delegação — onde eu também participava — encontrava-se no Canadá. Eu não tinha ouvido dizer nada, mas o camarada Presidente disse-me: "Parece que há alguma coisa em Portugal". Mas não me quis dizer assim muito a sério, porque aquilo poderia ser uma coisa sem importância. Depois, quando começámos a compreender que aquilo era realmente a sério, foi uma tão grande alegria..."

camponezas;

— A nacionalização do ensino e da saúde realizada para o povo e não para uma minoria privilegiada, tornando-a gratuita e extensiva a várias regiões do país, apesar da enorme falta de quadros para esse efeito;

— O controle da banca pelo Estado do Povo, para impedir todas as manobras sabotadoras;



— O confisco do Banco de Angola e do Banco Comercial e a criação, no seu lugar, do Banco Nacional de Angola e do Banco Popular de Angola;

— A transformação da habitação num direito fundamental de todo o povo;

— A experiência adquirida no campo da Justiça com a criação de tribunais populares para a aplicação das leis jurídicas revolucionárias a todos os agentes da contra-revolução;

— Enfim, todas as medidas e realizações empreendidas durante este ano pelo Estado revolucionário, dirigido pelo MPLA, para conduzir correctamente a Revolução angolana para a Democracia Popular — a primeira etapa da construção do socialismo no nosso país, — demonstram bem o carácter de classe que imprimimos à nossa luta na defesa intransigente dos interesses das massas operárias e camponesas..."

## Depoimento da mãe de Agostinho Neto «doze anos sem o ver...»

**M**ARIA Antónia da Silva relata as dificuldades por que passou durante os anos de luta do seu filho.

Os pais de Agostinho Neto casaram em 1918. A sua mãe era então professora do ensino primário, e o seu pai era pastor da igreja protestante.

Agostinho Neto nasceu em 17 de Setembro de 1922, na aldeia de Kaxikane.

“Com outras professoras, eu dava aulas a alunos das quatro classes da escola primária. O meu marido, logo de manhã, começava o seu trabalho pela horta, onde cultivávamos alguns produtos que nos ajudavam a viver e a manter-nos independentes”, relata Maria Antónia da Silva. “Tivemos nove filhos. Um deles morreu quase recém-nascido e outro, o terceiro, morreu há trinta anos”.

Agostinho foi o segundo filho. Uma das irmãs, Ruth Neto, actual secretária-geral da Organização de Unidade Africana, esteve sempre a seu lado, acompanhando-o na militância política.

“Todos os nossos filhos foram nossos alunos na missão, todos estudaram no liceu, mas só Ruth e Agostinho chegaram a completar os seus estudos superiores em Portugal. Quando era estudante de medicina, ele foi preso duas vezes. A terceira prisão foi já depois de ter regressado a Luanda, onde tinha aberto um consultório no bairro operário. Por essa altura, o meu marido já tinha falecido e eu trabalhava em Luanda como educadora de infância.

Agostinho cumpriu a pena de prisão e, uma vez libertado, fixaram-lhe residência em Cabo Verde. Depois, em Lisboa, para onde segue também a sua mulher Maria Eugénia. Em doze anos apenas o vi uma vez, em Roma. Só o voltei a encontrar em 4 de Fevereiro de 1975, durante o período de transição...”

## Sala Agostinho Neto

Os trabalhadores da equipa dos *Cadernos do Terceiro Mundo* e da UILA (Unidade de Investigação da América Latina), que compartilham o local de reuniões e conferências nas instalações da revista, no México, decidiram designá-la por sala Agostinho Neto.

A homenagem será realizada brevemente com um acto público, que dará início a um ciclo de conferências sobre a vida e a obra de Agostinho Neto e as suas repercussões no mundo emergente.

Tal decisão foi comunicada ao MPLA-Partido do Trabalho e ao governo de Angola.

# OCEANO ÍNDICO encruzilhada geopolítica entre o Oriente e o Ocidente



*O Índico é cenário da corrida armamentista. As razões, há que procurá-las não só no petróleo, mas no aparecimento nos últimos anos de Estados independentes na região que põem em questão a herança colonial e se encaminham para o socialismo.*

**Beatriz Bissio**

O Oceano Índico, que teve uma particular importância política na Segunda Guerra Mundial, voltou a ser uma das regiões mais "quentes" do Planeta quando a questão do petróleo irrompeu na cena internacional como um problema vital, de "segurança nacional", para as grandes potências capitalistas. O Oceano Índico entrou, assim, num processo de militarização incentivado pela Inglaterra, França e muito especialmente pelos

Estados Unidos. Como respostas a esta ameaça, os países da área começaram a coordenar ações diplomáticas no sentido de alertar a opinião pública mundial sobre o perigo de extensão da "guerra fria" à rota do petróleo.

A base inglesa de Mombassa, a francesa da Ilha de Reunião e a norte-americana de Diego García são as mais conhecidas e importantes, mas não as únicas. As instalações militares expandem-se. A base de Die-

go García continua a ser equipada com os mais sofisticados armamentos, apesar de todas as denúncias, e em particular dos protestos das nações vizinhas junto dos foros internacionais.

As Nações Unidas e o Movimento dos Não-Alinhados apoiaram já a decisão de "fazer do Índico uma zona de paz", decisão adoptada pelos países africanos e asiáticos com costas para esse oceano..

No entanto, até ao mo-

mento, essa reivindicação não encontrou nenhum tipo de resposta por parte das potências envolvidas na corrida aos armamentos. Pelo contrário, a própria União Soviética também incrementou as suas esquadras naquele oceano.

Se bem que a massiva presença militar ocidental na região seja atribuída à questão do petróleo, não devemos esquecer que no Oceano Índico se processaram alterações profundas nos últimos anos. Com o fim da etapa colonial, o Índico deixou de ser um "lago privado" dos britânicos e franceses, para se ver rodeado por Estados independentes, muitos deles com claras opções revolucionárias. Como é o caso de Moçambique — que alcançou a independência em 1975 —, de Madagascar, onde nesse mesmo ano assumiu o governo um grupo de oficiais socialistas encabeçado por Didier Ratsiraka, das Ilhas Seychelles, governadas desde 1977 pelo Partido Unido do Povo. Foi também o caso das Comores, onde uma experiência progressista foi brutalmente interrompida pela invasão mercenária liderada pelo conhecido assassino a soldo, Bob Denard, em 1978. Mudanças esperançosas produzem-se, entretanto, no Quénia, que com o Presidente Arap Moi, se parece encaminhar para um sistema democrático estável, enquanto a Tanzânia se mantém coerente na sua opção socializada sob a condução do Presidente Julius Nyerere.

Talvez o único saldo negativo no balanço dos últimos anos na região seja o da Somália, que esteve sob a mira do imperialismo de-

rido à sua aproximação à União Soviética e às suas definições socialistas, até que o original processo político local se orientou para os padrões mais conservadores e comprometidos com os interesses árabes reaccionários.

Porém, do outro lado do Mar Vermelho, a República Democrática do Yémen definia claramente a sua opção socialista, encontrando-se hoje entre as vanguardas do Mundo Árabe. Djibuti atingiu a independência em 1976, e ainda que subsista no território uma importante presença militar francesa, pelo menos, formalmente, essas tropas estão hoje sob controlo de um governo independente. No Oman, apesar a queda do xá do Irão, o sultão Qabus bin Said enfrenta uma difícil situação interna. Os guerrilheiros da Frente de Libertação, incentivados pela decisão do novo governo de Teherão de retirar de Mascate as tropas enviadas pelo xá, incrementaram nos últimos meses a luta armada e já estariam no po-

der se os Estados Unidos não tivessem actuado com "prontidão" (directamente e através do Egito) fornecendo mais armamento e apoio militar para o regime.

O Iraque, se bem que não esteja exactamente sobre o Índico, liga-se a ele através do Golfo, viu frutificar uma experiência socializante que, apoiada nos recursos petrolíferos do país, em breve, nos próximos anos, se afirmará. O Irão, obviamente, já não cumpre o papel de *gendarme* que o imperialismo lhe havia designado.

Nas ilhas indostânicas do Oceano, a situação não é mais tranquila para os interesses "ocidentais". A ebulição política na Índia e no Sri Lanka de forma nenhuma assegura a consolidação das correntes mais pró-americanas. Na Indonésia e na Malásia os governos debatem-se em contradições internas e nem mesmo o sustentáculo em que se apoiam — à força das baionetas — consegue erradicar os movimentos revolucionários e democráticos que

## As Seychelles

Com uma população de 60 mil habitantes, a República das Seychelles está situada a nordeste da ilha de Madagascar. Conhecida internacionalmente pelas suas belezas naturais, que lhe valeram o qualificativo de "último paraíso terrestre", as Seychelles recebem anualmente mais de 30 mil turistas que chegam da Europa e dos Estados Unidos em *charters* especialmente fretados.

A capital, Victoria, tem 15 mil habitantes e os idiomas oficiais são o inglês e o francês.

Albert René fez os seus estudos na Europa, onde se formou em Direito, e onde desde muito cedo se sensibilizou com as lutas independentistas que abalavam o continente africano, fundando o SPUP, hoje partido no poder na sua pátria.

ganham cada dia maior vigor.

Essa correlação de forças foi evidente na VI Cimeira dos Não-Alinhados, onde o tema do Oceano Índico voltou a ser levantado e a encontrar apoio maioritário o pedido de desmilitarização. Até mesmo representantes conservadores, como o da Ilha Maurícia, defenderam a exigência dos governos revolucionários de retirada do pessoal militar e de desmantelamento das bases.

## AS ILHAS ESTRATÉGICAS

O Chefe de Estado das Seychelles, Albert René foi entrevistado em Havana pe-

los *Cadernos do Terceiro Mundo*. O entrevistado confirma o avanço das forças progressistas no Índico.

Albert René expõe-nos as conquistas da revolução que ele lidera à frente do *Seychelles People's Party*, SPUP, um partido que antes da independência era já reconhecido como movimento de libertação pela Organização de Unidade Africana, e que desde o primeiro dia de vida independente, quando o então presidente James Mancham ofereceu a René o cargo simbólico de Primeiro-Ministro, começou a trabalhar para a tomada do poder.

Mancham era um *play-boy* internacional que não chegava a passar ao longo do ano um mês inteiro no

seu país. Aliado incondicional dos interesses britânicos e norte-americanos, administrava as Seychelles como se de um negócio pessoal se tratasse, abrindo as portas às transacionais com vista a fazer das ilhas umas segundas Bahamas. Uma vez derrubado, em conjunto com os serviços secretos ocidentais, fomentou uma invasão mercenária no seu país. Mancham e os imperialistas pensavam que a fácil vitória de Bob Denard sobre o presidente Ali Soilih das Comores poderia também se repetir nas Seychelles. "Mas aqui era diferente, porque o nosso povo está vigilante", declarou nessa oportunidade Albert René, ao dar a conhecer o desmantelamento da operação.

Bob Denard, mercenário e conhecido «homem de mão» do imperialismo na região. Depois da «golpada» vitoriosa nas Comores, as Seychelles estiveram na sua mira, mas aí as coisas eram diferentes, aí o povo «está vigilante».



# SEYCHELLES

## socialismo com projecto próprio



Albert René com a nossa Editora-Adjunta, Beatriz Bissio.

22 R BSB 11/11

*Em declarações exclusivas, o presidente Albert René denuncia as campanhas desestabilizadoras lançadas pelos grupos que perderam o poder no país e afirma que o povo é o garante máximo do processo revolucionário que está em curso nas Ilhas.*

Ve

Presidente, o seu país tem sido vítima de várias tentativas desestabilizadoras por parte dos grupos destituídos do poder. Qual é a sua opinião sobre a situação actual?

Como se sabe, as Seychelles estão na rota do petróleo e isso está na base dos nossos problemas. Encontramo-nos numa área que os norte-americanos protegem com poderosos arsenais, e somos por isso, submetidos a pressões. Estamos rodeados de bases militares: a de Diego Garcia, construída pelos norte-americanos; a da Ilha Reunião, francesa, e por todas as bases do Índico destinadas a assegurar os interesses ocidentais na região. Tendo Madagascar e as Seychelles governos de definição socialista, esses grupos de interesses lançam, sistematicamente, campanhas de desestabilização.

Tiveram êxito nas Comores. O objectivo agora é fazer retroceder o processo das Seychelles. Neste contexto optamos pela única via a seguir: mantermo-nos vigilantes e estabelecer as estruturas necessárias para podermos continuar no poder.

Como se mantém essa vigilância? Que estruturas montaram para assegurar a continuidade do processo?

Temos dois processos: o primeiro, pela integração de todo o povo no sistema de defesa. Nas Seychelles todo o homem, mulher e criança é um militante. Não se descura a vigilância de nenhum ponto das ilhas a fim de detectar qualquer movimento suspeito. O povo é a nossa força de defesa.

A segunda forma de defesa é uma joint-action (acordo militar) entre Madagascar, a Tanzânia e as Seychelles. Ainda há poucos meses ~~o~~ desenvolvemos uma forma conjunta de exercícios militares e navais.

Os que fomentam a desestabilização não contam com nenhuma forma de apoio interno?

O esforço para organizar uma contrarrevolução interna não foi frutuoso porque o nosso povo comprehende que os que fomentam a desestabilização só querem prejudicá-lo. A nossa campanha de mobilização das massas foi um êxito que pode ser comprovado por qualquer pessoa que visite as Seychelles. A mobilização é total. Famílias inteiras fazer turnos de vigilância durante a noite para detectar uma possível invasão de mercenários. Porque o problema é externo e não interno.

~~O presidente deposto, Mancham, e os seus correligionários não mantêm ligações com nenhum sector da população?~~

Têm possibilidades de mobilizar apoio externo. Todos os dirigentes vinculados ao regime anterior estão no estrangeiro porque sendo gente de dinheiro, foram afetadas pelas medidas tomadas pelo nosso governo.

~~Mas com o dinheiro podem corromper...~~

~~Podem comprar mercenários e estão a tentá-lo. De resto, já o tentaram.~~

## UMA BOA REDE DE INFORMAÇÃO

~~Que sabe de Bob Dénard? Ainda procura invadir as Seychelles?~~

Nós sabemos sempre onde está Bob Dénard, esteja ele onde estiver. Tivemos de defender a nossa revolução duramente e isso obriga-nos a manter uma boa rede de informação.

~~Perante uma eventual invasão mercenária, como a que foi tentada por Bob Dénard, o pacto militar com Madagascar e a Tanzânia poderia ser uma ajuda?~~

Bom, esse pacto mostra ao Mundo que nesta região estamos unidos o que torna as nossas forças armadas mais móveis e especializadas. Têm capacidade de ir de Tananarive (a capital de Madagascar) às Seychelles em três horas. Temos um contacto por rádio muito rápido e posso contactar Ratsiraka, em Tananarive, da minha casa.

Um telefone vermelho...

~~Seja. E isso é muito importante.~~

## IGUALDADE DE DIREITOS

~~Qual é o papel da mulher na nova sociedade que estão a edificar?~~

Nós Seychelles tratamos as mulheres como homens...

Boa resposta. Mas como se traduz isso na prática?

Temos uma organização de mulheres que tem a sua própria representação no Congresso do nosso partido, da mesma forma que temos uma União Nacional de Trabalhadores que também está representada no Congresso e uma Associação Nacional da Juventude.

Nesse caso não as tratam como homens porque não há uma Federação de homens no Partido...

— Não, mas cremos que no caso da mulher há algumas responsabilidades específicas. Decidimos que a Federação Nacional das Mulheres se encarregasse das creches e escolas pré-primárias, que não estão diretamente a cargo da administração pública, mas das mulheres organizadas no Partido. Devemos, no entanto, confessar que não tivemos êxito total na nossa campanha de integração da mulher.

#### Porque diz isso?

— É que há mulheres que ainda preferem ficar em casa. Emfim, sabe, é o peso das tradições. Mas estamos a fazer progressos neste campo.

— E no campo da legislação, dos salários e das possibilidades de acesso à educação?

— São exactamente iguais os direitos dos homens e das mulheres. Nas Seychelles, a mulher não tem entraves legais de nenhuma ordem.

### CONSTRUIR UMA ECONOMIA SOCIALISTA

No plano interno, quais os avanços mais significativos?

— Em Junho de 1977, com a tomada do poder do *Seychelles People's United Party* (SPUP), começou a nova revolução. Desde então estamos a fazer as mudanças estruturais necessárias para construir uma sociedade socialista. Nacionalizámos todas as escolas e estabelecimentos de saúde. Estamos agora a fazer a reforma agrária para dar ao povo terra para trabalhar, uma vez que ele anteriormente estava nas mãos dos latifundiários. Continuaremos com a tarefa de colocar os meios de produção ao serviço do povo.

— Cremos estar em condições de estabelecer, nas Seychelles, um Estado Socialista com um projecto próprio. Muita gente pensa que para se ser socialista é necessário copiar o que os outros fizeram. Nós, pelo contrário, pensamos que devemos estudar a melhor maneira de atingir essas metas de acordo com a realidade das nossas ilhas.

— No que se refere à agricultura, por exemplo, que sistemas se devem implantar? Devemos criar cooperativas? Empresas estatais? Ou talvez organizações com bases comunais? Estas opções estão a ser estudadas com base no conhecimento profundo da nossa realidade.

Antigamente a nossa economia estava totalmente dependente do turismo. Nós decidimos mudar o eixo central dessa economia dedicando-nos à agricultura, à pesca e ao desenvolvimento das outras ilhas que no passado não estavam habitadas. A população estava praticamente concentrada em três ilhas. Neste momento, queremos desenvolver as outras aproveitando as enormes possibilidades económicas que se abrem nas duzentas milhas marítimas e sobre as quais começámos já a exercer a nossa soberania.

— Temos uma superfície de cerca de um milhão de quilômetros quadrados, contando com o mar territorial; é uma área muito grande que permite que a nossa economia futura assente no desenvolvimento das potencialidades oceânicas.

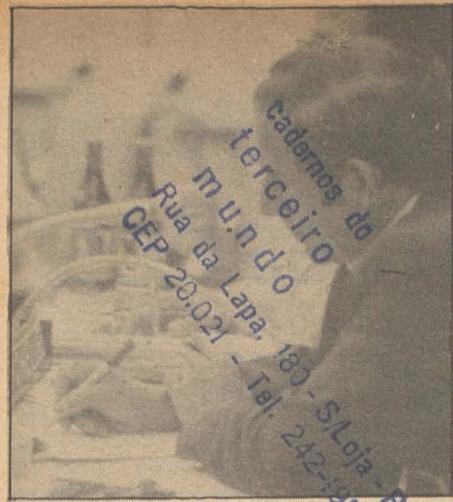
### COOPERAÇÃO HORIZONTAL

— Quando um país decide mudar as suas estruturas para seguir o caminho do socialismo surge, geralmente, o problema da falta de tecnologia para desenvolver novas áreas económicas. Como se está a encarar, nas Seychelles, este assunto?

— Cremos que muito se pode fazer no plano a que chamamos "cooperação horizontal", quer dizer entre países em desenvolvimento. Por exemplo, solicitamos cooperação tecnológica à Índia. Pedimos que viessem às Seychelles observar algumas das nossas pequenas indústrias e que nos orientasse no seu melhoramento. Temos que saber o que podemos aprender uns com os outros. Se nos virarmos para os Estados Unidos, para a Europa ou mesmo para a União Soviética, constatamos muitas vezes, ou na maior das vezes, o modo como produzem, a sua tecnologia não se adequa às necessidades do nosso país.

— Para um país pequeno como o nosso, tem tido mais interesse o apoio da Índia, por exemplo, que tem pequenas áreas regionais com uma economia a uma escala que pode assemelhar-se à nossa. Como nós, a Índia é produtora de copra. Assim, estamos a estudar com eles a produção a pequena escala de azeite, sabão, margarina. Temos que nos apoiar nos países que têm uma tecnologia adequada às nossas necessidades.

— Não poderiam os Não-Alinhados permitir nesse campo uma melhor cooperação?



O Presidente das Seychelles durante os trabalhos da VI Cimeira dos Não-Alinhados, em Havana.

*Reunião de Cúpula*

— Na Sexta Cimeira surgiu uma nova linha na direcção do Movimento que se concretiza na organização de corpos que promovem a cooperação económica entre os diferentes membros. A cooperação económica entre os países produtores de petróleo e os que não produzem. Tivemos vários encontros para discutir as possibilidades de uma ação conjunta como, por exemplo, a criação de um Fundo de Desenvolvimento dos Não-Alinhados que seria apoiado pelos países árabes produtores de petróleo.

## OS AVANÇOS NO PLANO POLÍTICO

Uma transformação profunda da economia exige também uma adequação dos organismos políticos. Como se está a processar a institucionalização do novo regime nas Seychelles?

— Nós agora somos um Estado com partido único. Todos os membros do Governo pertencem ao *Seychelles People's United Party*. A representação na Assembleia Nacional é também do partido. De acordo com a nova Constituição, o Congresso do Partido representa o órgão de poder supremo das ilhas.

Avançámos muito no que se refere à estrutura política. É o povo quem faz chegar tudo ao Governo. Os membros da

Assembleia Nacional só fazem o que as bases do Partido lhes indicarem. É um pouco difícil ao princípio, porque as pessoas estão acostumadas a que um membro do Parlamento diga o que bem lhe e que não tenha que prestar contas a ninguém durante cinco anos. Com o nosso sistema, as pessoas que são empossadas nos cargos pelas bases do Partido, têm de actuar de acordo com as directrizes que elas lhes dão e se assim não fizerem terão de deixar o seu posto.

— Esta legislação é extensiva ao cargo de Presidente da República?

— Também para o Presidente. Este é eleito pelo Congresso do Partido que pode afastá-lo do cargo por uma decisão amplamente majoritária. Temos, além disso, um regulamento que não é muito frequente nos outros países: o presidente só pode ser reeleito três vezes, depois do que deve retirar-se completamente das suas funções para que outros exerçam a presidência.

— Mas pode tratar-se de um líder indiscutível...

— Pode ficar como assessor do governo, um cargo adequado às suas capacidades. Porque o que ocorre, geralmente se não se tomarem medidas, é que os dirigentes vão envelhecendo e não deixam o país evoluir.

## A DESNUCLEARIZAÇÃO DO OCEANO ÍNDICO

Um que tem sido preocupação constante dos governos da região é a desmilitarização e desnuclearização do Índico. As Nações Unidas e o Movimento dos Não-Alinhados faz eco dessas preocupações denunciando a política militarista na região. Qual é a sua opinião sobre este assunto?

— Nós consideramos que este problema merece uma atenção muito especial. A região tem, como se sabe, um grupo de partidos políticos progressistas que se reúne todos os anos para traçar linhas políticas e discutir o estabelecimento das ações diplomáticas a efectuar em diferentes organizações e níveis. Até agora não tivemos muito êxito, pelo contrário, os norte-americanos aumentam a sua presença militar na base de Diego Garcia. No entanto, fazemos pressões diplomáticas para as instalações sejam abandonadas.

# MOÇAMBIQUE

## Novas agressões rodesianas



*Os racistas rodesianos, desesperados, persistem na agressão a Moçambique, procurando atingir os centros económicos vitais. Mas o povo moçambicano está decidido a enfrentá-los e não continuará a regatear a sua solidariedade ao povo irmão de Zimbabwe.*

**Etevaldo Hipólito**

**N**o dia 5 de Setembro, tropas aerotransportadas provenientes da Rodésia iniciavam um ataque, em larga escala contra o território moçambicano. Desta vez, participaram um maior número de efectivos, tanto em homens como em aparelhos empregados. Só num helicóptero eram transportados trinta soldados. No seu quarto dia consecutivo a agressão caracterizava-se por uma força combinada, que envolvia jactos bombardeiros, forças helitransportadas, aviões para o lançamento de pára-quedistas, aparelhos de reconhecimento e tropas de infanteria. A agressão concentrou-se na província de Gaza, região onde se encontra o importante Vale do Limpopo. O primeiro local visado foi Mazimuchopes, a quilómetros da fronteira. Logo a seguir, novas forças invasoras atingiam outros pontos da zona, tentando estabelecer o controlo sobre povoações como Guijá, Mabalane, Chicualacuala, Mapai e Massenguene. A pressão exercida em tão vasta área tinha como objectivo forçar a dispersão das forças moçambicanas e, não obstante a envergadura do ataque contra Mapai e Mabalane — treze aviões "Mirage", oito helicópteros para transporte de tropas e quatro aviões de transporte de pára-quedistas —, o alvo principal situava-se na Aldeia da Barragem, nas margens do rio Limpopo. Nela, de forma dramática, os combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique, juntamente com quadros das Milícias Populares, empênharam-se numa violenta luta para impedir que fossem pelos ares

as comportas da represa aí localizada. Os combates duraram quatro horas.

A agressão já era de certo modo esperada. Documentos capturados ao inimigo nas incursões anteriores indicavam que elas teriam continuidade. No mesmo dia em que se iniciavam as incursões, Sebastião Mabote, vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior General das FPLM, dirigia uma reunião com a população da localidade de Nhamatanda, na vizinha província de Sofala. No encontro foi apresentado um grupo de colaboradores do regime rodesiano, detido nos últimos meses. Muito didáctico, o dirigente explicava aos trabalhadores presentes o papel desempenhado pelos colaboracionistas, sua motivação e os meios adequados para combatê-los. Estes e outros elementos detectados haviam fornecido informações sobre as tentativas dos serviços de "inteligência" de Salisbury para recolher dados sobre a situação interna em Moçambique.

#### ALDEIA DA BARRAGEM

Eram cerca de 13 horas, quando explodiu um petardo na ponte situada na barragem sobre o Rio Limpopo. Oito aviões a jacto tipo Jaguar e "Mirage" e quatro helicópteros Bell-205 iniciaram a ação combinada. Foram atacados e destruídos todos os veículos circulando nesse momento, para isto sendo utilizados foguetes, metralhadoras de diferentes calibres e produtos químicos. Tractores, alfaias, camionetas, motos, tudo era considerado objectivo militar.

Na Aldeia da Barragem,

situada logo ao lado da represa, encontra-se a cooperativa agrária de produção "Heróis Moçambicanos". Muito bem organizada, os seus integrantes dispõem de creche, cursos de alfabetização de adultos, centro de aprendizagem de corte e costura e ainda uma cooperativa de consumo. Sobre todos estes locais, que de nenhuma maneira poderiam ser confundidos com instalações militares, baiou a sanha do inimigo. Morteiros e metralhadoras cruzaram os telhados, paredes e muros em várias direcções. A partir de posições momentaneamente ocupadas, rodesianos e mercenários disparavam sobre as construções e pessoas que nelas se encontravam. Como nos ataques anteriores, e à semelhança do que se verificou nas demais regiões, nem mesmo as crianças escaparam da determinação criminosa.

#### O HEROÍSMO DE IVA

Recordando alguns episódios da resistência ao agressor, um combatente narrou a cena protagonizada por um companheiro de armas. No calor da luta, Iva, como foi identificado o soldado, encontrava-se na trincheira quando viu passar, "apavorado, ferido e aos prantos", um pequeno a correr. Iva não vacilou. Saltou para fora de arma em punho, alcançou a criança e, protegendo-a com o próprio corpo, tentou levá-la para um local seguro. Os rodesianos dispararam e ele, mesmo ferido nas costas, conseguiu salvá-la. Os dados para a constituição do episódio são escassos. A importância do relato reside na consta-

tação de comportamentos tão antagónicos num mesmo drama. Ao militar ao serviço do regime ilegal da Rodésia — de nacionalidade rodesiana ou não —, violento e sem escrúpulos, contrapõe-se a figura do combatente corajoso, desprendido, que tudo arrisca para manifestar o seu apreço pela vida, a sua solidariedade. É de notar que Iva era de outra província, tendo chegado à pouco a Gaza. Um pequeno detalhe aparentemente sem importância, mas que num país onde a presença colonial utilizou as rivalidades regionais para se impor, este episódio atesta que uma nova mentalidade emerge do seio da população.

Ainda na mesma aldeia, não muito distante da cooperativa de consumo, os aviões inimigos dispararam contra uma oficina de reparações, danificando os veículos aí estacionados. Nas cercanias de um quartel atacado, de um helicóptero abatido não restam senão ferros retorcidos. No meio das cinzas, entre latas de ração de campanha estufadas pelo calor, peças calcinadas de metralhadoras e metal derretido brilhando ao sol, sobraram um ou outro fragmento de osso, muito branco, leve e poroso. O aparelho tinha por missão inspecionar o local e era acompanhado por outro similar, que conseguiu escapar.

Como resultado deste ataque, vinte e três camponezes foram mortos, entre os quais onze mulheres e quatro crianças. Do lado rodesiano houve trinta baixas fatais, a maior parte verificada com a queda do helicóptero. Os ocupantes do aparelho faziam parte

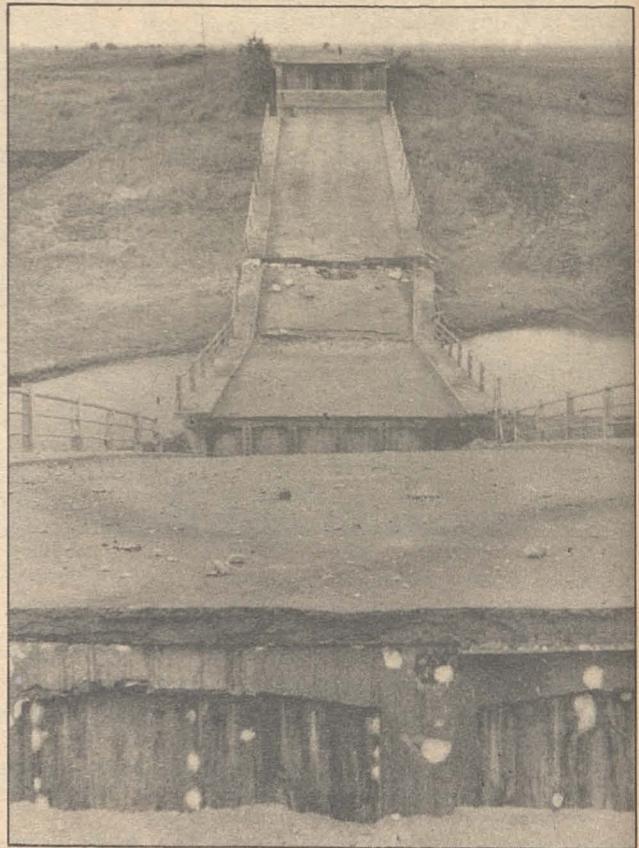
das tropas de élite de Salisbury e para evitar que os seus ocupantes fossem aprisionados ou que documentos pudessem ser resgatados de entre os destroços, os agressores lançaram sobre o seu próprio aparelho caído, uma bomba de 500 quilos, que foi cravar-se no solo a escassos metros de distância. Em outras zonas de combate esta medida desesperada não logrou êxito e o saldo foram vários militares aprisionados, entre eles oficiais e alunos do Colégio Militar da Rodésia. A presença destes elementos demonstra a importância que o regime de Salisbury atribui às operações.

O segundo helicóptero abatido participava do ataque à localidade de Mapai.

No dia 6, como das outras vezes, precedidos por nutritivo bombardeiro, os aparelhos chegaram em número de três. A apoia-los estavam dez aviões, que começaram a martelar ao redor da pequena localidade. Um combatente das FPLM localizou o helicóptero que estava a descarregar tropas, apontou a bazooka e disparou. Peças incandescentes voaram por todos os lados.

## ALVOS ECONÓMICOS

A agressão levada a cabo pelas tropas rodesianas visava, em primeiro lugar, destruir a infraestrutura sobre a qual assenta a economia da região. Além de veículos, maquinaria agrí-





Restos de um helicóptero rodesiano abatido pelas Forças Populares de Moçambique...

cola e instalações, outros alvos em mira foram as pontes, rodovias e meios de comunicações. Desta forma ficaram danificadas seis pontes e trechos rodoviários interprovinciais, ademais das instalações do complexo agro-industrial do Limpopo.

Contra a população aplicou-se pura e simplesmente o terrorismo.

Além dos disparos feitos a partir de aviões e helicópteros, as tropas, quando em terra, atiravam sem contemplação contra os camponeses encontrados nas suas *machambas*. Isolados ou em grupos, todos os trabalhadores eram caçados como animais. O episódio verificado sobre o Rio Chamaculo é bem ilustrativo. Depois de realizar o reconhecimento aéreo do local, dois grandes helicópteros chegam e depositam tropas que se espalham em redor. A ponte é dinamitada e todas as pessoas nas imedia-

ções, que não conseguem fugir, são assassinadas. Alertadas pelas explosões, a pequena guarnição de Chibuto, situada apenas a dois quilómetros, dirigia-se para o teatro das operações. Mesmo com o reforço de combatentes das Milícias Populares o grupo é pequeno. Os rodesianos, no entanto, embora em maior número, batem em retirada.

O objectivo de uma violência tão gratuita é lançar o pânico, instalar a intranquilidade em toda a zona, para, desta forma, desmobilizar os camponeses e arruinar os planos de produção. No Vale do Limpopo o governo moçambicano fez grandes investimentos, procurando utilizar as suas potencialidades e transformá-lo no celeiro do país. Particularmente no tocante ao Complexo Agro-industrial, que conta também com um sector dedicado à pecuária, desencadear o

terrorismo no seio da população poderá significar o bloqueio de um dos mais importantes projectos actualmente em curso. O desdobramento da crise assim criada seria o aumento da dependência do mercado externo em matéria de alimentação. Do ponto de vista político, procura-se minar a solidariedade com a causa dos nacionalistas rodesianos. Panfletos lançados durante os ataques não deixavam dúvidas de que as agressões surgem como represálias pelo apoio que o povo moçambicano oferece ao povo do Zimbabwe.

Nos locais onde lograram desembarcar, as forças rodesianas efectuaram actos de pilhagem e depredação. Em Quijá, por exemplo, uma localidade perto da cidade de Chókwè, as tropas ocuparam todas as repartições do Estado, invadiram as casas, assaltaram lojas, saquearam os correios e, para completar, mataram



Camião destruído pelo fogo dos aviões rodésianos.

vários animais. Além do roubo de objectos de escritório, foram levadas somas em dinheiro e documentos que seguramente serão utilizados na cobertura de actividades contra-revolucionárias em território moçambicano.

As agressões levadas a cabo contra o território da República Popular de Moçambique indicam que, no tocante à Rodésia, nada

significa a presença de negros nos mais altos escalões do governo. Muzorewa é tão reaccionário quanto Ian Smith, e ao assumir o poder foi apenas dado mais um passo para preservar o sistema que na essência permanece o mesmo. Sobre as consequências dos ataques sobre o moral dos trabalhadores das zonas mais afectadas, o administrador de Chókwè, cidade por di-

versas vezes atacada, declarava à Imprensa: Estamos determinados a continuar com os trabalhos. De cada vez que o inimigo ataca, ganhamos experiência. O serviço não pára, nas repartições e nas empresas. Vamos para a trincheira, depois voltamos. É assim que enfrentamos o inimigo. Haja o que houver, estamos certos que venceremos.

**Leia — Assine — Divulgue**

**O Jornal de Felgueiras**  
Semanário regionalista

**Sede:**  
**Avenida de Santa Quitéria**  
**4610 FELGUEIRAS**

# A ameaça nuclear paira sobre África



*Quase não há um local do continente africano que fique fora de uma eventual agressão norte-americana. As velhas potências coloniais juntamente com os poderes neocoloniais têm nas suas mãos o poder de detonar armas terríveis.*

**Julius Mader**

**D**ESDE os princípios dos anos sessenta as nações reclamaram a conversão de África numa zona desnuclearizada em termos semelhantes aos propostos pelo México para a América Latina, consagrados no tratado de Não-Proliferação firmado em Tlateloco em 1967.

O Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares a nível mundial, assinado em 1968 (24 países africanos votaram a seu favor na ONU) deveria ter dissipado desse continente a ameaça nuclear, na medida em que nenhum país africano dispunha então de armas próprias atómicas e havia um compromisso de não tentar adquiri-las nem fornecê-las.

Porém, uma década mais tarde, o fantasma da morte nuclear aparece em África. A sua origem não está nas campanhas desinformativas sobre a suposta "bomba Islâmica" que seria patrocinada por Kadafi, mas na política dos Estados Unidos, França e Alemanha Federal, em cooperação com os seus aliados da região, África do Sul e Israel.

#### 641 ALVOS AFRICANOS

Da base aérea Offutt em Nebraska, onde tem a sua sede o Strategic Air Command dos Estados Unidos escapou recentemente a notícia de que o "Joint Strategic Target Planing Staff" (Comando conjunto de Planeamento de Objectivos Estratégicos) havia obtido as coordenadas de 641 possíveis alvos no continente africano.

A Sexta Frota da Marinha Norte-Americana que conta com bombardeiros

estratégicos e submarinos armados com MIRVs (sigla Multiple Independently Targeted Vehicle, ou seja mísseis portadores de várias cabeças nucleares capazes de alcançar alvos diferentes) está estacionada no Mediterrâneo, na Costa Norte de África. Em 1978 juntaram-se ao pessoal desta frota 3100 homens treinados em guerra nuclear, somando um total de 34 800 efectivos.

Em Abril de 1979, o Pentágono reforçou esta frota com o porta-aviões Eisenhower, movido a energia atómica.

A costa ocidental do continente, pode entretanto ser alcançada facilmente pelos bombardeiros estratégicos B-52 estacionados na base norte-americana de Diego Garcia no Oceano Índico. A esta base construída em tempo recorde e sem olhar a gastos juntar-se-ão num futuro próximo vários submarinos nucleares equipados com mísseis Poseidón C-3.

Estes foguetes de duas etapas impulsionados com combustível sólido pesam trinta toneladas, têm dez metros de largura e transportam dez a doze cabeças nucleares, cada uma das quais pode dirigir-se a um alvo distinto.

Por outro lado, na Costa Africana Ocidental, os Estados Unidos estão a ampliar a sua base militar em Gando, na Ilha Espanhola Grande Canaria, de tal modo que, assim que esteja pronta, pode albergar submarinos do tipo "Trident" também equipados com mísseis Poseidón. Praticamente não há sítio deste continente que fique fora de uma eventual agressão norte-americana.

Como se tudo isto não bastasse, transnacionais estado-unidenses, com experiência na produção de armas nucleares trabalham na África do Sul. Já em 1961 o regime racista do então primeiro-ministro Vorster recebeu destas um reactor nuclear para investigações de 20 megawatts, chamado Safari I. Seguiu-se imediatamente o reactor "Pelin-daba Zero" e uma provisão de 125 libras de urânio enriquecido a 93,32 por cento, quantidade suficiente para nove bombas atómicas, assim como o plutónio necessário para acelerar a produção de armas nucleares. À IBM juntou a estes projectos um computador tipo 370.

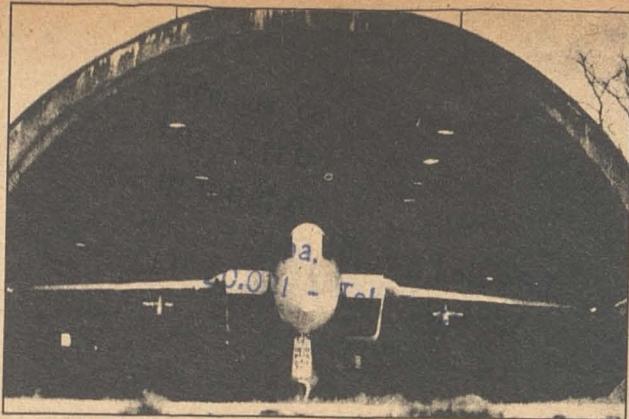
#### A FRANÇA TAMBÉM

O potencial nuclear sul-africano, claramente dirigido contra os povos do continente, tem sido secretamente apoiado pelo governo francês desde há muitos anos.

Em 1961, a AFINE (Associação Francesa da Indústria Nuclear de Equipamento) forneceu componentes essenciais ao reactor "Safari I".

A SODETEG, uma firma francesa especializada na investigação nuclear tem desde 1968 uma activa filial em Johanesburg. Vários físicos nucleares do regime racista adquiriram qualificações adicionais no centro francês de investigação nuclear de Saclay.

A um preço de mil milhões de dólares o consórcio francês Framatone construiu dois reactores de 925 megawatts em Koeberg, África do Sul, e um projecto de enriquecimento de urânio de especial im-



portância militar. Este complexo deve entrar em funcionamento em 1980 e tem capacidade para fornecer combustível suficiente para 100 armas nucleares por ano.

Já ninguém duvida que a África do Sul possui bombas atómicas. No Outono de 1977 os sul-africanos estavam prontos para detonar a primeira destas armas, num campo de experiências situado no deserto de Kalahari, que foi fotografado por satélites espiões norte-americanos. A explosão não foi levada a cabo graças à onda mundial de protestos, e inclusivamente a pressões diplomáticas dos próprios Estados Unidos. Mas nada indica que o governo de Pretória tenha deitado as suas bombas para o lixo.

Por seu lado, a França está a aproximar cada vez mais as suas bombas atómicas de África. Estas não figuram apenas nos arsenais da marinha Francesa no Mediterrâneo. O *Suddeutsche Zeitung* jornal editado em Munique, relatou na sua edição de 22 de Março que "os dois porta-aviões franceses — um deles no Mediterrâneo, e o outro no Oceano Índico, sobre a

Costa Oriental de África — estão a ser equipados com aviões "Super Etendard", que "transportarão armas nucleares táticas de alguns kilotoneladas de potência. As unidades estacionadas em Mayotte, numa das ilhas Comores, também serão equipadas com estas armas durante 1980.

O alcance máximo deste moderno avião de combate com um peso inicial de 11,500 quilos é de 3 horas de voo, o suficiente para internar-se em território de muitos países da África Oriental incluindo o centro do continente.

#### A ALEMANHA FEDERAL E ISRAEL

O governo de Bonna também se comprometeu com a sua parte no desenvolvimento do poderio nuclear de Pretória. A empresa estatal germano-occidental *Gesellschaft für Kernforschung* (Sociedade para a Investigação Nuclear) de Karlsruhe participa no desenvolvimento da energia atómica Sul Africana assim como os consórcios semi-privados, STEAG e MAN.

Também a firma OTRAC

(Orbital Transport un Roketen Aktiengesellschaft, Sociedade Anónima para foguetes e transporte orbital), empresa subsidiada pelo governo de Bonna, tem aperfeiçoado mísseis intercontinentais que poderão adaptar-se ao transporte de armas nucleares. A OTRAG actuou a partir do Zaire, onde a sua entrada foi debatida ante a pressão internacional a que foi submetido o governo de Mobutu, já que o desenvolvimento e produção de foguetes deste tipo na Alemanha está proibido pelos tratados que puseram fim à Segunda Guerra Mundial.

Fora de África, mas muito perto do continente, os Estados Unidos, França e República Federal produziram outra potência nuclear: Israel.

Novamente o *Suddeutsche Zeitung* assegura que, de acordo com as notícias provenientes da CIA, Israel possue a bomba atómica desde há três anos pelo menos. O Egito também estaria metido num projecto desta natureza.

Em 1976 o episódio da bomba israelita motivou um escândalo internacional, quando se descobriu que o urâno utilizado como combustível havia sido roubado numa operação de desvio de navios e desaparecimentos misteriosos da respectiva carga, que teria sido impossível sem o beneplácito dos serviços de espionagem da NATÔ.

Assim, em todos os seus flancos o Continente Africano encontra-se hoje rodeado de armas nucleares, e as velhas potências imperialistas juntamente com os novos poderes neo-colonialistas e seus satélites têm o dedo no gatilho.



# AMERICA LATINA

## NICARÁGUA: Revolução e contra-revolução



*O 19 de Julho foi o triunfo. A Revolução constrói-se dia a dia. Apesar das forças reaccionárias continuarem actuantes, o povo reconstrói a sua pátria livre, con criatividade e entusiasmo.*

**Roberto Remo**

**M**UITOS dizem por aí — comentou à Imprensa o comandante Victor Tirado, — que a destruição da tirania era mais fácil que a construção da revolução. Não creio que seja assim”

“Nicaraguense nascido no México”, como o define o decreto que legaliza a sua nacionalidade adoptiva, membro da Direcção Nacional da Frente Sandinista, com 20 anos de experiência guerrilheira nas costas, Tirado seguramente pensava nas dificuldades e sacrifícios destas duas décadas de luta contra a dinastia Somoza. Somente nos últimos dois meses que precederam o 19 de Julho (“que não é totalmente a revolução, mas apenas o triunfo”, explica Tirado) 35 mil pessoas — 80 por cento civis, — perderam a vida, pelo menos 100 mil ficaram feridas, 150 mil tiveram que abandonar as suas casas, 40 mil crianças ficaram órfãs e 25 por cento das indústrias do país foram destruídas ou danificadas.

## PERSPECTIVAS OPTIMISTAS

Frente a estas cifras — tomadas as estimativas preliminares da CEPAL, — que refletem o enorme custo da guerra, é explicável que o dirigente sandinista considere menor a dificuldade de organizar a reconquista da paz. Porém, o esforço de reconstrução será também gigantesco.

Os danos materiais totais são avaliados pela CEPAL em 480 milhões de dólares, quase um quarto do Produto Interno Bruto da Nicarágua, em 1978. Nesta apreciação, não pretendeu se-

quer estimar as perdas para a economia, derivadas da paralisação de quase todas as actividades produtivas: o desemprego massivo (35 mil operários sem trabalho pela destruição das indústrias, um em cada três nicaraguenses desocupado), a redução do rendimento por habitante aos níveis de 15 anos atrás, devido a uma contracção de 25 por cento na actividade económica, uma deterioração de 37 por cento na produção agropecuária, provocada pela interrupção do ciclo agrícola durante a guerra.

Sem dúvida, segundo as mesmas conclusões da CEPAL, “dentro da extrema gravidade da situação económica, abrem-se ao país algumas perspectivas favoráveis: superada a fase mais crítica da reabilitação da economia e da reconstrução — pode considerar-se que dois ou três anos bastam para o conseguir, — a Nicarágua poderá também encontrar-se em condições de elevar o nível de bem-estar de toda a sua população, dada a sua adequada disponibilidade de recursos, e a possibilidade que se apresente de os explorar de forma racional e eficiente.”

## AUSTERIDADE, NÃO ESCASSEZ

Nenhum técnico explica como nos últimos dias da insurreição, ou nos primeiros do triunfo — com as ruas semeadas de cadáveres insepultos, as águas contaminadas pela Guarda Nacional, no seu intento de vencer o povo entrincheirado nas barriçadas, a população debilitada pelo assédio e a escassez de alimentos, — não se produziram epidemias que teriam sido



catastróficas. A própria Cruz Vermelha International já tinha feito planos para prevenir que a malária, a febre tifóide ou inclusive o sarampo, causassem vítimas em crianças e adultos debilitados, cansados e desnutridos.

Porém, superados — milagrosamente, talvez, — esses primeiros dias críticos, a situação retorna rapidamente à normalidade. Faltam frangos e ovos em Manágua (a criação de aves foi reduzida em 70 por cento), os preços de alguns produtos sobem — são controlados pelos Comités de Defesa Sandinista, — porém não se temem fomes generalizadas.

“Dizem que vai haver escassez e não está certo. O que, sim, vai haver, é uma política de austeridade. Há que completar o ciclo agrícola”, explica Tirado.

O sociólogo equatoriano Augustin Cuevas chamou-nos a atenção para estas peculiaridades da agricultura nicaraguense. Ao lado das culturas de exportação, seriamente afectadas pela guerra (a produção de algodão diminuiu este ano em 80 por cento, a da banana 20, a da cana de açúcar 15 e a do tabaco 30), grande parte da produção

de consumo interno realiza-se em pequenas parcelas, muito diversificadas.

A produção para o consumo interno de milho cairá este ano em 54 por cento, a de feijão 24 e a de arroz 15, mas ainda assim — e supondo que não chegue a ajuda internacional prometida, ou que um inverosímil bloqueio impeça as importações, — não haveria uma situação de fome como a que se produziu em 1975, no Kampuchea. Isto explica-se, assinala Cuevas, "pelo próprio atraso da agricultura. Durante o século XX, no México, desapareceram pelo menos 200 produtos agrícolas, por não ser rentável o seu cultivo. Ao contrário, aqui, basta recorrer ao mercado para encontrar variedades desconhecidas, procedentes das pequenas plantações que tornariam possível, inclusive em condições extremas, a substituição das culturas comerciais afectadas pela guerra".

Os próprios técnicos da CEPAL se animam ao projectar para Nicarágua um futuro de prosperidade, uma vez superados os sacrifícios de 30 meses de reconstrução. Talvez se hajam contagiado, na sua apreciação, com a alegria transbordante deste povo, que com a euforia do triunfo conta as histórias mais horripilantes da guerra — e o relato de cada nicaraguense bastaria para um livro cheio de emoções, aventuras e heroísmo, — com um sorriso nos lábios. O povo confia no seu futuro, agora em suas mãos pela primeira vez. Os dirigentes repetem unanimemente: "ninguém pára esta revolução".

## A FÚRIA DOS VENCIDOS

Esta certeza não significa porém, desconhecer os perigos. Como se fosse uma lei inexorável da natureza, a toda a revolução se opõe uma contra-revolução. A Nicarágua não é uma exceção.

A revolução triunfante no 19 de Julho destruiu, por certo, a Guarda Nacional, com uma contundente vitória que só tem antecedentes, na América Latina, na revolução mexicana da segunda década deste século, a boliviana em 1952, ou a cubana em 1959.

De facto, foram muitos elementos da Guarda que conseguiram fugir para o exterior, asilar-se nas embaixadas da Guatemala e El Salvador, ou simplesmente esconder-se no interior da Nicarágua.

A fúria destes criminosos somozistas contra a revolução foi descarregada em muitos casos de forma cruel e indiscriminada. Por exemplo, emboscando e ferindo — em alguns casos com gravidade, — crianças que vendiam o jornal sandinista *Barricada* nas ruas de Manágua. Outros dedicaram-se a vinganças pessoais, como o assassinato de Marcel Pallaïs Checa, sobrinho de Somoza, que desde há muitos anos militava na Frente Sandinista. Finalmente, muitos dedicaram-se a fustigar militarmente o Exército Popular Sandinista, avançando em intensidade e audácia nas suas operações, até que a meio de Outubro, bandos de ex-guardas chegaram a atacar simultaneamente instalações militares sandinistas em Diriamba, Jinotepe, Ca-

razo, Masaya, Granada e outros pontos, em alguns casos em grupos de mais de 15 pessoas.

Tratava-se de fustigamentos sem fins militares precisos, destinados mais a semear o terror entre a população civil. Contra eles se organizou, a 12 de Outubro, a "Operação Emboscada", ao mesmo tempo que familiares dos civis mortos reclamavam em manifestações que não se tivesse piedade com os criminosos.

Estas acções obrigaram a Junta de Governo a prorrogar, contra sua vontade, o Estado de Emergência, e a Frente Sandinista anunciou oficialmente que a palavra de ordem "implacáveis no combate, generosos na vitória" já não significaria clemência, para quem se envolveu em operações terroristas.

A misteriosa morte nas Honduras do "Comandante Bravo" (devida provavelmente a um ajuste de contas entre os próprios somozistas) e o golpe de estado em El Salvador, frustraram os planos de uma invasão vinda do exterior, que estaria sendo coordenada por *Bravo*, que combateu os sandinistas na frente sul, contando com o apoio de 1200 ex-guardas incorporados pelo deposto ditador Romero nos corpos repressivos salvadorenhos.

Antes inclusive destes factos, o comandante Jaime Wheelock havia minimizado a periculosidade dessas ameaças: "O que mais tememos é a falta de financiamento e desenvolvimento. É muito difícil que queiram intervir militarmente como em 1927, porque a Nicarágua não está só e produzir-se-ia uma



Os Comitês de Defesa Sandinista, uma nova presença na vida política.

guerra de proporções incalculáveis".

#### AS "MILPAS"

O terrorismo desesperado dos ex-guardas não é a única agressão armada com a qual se defronta a revolução. Coincidindo com os fustigamentos, a 11 de Outubro, o quartel da Polícia Nacional Sandinista em Santa Teresa, província de Carazo, foi atacada por um grupo de homens com o rosto coberto com lenços verde e branco, e uniformizados com camisa branca estampada com uma espiga de milho no ombro: os "milpas".

*Milpa* é, na América Central, uma plantação de milho. Este foi o nome escolhido pela Frente Operária (uma organização ultra-esquerdistas integrada então no Movimento Povo Unido) para a organização armada que decidiu criar durante a insurreição contra a ditadura: Milícias Populares Anti-Somozistas. As MILPAS combateram aos lado dos sandinistas. Embora nunca fossem muito numerosos, engrossaram as

fileiras da insurreição junto às milícias sandinistas.

Enquanto o exército sandinista lutava contra a Guarda em todo o país, a Frente, nos últimos tempos da insurreição lançou a palavra-de-ordem de criar milícias na cidades. Sobre estas milícias — coordenadas pelos responsáveis militares da Frente, em muitos casos de origem "selvagem", criadas espontaneamente, — recaiu a tarefa de defender as barricadas, conter os ataques da Guarda sobre a população civil e hostilizá-la de mil maneiras inventadas pela criatividade popular.

De facto, as milícias tiveram mais baixas que o próprio exército sandinista, careciam de treino e abastecimento regular e o seu armamento provinha do que os seus próprios integrantes conseguiam "recuperar" da guarda somozista. Os seus adolescentes comandantes protagonizaram episódios de heroísmo e sacrifício que são já lenda popular, antes mesmo de ter sido escrita toda a sua história.

Conquistada a vitória, era inevitável que se produ-

zissem excessos. Estes foram, por certo, muito poucos. Na realidade, o surpreendente é que dezenas de milhares de combatentes quase crianças, famintos, esfarrapados e carentes de outra preparação política que não a sua própria experiência pessoal nos bairros pobres e no seu ódio à ditadura, se disciplinaram de imediato às ordens da sua vanguarda: a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

No entanto, houve saques, vinganças pessoais, casos isolados de indisciplina e a Frente tomou a decisão de dissolver as milícias, dando aos seus membros a opção de se incorporar no exército sandinista, sem distinção de sexo ou idade, ou voltar à vida civil. Em ambos os casos, as armas deviam ser entregues ao EPS ou à Polícia Nacional Sandinista, que hoje são — juntamente com a recém-criada Força Aérea Sandinista, — as únicas instituições armadas no país.

"A rica experiência popular das milícias não será desprezada", explica-nos Doris Tijerino, secretária das Relações Exteriores da

FSLN. "Serão criadas milícias operárias para defender os postos de trabalho, ou milícias populares vinculadas aos Comitês de Defesa Sandinistas".

Naturalmente, separar-se de uma arma com a qual se arriscou a vida para "recuperá-la", é uma decisão dura para um combatente. Sem dúvida, os que realmente lutaram, aceitaram-na quase sem vacilar, ao passo que aquelas que resistem a devolver as armas, como explica Sergio Ramírez, "nunca pegaram numa espingarda para enfrentar a Guarda e apenas recentemente a empunharam quando as encontraram abandonadas nas bermas das estradas durante a desbandada dos soldados da Guarda".

Aqui encontrou campo fértil a palavra de ordem, lançada pela MILPAS, de não entregar as armas, já que desarmar o povo seria "a exigência secreta de um pacto entre a Frente Sandinista e o imperialismo e a burguesia".

Assim cresceram as MILPAS que, de imediato, começaram a dirigir contra os sandinistas as mesmas armas que a guarda havia deixado. Simultaneamente, a ultra-esquerda propagava entre os camponeses a palavra de ordem de "não trabalhar para a burguesia", exortando-os a não semear até que fossem expropriadas todas as terras: um ataque frontal ao lema desta etapa da reconstrução: "Produção é Revolução".

#### PUNHO SANDINISTA

O enorme prestígio da direcção sandinista entre o povo fez com que os esclarecimentos políticos sobre

as necessidades da etapa fossem rapidamente compreendidos. As MILPAS não tiveram eco político, ficaram isoladas e a própria Frente Operária as condenou, aduzindo que "perdeu a razão de existir depois do triunfo popular", expressando desejos de "que esta revolução siga a sua marcha".

Em Outubro, foi organizada contra os últimos redutos de oposição armada a operação "Punho Sandinista", que mobilizou dois mil efectivos do Exército, a Polícia Sandinista, Comitês de Defesa Sandinistas e o Ministério do Interior. Fazendo um balanço dos primeiros dias, o Comandante-em-Chefe Humberto Ortega sublinhou a compreensão e a colaboração da população nesta ação destinada a "desarmar, atingir os elementos mais activos da delinquência, que conseguiram fugir das cadeias, acabar com os resíduos do somozismo, que ainda mantém uma atitude aventureira armada, exterminar, neutralizar e travar os ultra-esquerdistas e ultra-direitistas, que pretendem

manter a desordem e a intransquilidade na nossa pátria".

O Comandante Joaquin Cuadra, Chefe do Estado-Maior, deu as seguintes cifras: capturaram-se 239 armas pesadas (M-16 e "Galil"), 31 sub-metralhadoras, 256 revólveres, 124 pistolas, 23 caçadeiras, 57 granadas de fragmentação, botas, uniformes e 120 prisioneiros (dos quais 74 foram imediatamente libertados).

"O somozismo está ferido e continuaremos até liquidar os vestígios que restam", comentou Eden Pastora, o "Comandante Zero", que aproveitou a oportunidade para desmentir os boatos sobre a sua suposta adesão ao Partido Social-Democrata ("Vou morrer sandinista e a defender esta revolução que tanto custou ao nosso povo").

---

#### COM RITMO TROPICAL

---

Ninguém espera que a reacção renuncie sem mais nem menos aos seus propósitos. O último número da revista dos mercenários

Em Esteli, 80 por cento das habitações foram destruídas pelos bombardeamentos...





Somozistas presos nas prisões que eles haviam construído para os sandinistas...

norte-americanos *Soldier of Fortune* é bastante claro, ao assinalar aos mercenários desocupados que "os moderados (sic) aceitariam agradecidos ofertas de instrução" e recomendando aos que eventualmente permanecem na Nicarágua que se vacinem contra as doenças tropicais, usem comprimidos contra a malária e não bebam água sem fervor. Esquece de os advertir, porém, que a revolução já não é generosa com os seus inimigos e que encontrarão um povo disposto a defender as suas conquistas com unhas e dentes.

Nas noites de Manágua ouvem-se todavia disparos esporádicos. Mas a capital duplamente castigada pelo terramoto de 72 e a recente guerra, já começa a cicatrizar as suas feridas. Os "paralelepípedos" das barricadas já voltaram aos seus lugares e os táxis circulam com tranquilidade sobre eles durante toda a noite, enquanto até altas horas da madrugada se ouvem ritmos tropicais nos clubes noturnos, onde a juventude se reencontra com a "sal-sa".

O êxito do momento no "Macondo": um tema de

ritmo febril, que repece incessantemente "revolucion, la la la la" antes e depois de nomear um por um os países latino-americanos.

#### DIREITOS HUMANOS

Mas a agressão armada dos somozistas ou da ultra-esquerda que, nas palavras de Sérgio Ramírez, "quer que se faça da noite para o dia tudo o que a revolução tem a fazer no futuro", não é a única ameaça que o processo nicaraguense enfrenta. "Contra-revolucionários — explicou Ramírez ao povo de Esteli, — são também aqueles que não querem que se avance, que querem que esta revolução passe porque têm interesses, temores que têm a ver com a consciência de muitas pessoas, e se queixam ao estrangeiro, nos desprestigiam. Argumentando que aqui se violam direitos humanos, quando, na realidade, o que defendem são os interesses mesquinhos de gente que, quando o povo da Nicarágua jogava o seu futuro com as armas nas mãos, andavam implorando a governos estrangeiros que intervissem para que ao cair Somoza, não se

desmantelasse a Guarda Nacional".

Não faz falta dar nomes. Todos sabem na Nicarágua que o aludido é José Esteban González, coordenador da Comissão Permanente de Direitos Humanos e vice-Presidente do Partido Social Cristão, por cuja integração na Junta de Governo pressionou, segundo se soube, o governo venezuelano.

A Comissão de Direitos Humanos nasceu em 1978, do Comité de Defesa dos Presos Políticos, que lutou, entre outras causas, pelo fim das torturas a que então era submetido o actual ministro do Interior Tomás Borge, nos cárceres somozistas. Como organismo apartidário, conquistou um sólido prestígio internacional e desempenhou um papel importante no isolamento da ditadura.

Para tanto, o seu coordenador não apenas realizou — a título pessoal e sem a aprovação da Junta, já então constituída na Costa Rica, — negociações com governos estrangeiros para evitar uma solução "radical" do conflito, como também, depois do triunfo, começou a difundir à imprensa estrangeira versões

sobre presumíveis violações de direitos humanos na Nicarágua libertada.

As autoridades sandinistas reconhecem, certamente, que houve excessos — não atribuíveis à FSLN, — nas primeiras horas do triunfo. Ninguém nega a existência de prisioneiros. Pelo contrário, oferecem-se todo o tipo de facilidades para que a Imprensa os visite e comprove as condições dignas da sua detenção.

Admitem, inclusivamente, que há 25 menores presos. "São filhos de oficiais da Guarda levados pelos pais aos cárceres, para que arrancassem com as mãos os olhos dos prisioneiros políticos", explica uma autoridade sandinista. Sabemos que não são imputáveis, mas tão pouco os podemos lançar à rua. Teremos que criar um sistema especial de reeducação para eles".

#### SOCIAL-DEMOCRATAS E DEMOCRATAS CRISTÃOS

Mas entre o reconhecimento destes factos e sua denúncia como situações comparáveis às atrocidades do somozismo, há uma grande diferença. A maioria dos membros da Comissão assim o entendeu e renunciou massivamente a ela, alegando que Esteban González "envia a CPDH, com a sua actuação fora do país, em actividades partidárias".

Porém, o controverso dirigente recebeu o apoio público do Partido Socialista Democrata e da sua própria organização social-cristã.

O Partido Social-Democrata foi criado depois do triunfo da revolução por



O cavalo da estátua de Somoza García jaz, irremediavelmente, no «caixote do lixo da história»...

membros dos minúsculos partidos Acção Conservadora e Partido Conservador Autêntico, pretendendo agregar ao seu nome o qualificativo de "sandinista". A Frente respondeu claramente que "no passado os representantes dessa organização não só se negaram a apoiar a luta do nosso povo e da sua vanguarda, como abertamente se declararam contra". E reafirmando "a mais absoluta liberdade de organização dos cidadãos", a declaração nega o uso e símbolos sandinistas sem autorização da Frente, princípio que foi logo consagrado por decreto da Junta do Governo.

O Partido Social Cristão também se diz revolucionário e, apesar de ser uma organização minoritária, auto-atribui-se o papel de "garantia de que a revolução não será traída". De que traição falam? Segundo o seu presidente, o Dr. Adán Fletes, "contra-revolucionários são também os que querem imediatizar, distorcer ou atraíçoe o processo de Reconstrução Nacional, os que não querem pluralismo nem de-

mocracia, mas sim um regime totalitário".

É óbvia a intenção de atacar a Frente Sandinista (ainda que não se animem a fazê-lo frontalmente) e, em meados de Outubro, os sociais-cristãos tenteram criar uma crise política, convocando todas as organizações a integrar o Conselho de Estado.

#### O CONSELHO DE ESTADO

A ideia de um Conselho de Estado como organismo co-governante, de integração pluralista e unificadora de toda a oposição anti-somozista, foi lançada pela Junta no exterior, poucos dias depois da sua criação. No programa do Governo, datado de 9 de Julho, dez dias antes da vitória, estabelece-se que este terá 33 membros, em representação da Frente Sandinista, as organizações que nesse momento integravam a Frente Patriótica Nacional, a Frente Amplia de Oposição, o Conselho Superior da Empresa Privada, a Universidade Nacional Autónoma e a Associação Nacional do Clero.

Naturalmente, o programa não podia estabelecer procedimentos de convocatória e nem sequer estava claramente definido como se distribuiriam os "lugares" entre as organizações. Os sociais-cristãos apoiaram-se nessa ambiguidade para argumentar que o Conselho podia ser auto-convocado pelas organizações e em meados de Outubro, citaram-nas com esse fim.

Compareceram à reunião, além dos sociais-cristãos, as Câmaras da Indústria, da Construção e do Comércio, a União dos Produtores Agro pecuários, a Confederação de Associa-

ções Profissionais, a Associação Nacional do Clero, os Partidos Conservador Democrático, Socialista da Nicarágua, o Movimento Liberal Constitucionalista, a Frente Operária e o Sindicato de Radiojornalistas.

Os participantes dividiram-se entre os que estavam dispostos a criar um "conflito de poderes", autoconstituindo-se como Conselho de Estado, sem considerar a vigência do Estado de Emergência e a própria precariedade das estruturas do Governo de Reconstrução, então com uns escassos 70 dias, e a atitude das forças mais comprometidas com o processo, enca-

beçadas desta vez pelos jornalistas da rádio.

"As forças do centro e da direita — explica-nos Manuel Eugarries, Presidente deste combativo sindicato, — queriam a confrontação. Nós argumentámos que se devia procurar o diálogo com a junta e a Direção Nacional da Frente Sandinista. O triunfo mudou o panorama político do país. A Frente Patriótica, o Movimento Povo Unido e a FAO já não existem como tais. Muitas das forças políticas enunciadas no Programa já se dissolveram, tendo surgido outras, como a Central dos Trabalhadores Sandinistas, já com 60 mil filiados, os Comitês de Defesa Sandinistas, ou a Juventude "19 de Julho". Que Conselho seria este, ignorando os trabalhadores e a juventude?

Esta posição foi a que finalmente se impôs e, após o diálogo com a junta, convocou-se oficialmente, para 4 de Maio de 1980, um Conselho de Estado, constituído pelos "verdadeiros representantes das forças do país: trabalhadores, camponeses e estudantes".

## UM NOVO PANORAMA POLÍTICO

Acontece que muitas forças se obstinam em não compreender que a revolução mudou radicalmente o panorama político do país. A política está nas ruas. O povo utiliza a sua liberdade, não em círculos conspirativos ou "discussões de café", mas exercendo um dos direitos mais negados pela ditadura: o de organização. Por vazes, desenrolam-se simultaneamente em Manágua, pelo menos uma



300 reuniões dos Comitês de Defesa, com mais de cem participantes cada uma. Os sindicatos brotam como cogumelos em locais onde a repressão jamais perlitura organização operária.

Tal como durante a insurreição, o povo só reconhece uma vanguarda: a Frente Sandinista. Em torno dela, se organizam os Comitês de Defesa Sandinista, a Central Sandinista de Trabalhadores, a Associação de Trabalhadores do Campo, a Juventude Sandinista, a Federação de Estudantes do Secundário (realizando um velho sonho do fundador da FSLN, Carlos Fonseca Amador, que via neles o sector mais combativo da juventude) e até a Associação das Crianças Sandinistas.

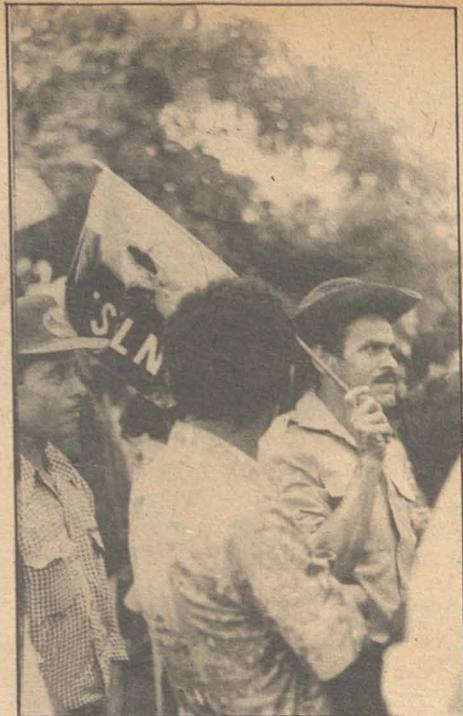
O próprio Exército Popular Sandinista, colhendo os ensinamentos da etapa da luta armada, se estrutura como "organização político-militar", que reconhece à Frente a sua condução política. No seio da FSLN, a antiga divisão em três "tendências" já não passa de uma "má recordação do passado", como repetem os dirigentes e quadros. A unidade política e orgânica é total, a direcção colectiva de nove membros já não se cional, estando a estudar actualmente as formas organizativas que permitam integrar na FSLN "os melhores homens e mulheres da nossa terra", para constituir um futuro Partido Sandinista.

---

#### CERRAR FILEIRAS

---

A Nicarágua é vermelha e negra. As cores sandinistas



O povo está com a Frente Sandinista.

estão presentes em toda a expressão popular. A vida política está nas ruas e não em pequenas igrejinhas; e ela obriga, logicamente, as velhas organizações políticas — hoje com plena liberdade de actuar e expressar-se publicamente, — a recíclarem-se.

Algumas reconhecem a Frente Sandinista como vanguarda e apoiam incondicionalmente a Junta. É o caso do Partido Liberal Independente, de cujas fileiras saiu Rigoberto López Pérez, o mártir que justiciou o velho Somoza em 1956, o dos comunistas, organizados nas distintas fracções do Partido Socialista Nicaraguense.

Para Álvaro Ramírez, actual vice-ministro das Relações Exteriores e secretário-geral do PS, a tarefa hoje é "cerrar fileiras em torno da FSLN, unificar os sectores revolucionários e

criar um Partido Único da Revolução, com unidade ideológica, coesão orgânica e direcção colectiva". Quando isso se conseguir, o PS está disposto a autodissolver-se.

Outras forças, por outro lado, só aspiram a conservar um *espaço político*, baseados mais no apoio de certos grupos internacionais "moderados", que na sua implantação popular. Pretendem-se juízes da "pureza" do processo revolucionário e, através das páginas de *La Prensa*, expressam infundados receios de um suposto "totalitarismo".

Assim, por exemplo, vindas de posições ideológicas diversas, a Frente Operária e a organização sindical social-democracia criticam a Central de Trabalhadores Sandinistas, propondo, em vez de uma central única, uma confederação, na qual

co nservariam burocraticamente um perfil próprio.

Esquecem, definitivamente, que os mecanismos formais da democracia liberal são dificilmente aplicáveis a uma situação como a da Nicarágua, um país devastado que exige a mobilização rápida e efectiva de todas as energias e criatividade popular nesta etapa de reconstrução.

## O PAPEL DOS CRISTÃOS

O debate interno sobre o novo papel que a cada um dos sectores sociais corresponde é evidente no seio da Igreja. Poucos governos do Mundo têm tantos sacerdotes em postos de responsabilidade como a Nicarágua hoje. Todavia, o arcebispo de Manágua, Obando y Bravo, tornou público o seu scepticismo, ao expressar que "não perdi as esperanças" de que a revolução redunde em proveito dos nicaraguenses.

Monsenhor Obando reconhece que "no Mundo tem de haver sempre a luta de classes", porém espera

"que se derrubem os muros do ódio".

Por outro lado, o padre Amado López, reitor da Universidade Centro-Americana (católica) de Manágua, está convencido que "a revolução recolhe valores fundamentais de Cristo", reivindica como exemplo a actuação do padre Gaspar García Laviana, morto em combate na frente sul, e reclama da Igreja "que mantenha o seu compromisso com a revolução", explicando as reticências de alguns por "posturas de vidas ao condicionamento que sofreram no regime somozista".

Atitude semelhante assumiram as Igrejas protestantes que, a meados de Outubro, na Declaração dos 500 (pastores evangélicos), se comprometeram a apoiar a Junta do Governo: "Damos graças a Deus, nosso Pai, pela vitória do povo nicaraguense e o seu instrumento de libertação, a vanguarda da FSLN", expressam, propondo-se como meta "a formação de um homem novo numa sociedade justa e fraterna". Os

500 pastores condenaram "com firmeza cristã" os contra-revolucionários, solidarizaram-se com "os sofrimentos dos povos do Mundo que padecem ditaduras odiosas" e reclamam o fim "ilegítimo e desumanizante" bloqueio a Cuba.

## DOIS TIPOS DE UNIDADE

Neste clima de debate são muitas as incertezas e as vacilações daqueles que também se opuseram a Somoza, mas sem um projecto político claro. "A unidade foi-se perdendo", lamenta um comunicado em *La Prensa*. Sendo a FSLN um partido político, tomou para seu uso e propaganda os meios de comunicação do Estado, pôs o seu nome na Polícia, no Exército e na Força Aérea, organizou em todo o país comités para "doutrinar e vigiar quem não pertence a ela". E conclui, reclamando que se reponha a unidade "para que possamos entregar-nos à tarefa de reconstruir a nossa pátria".

Expressa-se aí uma chan-



Cruzes e placas recordam os mártires da insurreição...

tagem, que reflecte a posição de certos sectores económicos e sociais: o apoio à reconstrução está condicionado por concessões políticas.

O comandante Tomás Borge é claro a este respeito: "Há dois tipos de unidade. A unidade da FSLN, que não é uma simples unidade anti-somozista, mas revolucionária. E a unidade entre a FSLN e as outras forças opositoras, que esteve baseada na luta anti-somozista e hoje está baseada na reconstrução".

"A unidade é o princípio que guia os nossos passos", comenta o comandante Jaime Whelllock. "Devemos manter uma sociedade unida e não dividida. Não somos nós, os sandinistas, que vamos romper a unidade".

Por sua parte, o comandante Victor Tirado assinala: "A FSLN tem todo o direito de aconselhar a agenda de trabalhos do Governo, porque o ganhou na luta. A ninguém vamos exigir, porque não participou na insurreição. Porém, vamos exigir que dêm a sua quota no processo revolucionário".

Já se fala na Nicarágua de um "neo-somozismo", composto por aqueles sectores que aberta ou veladamente boicotam a revolução. O comandante Henry Ruiz denuncia como "principal inimigo interno da revolução a burguesia vende-pátrias, em conspiração com grupos de reacção internacional." Apesar disso, acentua Tomás Borge, "há burgueses que estão trabalhando plenamente com a revolução e que cada dia se estão integrando mais nela".

Não são poucos os casos

de latifundiários, industriais ou comerciantes que, devido a morte de seus filhos sandinistas no combate à ditadura, se entregam hoje incondicionalmente à Revolução as suas propriedades e somente reclamam para si um posto de trabalho.

Outro sector, o representado na Junta por Afonso Robelo, já se declarou disposto a "substituir o conceito de rentabilidade pelo do interesse social" e participa activamente nesta etapa de reconstrução. No final de Outubro, representantes do seu Partido, o Movimento Democrático Nicaraguense, exigiram de Robelo garantias de que revolução não se encaminha para o socialismo. "Só posso garantir" — respondeu o governante — "que vou lutar por um processo de socialização em que se respeite a justiça, a liberdade e a ordem". E exigiu dos empresários do seu partido "um compromisso para mudar as estruturas económicas e políticas da Nicarágua".

De toda a maneira, na opinião dos especialistas, o papel determinante desta etapa corresponderá ao Estado e não ao capital privado. Isto deve-se ao facto de a nacionalização das propriedades da família Somoza, a estatização da banca e do comércio externo, assim como a manipulação estatal dos créditos externos que estão chegando — ainda não com a celeridade devida — colocam nas mãos da administração pública as receitas fundamentais da economia, enquanto que os empresários privados foram seriamente afectados pelas consequências da guerra. É por isso que o centro da

atenção se estabelece no plano político e a pergunta que todos fazem, tanto dentro como fora da Nicarágua é o que virá depois da etapa de reconstrução, que os técnicos da CEPAL estimam em três anos?

Tomás Borge afirmou que "todo o processo está cheio de etapas e a Nicarágua terá de vivê-las. O 'ponto da situação' do processo que vive o país hoje não vai dar a mesma imagem de outra situação que se dê mais adiante". Todos os dirigentes sandinistas insistem em que será o povo quem decidirá o que vem depois. Tem-se insistido também que, nestas decisões, terão participação democrática e pluralistas todas as correntes de opinião. Se se puderem fazer previsões a partir do "ponto da situação actual", parece óbvio que a tendência e para as formas de organização económica e social não capitalistas.

Mas os nicaraguenses não querem que lhes atribuam etiquetas — "porque nós já temos o honroso título de sandinismo". Os sandinistas, de facto, recorrem a um caminho próprio, desenhando sobre a marcha, estratégias inéditas e fórmulas políticas não convencionais, adequando — como em qualquer revolução que triunfa — os ensinamentos históricos e as leis gerais à sua própria realidade.

Esta não é uma "linha tática" ou uma mera adequação oportunista às pressões políticas do momento mas sim uma profunda convicção de uma direcção revolucionária, consciente do seu papel de vanguarda e do facto de que a vitória foi forjada pela luta e pelo



As feridas começam a cicatrizar...

heroísmo de todo um povo.

Em Janeiro de 1977, quando a Frente Sandinista era ainda, aos olhos do mundo, um pequeno grupo de aventureiros ou terroristas, e o poder de Somoza parecia tão eterno como a dinastia Pahlevi no Irão, Tomás Borge escreveu na clandestinidade uma carta a Pedro Joaquín Chamorro, que liderava então a oposição legal.

No seu jornal *La Prensa*, Chamorro criticava duramente os sandinistas. A

Frente redigiu e imprimiu a sua resposta, igualmente dura, em dezenas de milhares de panfletos. No entanto, a direcção resolveu não distribuir esse comunicado, depois de um prolongado debate interno.

#### A MESMA VIA

“Na sua opinião — explicava Borge na sua carta — você é honesto. Para mim, isto basta-me. Temos inimigos comuns, assim como a tarefa de dar a este país a possibilidade de decidir do

seu destino. Este é um objectivo que diz respeito a todos os nicaraguenses. Quanto ao nosso povo estiver livre e puder decidir por sua conta o rumo a tomar, é possível, então, os homens como você ou como nós tentemos guiar o nosso povo por grupos diferentes. Mas e melhor — e porque não? — também é possível seguirmos juntos pela mesma via”.

Dois meses antes de ser assassinado por ordem de Anastasio Somoza Portocarrero, Chamorro dizia num discurso que “o regime ditatorial foi o sustentáculo político de um crescimento económico, donde ficou excluída a grande maioria dos nicaraguenses” e, portanto, “esse sistema económico está em crise, tal como a ditadura que o provocou”.

Face ao propósito de alguns de voltar a utilizar o nome de Pedro Joaquín Chamorro como bandeira, desta vez contra a revolução, *La Prensa* adverte: “Pedro Joaquín estaria com a revolução! Estaria definitivamente muito mais perto da imensa alegria que tem hoje o nosso povo, do que do descontentamento que uns poucos manifestam”.

A “radiografia” da Nicarágua mostra actualmente a alegria e a criatividade de um povo, construindo o seu próprio destino. Inclui também o rosto monstruoso de uma reacção cruel, a irresponsabilidade de alguns “ultras”, as vacilações das camadas médias e também os fios que, do exterior, movem certos personagens. Dia a dia, o quadro muda. Mas entre revolução e contra-revolução, a mesma velha luta continua.

# «assembleias abertas», democracia directa



Os habitantes de Estelí, a "Cidade Mártil", que por três vezes se sublevou contra a ditadura, e que hoje tem 80 por cento das habitações destruídas, sentiam-se abandonados. Desde o triunfo de Julho, nunca tinham sido visitados pela Junta.

Assim, em meados de Outubro, os representantes estelianos das organizações de massas sandinistas reclamaram um encontro com a Junta de Governo. Imediatamente se deslocaram até lá os membros da Junta, Sergio Ramírez e Alfonso Robelo, e os ministros de Educação, Saúde e Habitação, não para fazer discursos ou promessas, mas para uma grande sessão de trabalho com os representantes populares.

Fez-se primeiro um plenário dos governantes com os delegados de cada bairro, organização de massas e Estado-Maior local do Exército Popular Sandinista. Estes distribuiram-se de-

pois em comissões de trabalho por temas, para aprofundar os problemas e estudar soluções. Finalmente, os presidentes de cada comissão informaram os resultados ao povo de Estelí, reunido em "assembleia aberta" na praça pública.

Aqui, os ministros tiveram de responder a novas reclamações e perguntas, feitas pelo povo. Sergio Ramírez encerrou o acto com uma avaliação da situação política e uma explicação do suposto abandono: "Nós não podíamos vir logo no primeiro dia do triunfo da Revolução dizer-lhes que íamos resolver os problemas por artes de magia. Os únicos que vão resolver os problemas de Estelí será o povo de Estelí organizado".

"Never antes se tinha visto na Nicarágua este diálogo entre povo e governantes", comentou-nos o ministro da Educação, Carlos Tunxermann. "Esta-

mos forjando uma nova democracia".

## A REVOLUÇÃO NÃO É "PIÑATA"

As populares piñatas com que na Nicarágua se celebram as festas infantis, levam agora o rosto de Somoza. As crianças não se cansam de bater no ex-ditador, até que este se rompe e os recompensa com doces e frutas.

Mas, nos primeiros dias de confusão e saques, também se produziram excessos por parte daqueles que "actuando com prepotência e atentando contra os interesses populares, refletiram um comportamento próprio dos somozistas, numa forma arrivista, egoista e desonesta, pensando que se tratava de fazer uma repartição dos bens 'incautados'".

Mansões inteiras do luxuoso bairro Las Colinas, onde viviam os altos oficiais somozistas, foram



abandonadas pelos seus donos em fuga. Estas propriedades, assim como os carros e móveis "são bens do povo" e uma Comissão de Controle e Adjudicação de Bens Estatais encarregaram-se de os destinar às instituições que delas precisam. Se os beneficiários forem indivíduos, deverão pagar uma renda. Os abusos serão castigados, e com sanções maiores, se os implicados forem elementos ligados ao governo.

Definitivamente, alerta a Comissão, a atitude daqueles que "surgiram na última hora, se infiltrarem para procurar proveito próprio e connundirem a revolução com uma piñata favorece a campanha de desprestígio feita pela contra-revolução.

#### OS PARALELÉPÍPEDOS, "SANDINISTAS SILENCIOSOS"

"A Nicarágua — comenta o comandante Victor Tira-

do — proporcionou grandes ensinamentos. Criámos uma teoria de alianças nas trincheiras (as barricadas que o nosso povo levantou durante a insurreição) e retomámos métodos de luta que não se praticavam desde a Revolução Francesa (de 1871), que muitos acreditavam acabados".

Nas barricadas, de facto, decidiu-se o destino de Somoza. Verdadeiras paredes de paralelepípedos, de até três metros de altura e dois de espessura, detinham os tanques da Guarda Nacional e punham sob o controlo popular bairros inteiros, onde os somozistas apenas podiam chegar pelo ar, com os seus terríveis bombardeiros.

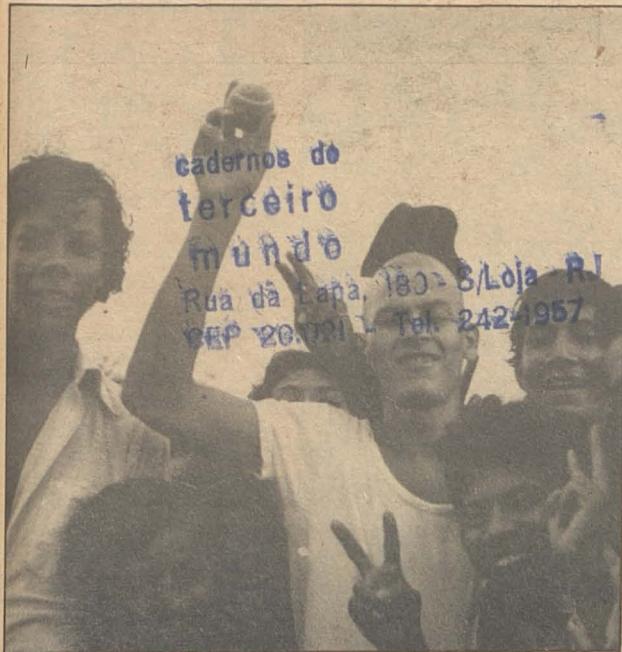
Ignacio Briones Torres, correspondente dos Cadernos do Terceiro Mundo na Nicarágua, relatou-nos um dos muitos episódios da insurreição: "Os bombardeiros era implacáveis e quando começavam a assassinar

as crianças, Huilhermo Macís, um rapaz que nunca foi militar e que era responsável por uma casa no nosso bairro, decidiu que há que enfrentar a Guarda, para diminuir um pouco esses crimes da aviação".

"Como a Guarda rodeasse os bairros, mas não desse combate, Guilhermo resolveu destruir parcialmente uma das barricadas. Viram então contra nós três tanques, com cem guardas atrás de cada um. O primeiro tanque atinge a barricada e consegue avançar. De imediato, surgem quinhentos cidadãos de todas as ruas, e enlouquecem o condutor do tanque. Não pode dar meia volta e é destruído. Quando isso acontece, os outros tanques fogem. Deixam as armas e abandonam as munições."

Os paralelepípedos ficaram conhecidos popularmente como os "sandinistas silenciosos", porque aceitavam sem protesto qualquer lugar que se lhes determinasse. E, claro, eram encontrados por todos os lados, já que todas as cidades do país são empedradas, incluindo as vias rápidas.

Isto porque Somoza era dono da fábrica de paralelepípedos, e por isso incentivou a sua utilização na reconstrução, depois do terremoto de 1972, em vez do alcatrão. Hoje, os paralelepípedos estão novamente nos seus lugares e Somoza no exílio. Mas o povo que reconstruiu as suas ruas, reservou sempre algumas pedras para fazer monumentos simples às vítimas. Cada barricada teve os seus mártires e heróis. E as pedras recordam os seus nomes em letras vermelhas e negras.



# Equador Os 21 pontos programáticos do governo do presidente Jaime Roldós



*sendip*

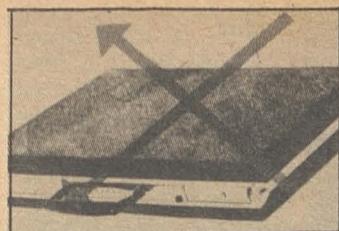


**1** O bem-estar e a dignidade de todos os equatorianos como fim essencial da sociedade.

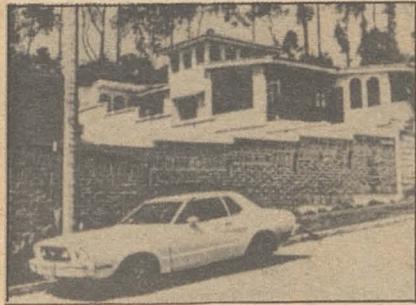


**2** A garantia plena das liberdades públicas e o estrito respeito pelos direitos humanos.

**3** A justiça social para acabar com os privilégios e desigualdades e oferecer iguais oportunidades para todos.



**4** A mais escrupulosa honestidade na gestão dos dinheiros públicos.



**7** A reforma fiscal, para melhorar as cobranças do Estado e substituir os impostos indiretos pelos diretos, que agravem os rendimentos e o património dos que mais riqueza possuem.

**8** O desenvolvimento rural e a promoção do campesinato através da reforma agrária, a colonização, a prestação de serviços técnicos e financeiros, e a construção de caminhos florestais.

**5** A planificação, como instrumento de governo para alcançar o desenvolvimento integral e harmónico de todas as regiões e províncias da pátria como consequência da integração nacional.



**6** A reforma administrativa, com vista a conseguir a eficiência, tecnicidade, rapidez e descentralização da administração pública.



**9** A erradicação do analfabetismo, o incremento do ensino técnico, a reorientação da educação, para que esta seja um instrumento de ciência e da mais alta formação académica, o apoio à investigação científica e à criação de tecnologia, a proteção e o desenvolvimento da cultura nacional.

**10**

A redução da inflação, o melhoramento das condições económicas e sociais dos trabalhadores a extensão da segurança social e especialmente dos serviços de saúde, a instalação de centros desportivos e de lazer.

**13**

A industrialização como pilar do desenvolvimento económico e da criação de empregos e um apoio específico à pequena indústria. Para este sector económico se orientará os capitais estrangeiros, sempre que respeitem a independência e os interesses do país.

**11**

A promoção da organização popular, para que através dela o povo tenha acesso à propriedade, formando comunidades, participe na solução dos seus problemas e nas decisões sociais fundamentais.

**14**

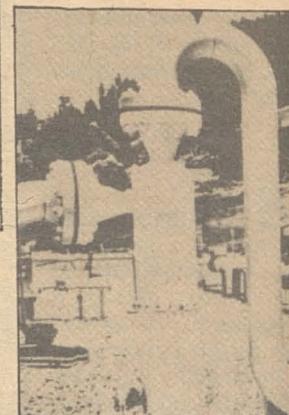
O respeito pela propriedade e empresa privada como consagram os princípios estabelecidos na Nova Constituição.

**12**

A defesa dos recursos naturais e a sua administração em função dos interesses nacionais.

**15**

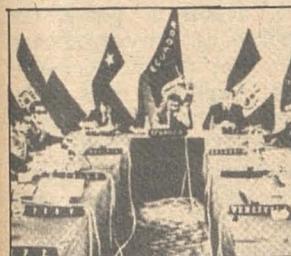
O desenvolvimento das infraestruturas físicas e sociais necessárias: estradas, aeroportos, energia, portos, água potável, etc.



**16** A igualdade de direitos para as mulheres e para os jovens quanto à educação, remuneração do trabalho, etc. E a criação de programas governamentais específicos.



**19** O fortalecimento da integração latino-americana, dos organismos internacionais, regionais e especializados, com o fim de contribuir para a criação de uma comunidade mundial e para a justiça social internacional.



**17** A participação das Forças Armadas na criação da nova democracia, na conquista dos objectivos nacionais permanentes e nas tarefas concretas do desenvolvimento económico e social.



**21** O melhoramento dos circuitos de comercialização interna, a redução das importações desnecessárias e das substitutíveis, e o incremento das exportações, tanto as tradicionais como das industriais e marítimas.

**18** A defesa da soberania nacional sobre as duzentas milhas, o mar territorial, o espaço aéreo, a zona territorial e dos irrenunciáveis direitos amazónicos do Equador.



**20** Uma política internacional independente, baseada no pluralismo ideológico, na igualdade jurídica dos Estados e na solução pacífica dos diferendos; o repúdio a toda a forma de agressão, ao uso da força, ao colonialismo e neocolonialismo.



# BELIZE

## A Mafia e os políticos do Caribe



Dean Lindo, um aspirante a primeiro-ministro, em campanha eleitoral: «um apaixonado pela cultura americana, os casinos e o sindicalismo amarelo».

*O tristemente célebre Jim Jones, do Templo do Povo, um corrupto ex-vice-governador norte-americano, um aspirante a Primeiro-Ministro e alguns representantes da Mafia unem-se numa turva «coligação» político-financeira.*

**N**a madrugada de um dos primeiros dias de 1979, o responsável da agência noticiosa "United Press International" (UPI) na América Central com sede no México, fez uma ligação telefónica urgente para um dos correspondentes que trabalhava na rádio Belize (a única do país) e perguntou: "Quem é D. R. Lindo? Algum funcionário do governo? O surpreendido correspondente tributou: "Não... Porquê?"

Ignorando, provavelmen-

te, que as suas palavras iam acender um rastilho, o responsável da UPI, na América Central, continuou:

"É que num telegrama que recebemos esta noite, acerca de uma investigação que os agentes do governo do Estado da Califórnia estão a fazer às finanças do ex-governador Mervyn Dimally, figura o nome de D. R. Lindo ligado a uma quantia de 5 mil dólares. Parece que se trata de uma contribuição ilegal de Dimally a esse tal Lindo e, além disso, está metida a

Mafia. Investiguem e se souberem algo que valha a pena informem".

Belize é um país pequeno onde toda a gente se conhece. O correspondente, depois de pensar um pouco não investigou muito, nem informou demasiado. Explicou, mais tarde, que achou que poderia vir a ser perigoso. Dean Russell Lindo — era dele que se tratava, — é há anos o dirigente máximo do *United Democratic Party* (UDP) partido outrora monárquico e desde sempre reaccio-

nário. O seu nome aparecia com insistência como possível vencedor das eleições a efectuar em meados do ano corrente (mas que não chegaram a fazer-se).

Entretanto, o correspondente da UPI em Belize contou o episódio a um colega local, que não sendo da linha do Sr. Dean Russell Lindo, se pôs a investigar e a fornecer informações, começando por procurar no seu arquivo pessoal.

## O TRIÂNGULO DIMALLY-LINDO-JONES

Um ano antes deste acontecimento, em Agosto de 1977, o *Beacon*, periódico controlado pelo *United Democratic Party*, publicou na primeira página uma fotografia de Dean Russell Lindo tirada durante uma das suas numerosas viagens aos Estados Unidos, mais concretamente à Califórnia. Duas outras personalidades foram fotografadas com o líder direitista, no decurso de uma festa que este deu na sua residência privativa, em Los Angeles.

Na altura, o facto passou despercebido, mas, um ano mais tarde, torna-se notícia. Os parceiros de Lindo, na foto publicada pelo *Beacon*, eram o ex-governador da Califórnia, Mervyn Dimally e o tristemente célebre Jim Jones, líder da seita religiosa "Templo do Povo", autor espiritual do assassinato do congressista norte-americano Leo Ryan e dos seus dois companheiros, e protagonista central do suicídio massivo da Guiana, em Novembro de 1978, que culminou na morte de 900 pessoas.

Pouco depois, constatou-se que os vértices dos

triângulo Dimally-Lindo-Jones estavam solidamente ligados e que estas personagens tinham vínculos mais profundos, que transcendiam os simples brindes de champanhe e as poses para as fotografias.

Logo a seguir àquela reunião social em Los Angeles, o ex-vice-governador Dimally viajou à Guiana para visitar o quartel-general de Jim Jones. É importante destacar que Dimally foi o único político dos Estados Unidos que esteve na Guiana antes do assassinato do congressista Leo Ryan. Na viagem de ida, fez escala em Belize, tendo sido hóspede de honra, durante alguns dias, de Dean Russell Lindo.

Há ainda a referir que nessa altura correu que Lindo, antecipando-se às questões de Jim Jones como o primeiro-ministro da Guiana, Forbes Burnham, pediu a Mervyn que transmitisse ao chefe do "Templo do Povo" o convite para se mudar para Belize, "depois da UDP ganhar as eleições". Fontes contactadas em Belize, são de opinião que, com este gesto, Lindo não fazia mais que retribuir os favores e o apoio económico com que o tinham brindado a Mafia californiana através de Dimally.

## A MAFIA DÁ 5 MIL DÓLARES A LINDO

As investigações realizadas pelos agentes federais do Estado da Califórnia às contas bancárias de Mervyn Dimally, concluíram que a campanha da reeleição do ex-governador tinha recebido 10 mil dólares de Allen Glick, um personagem si-

nistro, dono de um casino em Las Vegas e com ligações à Mafia.

Glick, que gosta de se auto-apresentar como "um financeiro forte" de San Diego, estava à frente da *Agent Corporation*, dona dos famosos hotéis Stardust e Freemont. No entanto, o Grande Juri Federal de Las Vegas assegurou que o verdadeiro dono da *Agent Corp.* era Tony Spiloro, um conhecido gangster de Chicago que se dedicava a grandes investimentos e que Glick era apenas um "homem de palha".

Os factos acima referidos servem apenas para demarcar o contexto desta história e elucidar sobre os seus protagonistas principais. Interessa saber, finalmente, que metade dos 10 mil dólares dados por Allen Glick para a campanha de reeleição de Dimally foram cedidos a Dean Russell Lindo, para a sua campanha política no Belize.

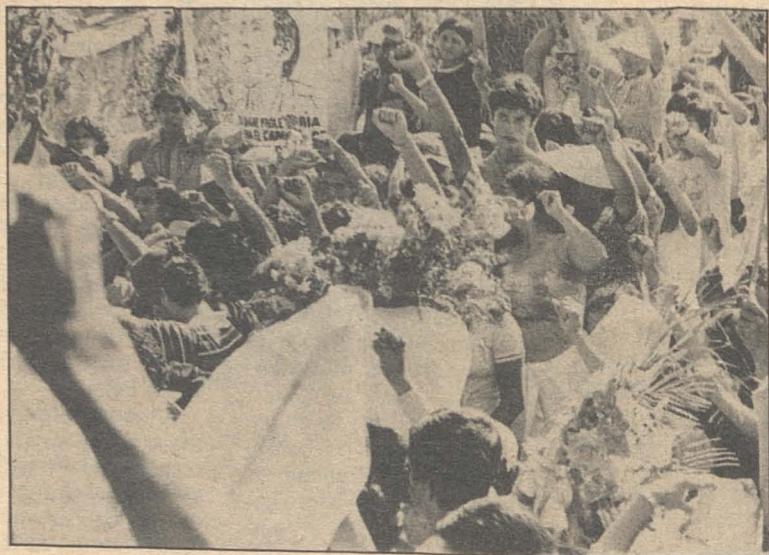
E assim voltamos ao começo da história, quando o responsável da UPI no México perguntou por telefone ao correspondente no Belize quem era D. R. Lindo.

No pequeno país da América Central e do Caribe, diversas pessoas convocadas pelos *Cadernos do Terceiro Mundo*, são unâmines em afirmar que Lindo tem muito para ocultar. É um apaixonado pela cultura norte-americana e pelas ligações ao capitalismo sem escrúpulos, pelos financiamentos sujos, pelo domínio do grande capital, pelos casinos, pelos sindicatos amarelos.

E como se aínda fosse pouco, Lindo aspira a converter-se no próximo primeiro-ministro de Belize.

## EL SALVADOR

# O elo mais fraco da América Central



*Os «Cadernos do Terceiro Mundo» entrevistam, em exclusivo,  
os dois principais membros da direcção do clandestino  
Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos.*

### **Reinaldo Reinaud**

**E**M 21 de Setembro de 1979 teve lugar em São Salvador, capital do "polegarzinho da América" – como o poeta Roque Dalton gostava de chamar à sua pequena pátria, El Salvador – um novo caso de violência política revolucionária: o sequestro de Denis MacDonald e Fausto Buchelli, dois altos funcionários estrangeiros da empresa APLAR, subsidiária da transnacional norte-americana Beckman Instruments Inc. Com esta acção político-militar surgiu publicamente uma nova organização clandestina: o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos.

Os *Cadernos do Terceiro Mundo* entrevistaram o secretário-geral e o chefe militar do PRTC, os quais se referiram à sua concepção política e estratégica regional, a qual introduz uma variante até agora inédita na América Central: a

actuação do partido em cada um dos países da área, respeitando as suas características particulares.

Os dirigentes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos apelaram para a unidade de todos os grupos revolucionários salvadorenhos e explicaram que "em El Salvador nem com uma saída democrático-burguesa se soluciona a crise que o país atravessa". Dez dias depois de efectuada esta reportagem deu-se o golpe de Estado de 15 de Outubro que derrubou o general Carlos Humberto Romero.

A maior crise política verifica-se em Salvador...

Em primeiro lugar, queremos tornar claros alguns conceitos erróneos divulgados pelas agências noticiosas internacionais a respeito do sequestro em El Salvador, pela nossa organização, de Denis MacDonald e Fausto Buchelli, dois funcionários de uma empresa multinacional yankee. Para tranquilidade dos seus familiares, queremos afirmar que ambos estão em perfeito estado de saúde e que tudo depende do cumprimento, pela transnacional, da nossa exigência para os libertarmos.

Queremos deixar também bem claro perante a opinião pública mundial, especialmente a da América Central, que não somos um grupo trotsquista, nem estamos filiados em nenhuma "internacional", como divulgaram os telegramas de certas agências noticiosas. A procurar semelhanças preferímos que nos comparassem — em certo sentido, — com o antigo Partido Comunista da Indochina, que reunia no seu seio as organizações da Birmânia, Laos, Cambodja, Tailândia e Vietnã.

Com base nessa comparação, poder-se-á dizer que vocês operam a nível regional e que têm uma concepção político-estratégica para toda a área da América Central?

Exactamente. A esse respeito, a nossa concepção política geral e a estratégia para a tomada do poder consistem na criação e acção do nosso partido em cada um dos países da América Central, tendo em conta as características particulares de cada país, sob a concepção do marxismo-leninismo.

Então, como caracterizam a operação de sequestro de MacDonald e Buchelli em El Salvador?

Nesse sentido, afirmamos que o PRTC é só uma organização que actua onde julgamos deve actuar, a nível da América Central. Concebemos a questão estratégica somente através da guerra revolucionária.

ria. Além disso, consideramos que na América Central, no momento actual — sobretudo depois do triunfo sandinista na Nicarágua, — a maior agudização dos problemas sociais se verifica em El Salvador.

Julgamos que, ainda que neste país se leve a cabo um processo democrático (que seria a instâncias dos Estados Unidos) com eleições sem fraude nem manobras oficialistas, a crise actual é irreversível. Para os chefes norte-americanos uma das possíveis soluções para este problema passa pela resolução da questão dos limites fronteiriços com as Honduras, assunto que desde a mal apelidada "guerra do futebol" de 1969, está em litígio.

Por outro lado, temos obtido informações de que os dois governos, o de El Salvador e o de Honduras, estão propiciando uma modificação do Tratado Marco e, além disso, querem dividir as zonas em disputa de forma salomónica, de costas para a soberania nacional de ambos os povos. Nós pensamos que esta não é mais do que uma atitude desesperada dos mesmos Estados Unidos.

---

#### O TRIUNFO SANDINISTA: A BURGUESIA SALAVADORENHA ENTRA EM PÂNICO

---

Por outro lado, como foi interpretada a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua, na óptica dos sectores salvadorenhos no poder?

No plano interno, os sectores burgueses de El Salvador estão bastante preocupados com o ascenso da luta de massas. A fuga de capitais é elevada e o país não se restabeleceria economicamente, inclusive com a ajuda dos Estados Unidos. E como se tudo isto fosse pouco, a burguesia entrou em pânico a partir do triunfo da Frente Sandinista.

Perante tal panorama, o nosso dever como revolucionários é lançar um apelo à unidade de todas as organizações revolucionárias de El Salvador, especialmente



ao Exército Revolucionário do Povo (ERP), às Forças Populares de Libertação (FPL), à Resistência Nacional (RN) e ao Partido Comunista. Estamos convencidos de que, juntos, poderemos percorrer o caminho revolucionário que desembocará na vitória final. E o caso da Nicarágua, do qual aprendemos muito, dá-nos razão.

#### UMA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA UNITÁRIA E REGIONAL

Para El Salvador, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos conta com ramificações no resto dos países do istmo ou conta com outros agrupamentos?

A nossa organização está também na Guatemala, Honduras e Costa Rica. Nasceu depois de um primeiro congresso realizado nos finais de 1976. Desde então, e até 1979 tivemos como política não propagandear as nossas ações, pois concebímos esse período como de acumulação de forças. Na Semana Santa de 1979 realizou-se o Segundo Congresso e então saímos à luz caracterizando a situação na América Central como de guerra revolucionária. Um dos nossos primeiros passos foi apoiar o desenvolvimento da luta na Nicarágua, onde vários companheiros nossos perderam a vida.

No caso de El Salvador, têm diferenças políticas com o resto da esquerda revolucionária?

As diferenças centram-se na nossa concepção estratégica, que é unitária e regional, distinta das concepções puramente militaristas, político-militares ou somente políticas.

Pensamos que, para o triunfo da revolução em qualquer zona da América Central seja menos difícil, devem criar-se "zonas de retaguarda" que impeçam os

Estados Unidos e os tratados militares multilaterais — no estilo CONDECA, — de sufocar qualquer processo revolucionário. A vitória sandinista corroborou a nossa tese: a FSLN jamais teria triunfado se não tivesse criado a sua própria retaguarda, em primeiro lugar na Costa Rica, e depois nas Honduras. É neste aspecto que o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos apela à unidade de todas as organizações da Área.

Já iniciámos importantes relações com o Exército Revolucionário do Povo e temos um certo tipo de vinculação com a Resistência Nacional e as Forças Populares de Libertação, somente a nível de conversações. Não queremos cair na ortodoxia, e consideramos que todas as formas de luta são aproveitáveis, incluindo o sufrágio. Neste sentido, estamos a convocar uma reunião ao mais alto nível com todos estes agrupamentos, inclusive com os partidos comunistas de cada país da América Central.

Avançaram estas práticas com partidos ou grupos de qualquer outro país da América Central?

Sim. É importante destacar que nas Honduras se avançou muito na unidade de quase toda a esquerda e que nesse aspecto se adiantou mais que no resto da América Central não liberta. Todavia, esta unidade que vimos preconizando desde há bastante tempo, só se tornou efectiva por motivo da celebração do 1.º de Maio de 1979, no decurso da qual desapareceram as velhas feridas entre os "gordos" (1) e os "flacos" (2). Depois, há que reconhecer que, infelizmente, reapareceu o sectarismo que nas Honduras caracteriza ambas as correntes.

Uma última pergunta: quais são as tarefas revolucionárias do PRTC no momento que a América Central vive actualmente?

Chegámos à conclusão de que neste momento o dever fundamental das organizações revolucionárias da América Central é ajudar a Nicarágua, sem menosprezo do processo de libertação nacional em cada um dos nossos países. Todas as nossas ações políticas e militares devem ter como objectivo que o desenvolvimento da revolução nicaraguana não perca nem um milímetro do terreno conquistado.

(1) Termo com o qual se designam os membros do Partido Comunista nas Honduras.

(2) Por oposição, chama-se assim aos simpatizantes da linha pró-chinesa.

# Solidariedade mundial com o povo árabe e a Palestina



*Reunidos em Lisboa, 750 delegados representando 325 partidos e organizações, provenientes de mais de uma centena de países de todos os continentes, fizeram o ponto da situação no Médio Oriente, analisaram o drama vivido na Palestina e apontaram as acções de solidariedade a desenvolver, de futuro, em apoio do povo palestiniano.*

**José Carlos Vieira**

**C**OM a aprovação da "Declaração de Lisboa", terminou a Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes e a sua causa central — a questão palestina que, de 2 a 6 de Novembro, decorreu na capital portuguesa, promovida pelo Congresso do Povo Árabe, e organizada sob os auspícios do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

"A luta pela liberdade, a justiça e a paz é uma responsabilidade internacional indivisível", afirma-se naquele documento que reúne as principais conclusões dos debates havidos no decurso dos trabalhos da Conferência.

"Enquanto, por um lado — prossegue a Declaração, — se dá um apoio mundial à causa dos povos árabes e palestina, na sua luta para alcançar os seus inalienáveis direitos nacionais e à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, por outro lado, cria-se uma solução explosiva como resultado da persistente política seguida por Israel de ocupar e anexar territórios com a consequente supressão e expulsão dos árabes da sua pátria, e as suas conspirações do imperialismo norte-americano que violam a soberania dos Estados árabes e criam uma situação que ameaça, não só a segurança da região árabe, como também a paz e a segurança internacionais".

A "Declaração de Lisboa", que exige a retirada incondicional, total e imediata de Israel de todos os territórios árabes e palestinos ocupados, incluindo Jerusalém, e apoia incondicionalmente as resoluções

## Abdullah Hourani



fotografia de Alvaro Campos

*«Sem as forças progressistas portuguesas esta Conferência não se teria realizado»*

Hourani, quem é você na OLP?

Sou um membro do Conselho Central da OLP e o director-geral do Departamento de Informação e Cultura da OLP.

A sua opinião sobre a Conferência...

Antes de mais queria dizer que foi a maior Conferência Internacional feita na Europa Ocidental de apoio à causa palestina. E antes de esclarecer a nossa atitude para com a Conferência, gostaria de dizer que sem as forças progressistas portuguesas, sem o grande esforço que foi feito pelo Comité Preparatório português, esta Conferência não se teria realizado. Por isso, gostaríamos de agradecer a todas estas forças políticas progressistas de Portugal e ao Comité, todo o apoio que deram à Conferência. E, muito especialmente, gostaria de agradecer ao povo português e ao seu governo a hospitalidade dispensada a esta Conferência e a Yasser Arafat.

Em relação à Conferência, posso dizer que o trabalho foi grande, as discussões e debates eficazes. As resoluções que foram tomadas na Conferência contribuirão para um maior apoio à nossa causa. É esta a nossa apreciação da Conferência, e esperamos que a grande solidariedade que foi demonstrada pelas várias delegações de todas as partes do mundo sobrevirá até alcançarmos a vitória.

Quais as relações entre a OLP e o governo brasileiro?

Posso dizer que na nossa agenda, a agenda da OLP, damos grande relevo às relações não só com o Brasil, mas com toda a América Latina. Pensamos que até agora não temos dado a atenção devida a estas relações, mas estamos determinados a desenvolver e a aprofundar os contactos com a América Latina.

aprovadas recentemente nas Nações Unidas acerca do problema do Médio Oriente, apresenta três conclusões principais.

Condensa todos os esquemas imperialistas e sionistas, especialmente os Acordos de Camp David e o tratado egípto-israelita. "Confirma o apoio da Conferência à luta do povo árabe, especialmente à do povo árabe e palestino que, guiado pela OLP, obteve significativos triunfos políticos a nível nacional e internacional".

"Constata o apreço da Conferência pela luta histórica do povo árabe palestino nos territórios ocupados e exprime a sua reprevação pela ocupação israelita e pelo chamado autogoverno que nega o direito do povo palestino à soberania e independência".

A Declaração inclui também uma afirmação de solidariedade com o avanço da luta da Frente Árabe de Firmeza e Resistência

(constituída pela Síria, Argélia, Líbia, Yémen Democrático e pela OLP).

No final da "Declaração de Lisboa", alude-se à decisão da Conferência de que, com a finalidade de promover os seus objectivos, e em apoio à luta da Nação árabe da Palestina, o Secretariado Internacional para a Solidariedade continue os seus trabalhos.

### CONSENSO INTERNACIONAL

Tal como afirma Omar Al-Hamidi, secretário-geral do Congresso do Povo Árabe, e presidente do Secretariado Internacional Organizador da Conferência, na véspera da sua abertura, esta reunião foi uma demonstração do apoio de todas as forças populares e progressistas do Mundo às vítimas do imperialismo norte-americano, do sionismo e da política do presidente Sadat, do Egito.

A Conferência foi o re-

sultado de um consenso surgido em torno da constatação da importância do conflito do Médio Oriente como ameaça para a paz mundial, tendo sobretudo em vista as consequências dos acordos de Camp David. Na origem da sua realização estiveram vários encontros internacionais preparatórios que decorreram desde o início do ano, num dos quais foi decidido apontar a capital portuguesa para local da Conferência.

Esta decisão parece ter sido devida a um vasto número de razões, das quais sobressaem o facto de Lisboa ser uma capital da Europa Ocidental que tem funcionado como ponto de ligação com vários países do Terceiro Mundo, sobretudo novos países africanos, e com relações importantes com o Mundo Árabe.

Por outro lado, o facto de esta Conferência se realizar em Portugal foi consi-

fotografia de Margarida Nunes



derado por alguns observadores como uma forma de corrigir o erro, considerado histórico, de Lisboa ter elevado as relações com Israel a nível de embaixada, há cerca de dois anos.

#### ARAFAT: UMA IMPORTANTE ESCALA

A Conferência viria a ser marcada pela participação, no início dos trabalhos, de Yasser Arafat. Vindo de Argel, onde assistira aos festejos do dia nacional argelino, tendo-se encontrado com os dirigentes da Argélia, Iraque, Líbia e República Democrática do Yémen, numa reunião preparatória da próxima cimeira árabe a nível de Chefs de Estado que se realiza em Tunes. Arafat foi recebido à chegada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, entre outras personalidades e dirigentes partidários.

Tema das "manchetes" da Imprensa, e dos serviços noticiosos da rádio e da televisão, o presidente da OLP encontrou uma entusiástica recepção quando se deslocou ao local onde se realizaria a sessão de abertura da Conferência.

As palavras de abertura caberiam ao general Costa Gomes, presidente da Conferência, ex-presidente da República e presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, que deu as boas vindas a todos os delegados e convidados, em nome das forças democráticas portuguesas.

Depois de historiar os factos que estiveram na origem do conflito no Médio Oriente, Costa Gomes afirmou que "os sistemáticos, brutais e injustificados ata-

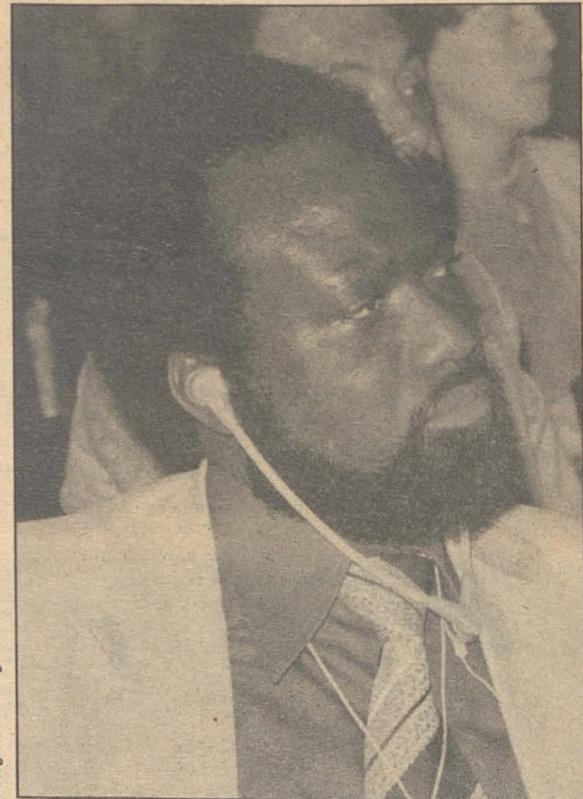
ques ao Sul do Líbano são uma das consequências desses acordos".

"A resolução pacífica do conflito — acrescentou ainda Costa Gomes, — implica o reconhecimento à sobera-

nia e à independência do Estado da Palestina, a devolução por Israel de todos os territórios árabes conquistados ou indevidamente ocupados e a internacionalização de Jerusalém".

#### Comandante M' Binda (Afonso Van Dúnен):

### «Todo o apoio à causa da Palestina»



Fotografia de Margarida Nunes

Queria saber a sua opinião de como decorreu esta Conferência...

Podemos dizer que a Conferência decorreu o melhor possível. Tivemos oportunidade de fazer valer os nossos pontos de vista em nome do nosso partido, governo e povo. Conseguimos demonstrar a nossa solidariedade, o nosso apoio, a nossa simpatia, à causa dos povos árabes que lutam contra o imperialismo e o sionismo.

Aproveitamos a ocasião para manifestar todo o nosso apoio à causa do povo da Palestina e ao seu legítimo representante, a OLP. Na nossa intervenção, condenámos as agressões levadas a cabo pelo governo de Israel com o apoio dos

Seguidamente, usaria da palavra Omar Al-Hamidi que, referindo-se a Yasser Arafat (*Abu Amar* — o construtor) disse: "Abu Amar e os seus camaradas são hoje os símbolos uni-

versais de dignidade e resistência, intensificando e acelerando a luta, pondo fim a todos os excessos graças aos sacrifícios ilimitados, ultrapassando quaisquer ressentimentos, deses-

países imperialistas, em particular dos EUA. Igualmente verificamos com grande satisfação que há uma unidade de pensamento, um elo de ligação, entre os esforços que tem sido feitos pelos países árabes e os dos países africanos, isto porque o imperialismo é só um. O imperialismo que combate os povos árabes e os palestinos é o mesmo imperialismo que ataca, que agride e viola os países da Linha da Frente, e, muito particularmente, o nosso povo angolano.

Estas foram as grandes linhas de orientação que saíram da Conferência, e regozijamo-nos pelo facto de se verificar que a Conferência sublinhou esse aspecto da unidade das forças democráticas contra o mesmo inimigo, o imperialismo internacional encabeçado pelos EUA.

Fugindo um pouco à Conferência. Houve muitas baixas nas recentes agressões da África do Sul em Moçâmedes e Lubango?

O nosso povo sofreu mais uma agressão da África do Sul racista no dia 28 de Outubro. Segundo eles dizem, o motivo foi atacar a SWAPO. Todos sabem que o nosso partido dá apoio material, financeiro e diplomático aos povos que lutam contra o racismo, contra o *apartheid*, e muito particularmente à Namíbia, onde a luta é desenvolvida pela SWAPO. Os sul-africanos aproveitam-se deste pretexto para atacarem o nosso território. É por isso que agride o nosso povo quase diariamente. Foi o que se passou no dia 28 de Outubro, quando helicópteros sul-africanos atravessaram o território do nosso país para atacar as províncias de Moçâmedes e Lubango. Na província de Moçâmedes eles conseguiram destruir parte do caminho de ferro e também um túnel. Na província do Lubango conseguiram destruir troços da estrada que liga Lubango e Moçâmedes, assim como algumas pontes rodoviárias importantes em ambas as regiões.

São acções de sabotagem, acções crueis, as que o governo sul-africano tem feito contra o nosso país. O nosso povo e aliás também a comunidade internacional representada nas Nações Unidas, ainda há pouco tempo condenaram estes actos de agressão.

Podemos assegurar que agressão nenhuma fará recuar o nosso povo, ainda marcado pelo desaparecimento físico do nosso presidente, na senda revolucionária que tem seguido. Não há nada que faça impedir o apoio que o nosso povo, partido e governo têm dado à causa da libertação dos povos africanos, e, muito particularmente, à causa da Namíbia e à SWAPO.

A imprensa ocidental europeia referiu que o vosso representante na ONU denunciou esta agressão sul-africana e também o poderio nuclear recém-adquirido pelos racistas. Tem o governo angolano alguma prova concreta desse poderio nuclear?

Não é novidade que a África do Sul conseguiu desflagrar bombas nucleares no seu país, o que demonstra que os racistas com a ajuda dada pelos países imperialistas, possuem já a bomba atómica e servem-se dela para ameaçar a causa da libertação dos povos da África Austral, e, muito particularmente, da Namíbia.

peros e fraquezas".

"Graças a eles — prosseguiu, — existe a vontade de lutar, autoconfiança e a fé no seu país, para fazer face à maquinção dos nossos inimigos e seus aliados. Estes heróis revolucionários tornaram-se senhores do seu próprio destino e modelam, agora a História".

Noutro passo da sua intervenção, Omar Al-Hamidi referiria que "qualquer solução que impeça o regresso do povo palestino à sua pátria e o seu direito à auto-determinação constitui uma falsa solução, será destruída pelos acontecimentos e pela luta dos povos".

"As forças progressistas e democráticas do Mundo estão convidadas a tomar em consideração a solução democrática proposta pela OLP no que diz respeito à criação de um Estado secular onde judeus, cristãos e muçulmanos poderão viver juntos em paz".

"Doutro modo — frisaria, — os povos do Mundo pagará um preço muito elevado especialmente na armadilha das soluções incompletas, tais como os acordos da Camp David ou aqueles que consideram como um favor, o reconhecimento de uma parte da sua pátria na Jordânia e na faixa de Gaza".

Presente na Conferência a título pessoal, o tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução Português, e presidente da Comissão Constitucional, produziu uma importante intervenção na sessão de abertura.

Referindo-se à visita de Yasser Arafat a Portugal diria que ela "não só irá dar um novo impulso à batalha diplomática travada com a OLP para o reconhecimen-

to dos legítimos direitos do povo que representa, como naturalmente colocará o meu país em melhor posição de, no Ocidente, pugnar pela justa causa do povo palestino e contribuir de modo mais efectivo para uma solução equilibrada e estável do chamado conflito israelo-árabe".

Mais adiante afirmaria Melo Antunes que a análise da situação no Médio Oriente "facilmente nos leva à conclusão que a paz no Mundo se encontra ameaçada e que a Europa Ocidental, a que pertencemos, é a área mais afectada pelas consequências dos conflitos e da permanente instabilidade daquela região nevrágica do Globo".

"Basta pensar que, no Médio Oriente, a Palestina se situa na zona que funciona como charneira de três continentes — a Europa, a África e a Ásia, — e que, para as economias europeias, é cada vez mais vital a segurança das comunicações com os países árabes, tendo particularmente em vista a dependência da Europa Ocidental em matéria de fontes de energia".

Antes de terminar a sua intervenção, o tenente-coronal Melo Antunes salientaria a necessidade imperiosa de um esforço internacional tendente à realização de uma conferência "capaz de equacionar em termos justos a situação no Médio Oriente, capaz de conduzir à estabilidade, à segurança e à paz na região".

"Neste esforço — acrescentaria, — assume particular relevo a consciência democrática e progressista de povos e organizações do Mundo inteiro e, em parti-

## Índios norte-americanos levaram a Lisboa a sua solidariedade



É hoje convicção geral que o problema palestino não mais poderá ser silenciado. Inclusivé, no interior dos próprios EUA, onde se desenvolve actualmente um amplo movimento de solidariedade para com o povo palestino.

De entre as forças que, ali, apoiam a causa palestina destaca-se, para além do movimento negro, o Movimento Índio Americano, que também esteve representado nesta Conferência. Greg Zephier, um dos elementos da delegação, falou para os *Cadernos*.

Fazendo o paralelo entre a luta travada pelos palestinos contra Israel, e a luta do povo índio contra os EUA, salientou que, nos dois casos, as táticas usadas pelos opressores doram idênticas, no sentido da total destruição da identidade nacional, cultural e racial de ambos os povos.

"No entanto, afirmou, a nossa luta é mais dura, porque estamos no meio dos EUA, não podemos combater, nem há possibilidade, inclusivé, de negociar".

Greg Zephier referiria também os acontecimentos de 1973, em Wounded Knee, (local onde, em 1970, foram massacrados mais de 300 índios) em que 400 índios do Movimento Índio Americano pegaram em armas e enfrentaram o exército americano durante 71 dias, o que, apesar do desfecho, foi considerado uma vitória para o movimento.

"Estes e outros factos demonstram que estamos na mesma luta contra os objectivos do nosso inimigo comum, as forças do colonialismo".

cular, da Europa Ocidental".

## APELO DA ARAFAT

O papel que está reservado à Europa Ocidental seria também salientado por Yasser Arafat no decurso da sua alocução na sessão de abertura, frequentemente interrompido pelos aplausos dos delegados e convidados presentes, bem como pelos incitamentos à luta travada pela organização que dirige — a OLP.

"Dado o seu papel particular no seio da política internacional e em virtude dos seus pontos vitais no Médio Oriente, os países da Europa Ocidental deverão tomar uma iniciativa imediata, a fim de enfrentar as suas responsabilidades internacionais" — declarou Arafat, aludindo certamente à recente atitude da Internacional Socialista face ao problema daquela região, e à abertura que mostrou em relação à OLP.

Referindo-se à realização da Conferência de Lisboa, o líder palestino disse que ela era o "prelúdio a um mês de solidariedade com o nosso povo sob a égide das Nações Unidas e do seu secretário-geral, Kurt Waldheim. Esta solidariedade é mundial e total com a luta do nosso povo; é o reflexo da vontade da sociedade internacional que tem que se fazer respeitar e impôr no Médio Oriente".

Em nítido paralelismo com a luta travada pelo povo palestino, Arafat afirmou que "o ano de 1979 assistiu a grandes acontecimentos, durante os quais os povos conseguiram ripostar aos golpes da dominação imperialista colonizadora sionista.

O Irão e a Nicarágua são duas grandes manifestações da capacidade dos povos para lutar, desafiar e mudar o regime de servidão e escravidão imperialista, e para construir uma vida independente, restituindo ao povo a sua dignidade e as suas riquezas".

Com a queda do Xá do Irão, a revolução palestina saiu mais do que nunca, reforçada "da guerra abjecta planificada por Kissinger e executada pelos serviços de informação americanos, no Líbano, e que visavam liquidar a revolução palestina e desfazer o Movimento Nacional Líbanês" — disse Yasser Arafat, acrescentando que, um mês depois da vitória da revolução do Irão, Washington estabelecia o pacto de agressão israelo-egípcio.

"A ano de 1979, que o imperialismo americano e o inimigo sionista queriam que fosse o ano da liquidação da Organização da Libertação da Palestina, foi, de facto e graças ao nosso encorajamento e apoio, e graças ao encorajamento e apoio de todos os irmãos, amigos, aliados e de todos os homens honestos, o ano da consagração e do reco-

nhecimento mundial dos direitos do povo palestino".

"O Médio Oriente é hoje um barril de pólvora presos a explodir" — acrescentaria o líder da OLP. "Após 30 anos de ocupação, de guerra e de alvitre, está no limite da explosão e da cólera face aos *complots* imperialistas-sionistas-racistas. Se a comunidade internacional não se manifesta no momento apropriado, esta conflagração será inevitável".

Relativamente à atitude da Europa face ao conflito, adiantaria Arafat que "uma posição honesta e eficaz por parte dos países da comunidade europeia, de harmonia com as posições definidas aquando das cimeiras árabes, islâmicas e africanas, da cimeira dos não-alinhados e do bloco socialista, representaria uma contribuição generalizada e a instauração dos princípios de uma paz global, baseada na justiça e abolição da ocupação e do racismo sionista".

Num tom claramente peremptório Yasser Arafat diria ainda: "Declaro aqui, em nome do povo palesti-



O tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução português, no momento em que usava da palavra na sessão de abertura da Conferência.

no, dos seus revolucionários e militantes, que não haverá paz, nem estabilidade nem soluções nesta região, sem que haja a garantia dos seus direitos nacionais inalienáveis, incluindo o direito ao regresso, à autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente na terra da sua pátria".

### MILHÕES DE PALESTINOS SEM PÁTRIA

Durante a realização desta importante reunião de solidariedade com a causa palestina, o líder da OLP deu uma conferência de Imprensa, correspondendo assim às solicitações dos numerosos jornalistas presentes para a cobertura da Conferência Mundial.

Depois de considerar a Conferência de Lisboa como um importante marco para a causa árabe e a Palestina, num momento em que o povo palestino sofre as constantes arremetidas da reacção internacional e sionista, em particular, Yasser Arafat afirmou que é chegada a altura de os países ocidentais deixarem de ser alimentados com o monopólio das opiniões de Israel.

A pergunta de um jornalista sobre se a sua organização viria a ser reconhecida também por Israel, o presidente da OLP disse não estar alegítima representante do povo palestino interessada no reconhecimento pelo seu inimigo. "A OLP — acrescentou, — é reconhecida pelo dobro dos países que reconhecem Israel. Para nós, o importante é sermos reconhecidos, como somos, pelo povo palestino".

Fotografia de Margarida Nunes



Yasser Arafat abraça efusivamente Silas Cerqueira, membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação, que teve ação destacada na preparação e no decorrer dos trabalhos da Conferência.

Àcerca das próximas deslocações, no sentido de recolher mais apoios para a causa palestina, Yasser Arafat referiu que proximamente irá à França, declarando aguardar com ansiedade o apoio a prestar por aquele país. Informou, no entanto, que a sua organização já tinha mantido contactos com os ministros dos Negócios Estrangeiros daquele país.

O líder da OLP destaca também, entre outros pontos recolhidos, aqueles prestados pelo bloco socialista, os países não-alinhados, e de outras organizações internacionais como a ONU. A este respeito diria: "Temos confiança nas resoluções da ONU aprovadas a nosso favor e esperamos mais resoluções que visem o nosso direito à autodeter-

minação, à restauração do nosso país, e à restituição dos nossos territórios ocupados".

"Aguardamos o momento de regressar à nossa pátria", diria ainda o presidente da OLP que salientou existirem neste momento cerca de 4 milhões de palestinos sem pátria, dos quais 60 por cento foram expulsos das suas terras, e os restantes 40 por cento vivem em territórios sob administração israelita, logo sofrendo a repressão do colonialismo sionista.

Àcerca da eventual formação de um governo palestino no exílio, para o qual a OLP poderia à partida contar com o reconhecimento de elevado número de países, Yasser Arafat disse não estarem ainda criadas as condições para que tal aconteça.

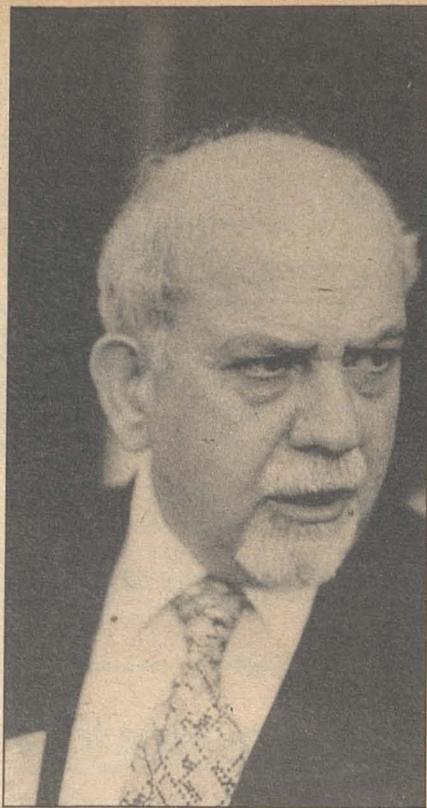


foto: Altair Campos



## «Regresso às áreas ocupadas não é para nós negociável»

**P**ARA Zehdi Tarzi, representante permanente da OLP nas Nações Unidas, com estatuto de observador, a Conferência de Lisboa revestiu-se de um grande significado, porque chamou sobre ela as atenções da Europa Ocidental e o impacto atingido teve repercussões nos próprios Estados Unidos.

“Está criada uma nova atmosfera – disse-nos. – Durante bastante tempo, o mundo ocidental não conheceu quais as intenções da OLP, porque só a versão israelita era divulgada. Agora, os países ocidentais conhecem as duas faces do problema”.

“Como exemplo, posso referir o caso da publicação dos documentos da ONU acerca do problema palestino. Estes documentos resumem-se aos factos, mas porque as Nações Unidas os publicaram, quer Israel, quer os próprios EUA, ficaram revoltados”.

“O impacto da questão palestina na opinião pública mundial cresce, à medida que os nossos inimigos vão tendo, gradualmente, menos audiência. Além disso, é para nós importante contar com mais aliados no Mundo ocidental”.

Zehdi Tarzi dir-nos-ia, em seguida, existir hoje uma opinião generalizada favorável às teses da OLP.

“Durante a última semana de Setembro, houve um debate nas Nações Unidas, de onde se extraíram duas conclusões principais acerca da situação no Médio Oriente: a questão palestina é o centro do conflito; os acordos da Camp David provaram já não conduzir à resolução do conflito e à paz”.

“Hoje, o Papa e Fidel Castro, os chineses e os franceses, os soviéticos e, até, os americanos, têm um consenso acerca do problema”.

Falando-nos das perspectivas que se abrem para a solução do conflito, o representante da OLP na ONU, afirmaria que se aguardam “novas e importantes resoluções das Nações Unidas, no próximo ano, e um crescente conhecimento dos direitos do povo palestino”.

“Uma importante batalha será travada a nível diplomático, havendo necessidade de entabular negociações para se ultrapassar o conflito. Mas, o regresso às áreas ocupadas não será para nós negociable e sim uma condição primordial, à partida”.



## «Palestina e Petróleo começam com a mesma letra»

**M**EMBRO da representação da OLP em Madrid, onde ocupa a segunda posição na hierarquia, e sobre quem se fala como o primeiro representante em Lisboa, quando da abertura de uma delegação na capital portuguesa, Ahmed Sobeh concedeu-nos um depoimento que consideramos da maior importância.

Nas palavras simples de Sobeh vemos retratadas as posições da OLP que, segundo ele, através desta conferência, "penetrou na boca do leão", já que é a primeira reunião internacional de solidariedade com o povo palestino que se realiza num país da Europa Ocidental.

"Era uma zona exclusiva da propaganda sionista, sendo bastante difícil pe-

netrar na opinião pública."

"Esta Conferência — afirmou, — pode ser um instrumento directo de pressão junno dos países europeus ocidentais para que saiam da sua indefinição acerca do reconhecimento difícil e directo da OLP, como único e legítimo representante do povo palestino, e da consagração dos direitos inalienáveis do nosso povo."

"Esta Conferência supõe também a reafirmação de um dos postulados mais importantes da OLP — a unidade entre a grande família anti-imperialista, com as delegações dos vários continentes demonstrando a vontade de se oporem à sobreposição imperialista no Mundo."

"O povo palestino — acrescentou, — pode agra-

decer nesta Conferência ao Portugal democrático, do 25 de Abril, e às forças democráticas e progressistas o seu apoio à nossa luta. A OLP faz os melhores votos para que esta conferência seja um passo decisivo e necessário para as relações amistosas entre os países árabes e Portugal, na base do respeito e dos interesses mútuos."

Ahmed Sobeh referia-se seguidamente que Portugal e Espanha são "histórica, geográfica e estrategicamente, a ponte natural entre os países árabes e a Europa".

A pergunta sobre as perspectivas que se abrem, depois da Conferência de Lisboa, à luta dos palestinos dir-nos-ia o nosso interlocutor:

"Faço referência às pa-

lavras do presidente Arafat de que não temos pressa, vamos lentos mas firmes. Estamos na fase de penetração na Europa Ocidental. Depois das visitas de Yasser Arafat a Viena, Madrid e Lisboa, esperamos que se sigam outras capitais."

"Temos que destacar o importante papel da Europa na resolução da crise do Médio Oriente. A paz nessa região beneficia a Europa, e a guerra desestabiliza a sua situação política e económica."

Na opinião de Ahmed Sobeh o problema palestino é bastante mais vasto e ele tem, nos seus períodos mais agudos, coincidindo

com as crises energéticas. Para este representante palestino na capital espanhola, cabe inclusive à Europa desenvolver um papel distinto dos EUA na resolução daquela crise.

"Palestina e Petróleo começam com a mesma letra... Com a guerra no Médio Oriente sobe o petróleo, e o seu transporte não é seguro. Com a paz, ele é mais barato e mais seguro. Esta é a realidade, e a Europa terá de compreendê-la."

"Os árabes têm o direito de utilizarem as suas riquezas consoantes os seus próprios interesses. A Palestina é a questão central do Mundo Árabe. Logo..."

Àcerca da abertura de uma representação da OLP em Lisboa, afirmou-nos Sobeh: "Vamos esperar as eleições portuguesas, para que o tempo deixe transparecer os resultados dos contactos do presidente Arafat em Lisboa."

Posto perante a questão se seria o primeiro representante em Portugal, dirigiu-nos-ia, a finalizar: "Essas decisões tomam-se no meio do Comité Executivo da OLP. Respeitamos o curso das negociações e, quando for a altura, será indicado alguém, que deverá recolher o *agrément* das autoridades portuguesas. De qualquer modo, qualquer companheiro pode assumir essa tarefa."

## Resolução da Conferência

**O**S trabalhos da Conferência foram divididos por quatro comissões, cujos assuntos eram:

I — direito da Nação Árabe e do povo palestino a lutar contra os planos reacionários, imperialistas e sionistas e pela sua libertação política, independência económica, progresso social e unidade;

II — relacionamento entre a luta da Nação Árabe e do povo palestino com a luta dos povos de todo o Mundo, destacando a unidade do movimento de solidariedade internacional;

III — a colonização sionista e as práticas repressivas nos territórios árabes ocupados, mediante a apresentação de testemunhos vivos, com o objectivo do desenvolvimento da solidariedade com a luta do povo palestino;

IV — estabelecimento de um Programa de Ação, baseado na troca de experiências de cada país, com o objectivo de promover o movimento de solidariedade com a luta da Nação Árabe e do Povo Palestino.

No final dos trabalhos das várias comissões, realizou-se uma sessão plenária onde, entre outros, foram aprovados os dois documentos fundamentais da Conferência: a "Declaração de Lisboa" e uma resolução sobre a unidade da luta da Nação Árabe e dos povos do Mundo.

Deste importante documento salienta-se o seguinte:

"A nova aliança militar no Médio Oriente deve ser

inter-relacionada com o sistema de segurança pró-imperialista concebido para o Mar Vermelho, uma aliança militar integrando os regimes racistas e reaccionários da África Austral e o Tratado do Atlântico Sul (SATO)."

"A Conferência sublinha também as perigosas consequências da cooperação israelita com o regime do *apartheid*, no que diz respeito à produção de armas nucleares e ao papel de mandatário do imperialismo recentemente confiado ao regime egípcio."

Entre outros pontos, salienta-se igualmente a tentativa dos EUA de aumentar a sua presença militar em várias zonas do Globo, nomeadamente a criação de uma quinta esquadra pa-



Fotografia de Alair Campos

ção do auxílio militar egípcio e norte-americano a Marrocos "com o fim de intervir nos assuntos do Norte de África, no interesse do imperialismo dos EUA".

Paralelamente à actividade das várias comissões, realizaram-se ainda várias mesas-redondas, com o objectivo básico da discussão de acções práticas em cada campo específico: juventude e estudantes, parlamentares, jornalistas e sindicatos. Igualmente se realizou uma mesa-redonda das delegações dos países latino-americanos.

Presidida por Cuba, a mesa-redonda da América Latina sublinhou a necessidade de ampliar, naquela região, a informação sobre os povos árabes e, em particular, a questão palestina, problema sistematicamente deturpado e iludido pelos *mass media* imperialistas e sionistas.

De referir que, na mesa-redonda de jornalistas, um jornalista norte-americano afirmou que o maior ataque contra a causa palestina não resulta de uma cobertura injusta dos acontecimentos, mas de, no geral, a Imprensa americana ignorar a questão palestina.

Globalmente, foi acentuada a falta de informação existente no Ocidente rela-

tivamente à questão palestina. Assim, foi decidido levar a efecto algumas reuniões entre jornalistas da Imprensa internacional e jornalistas dos países árabes, e, por ocasião do Ano Internacional da Criança, publicar fotos, na Imprensa internacional, sobre a sorte das crianças palestinas.

ra as áreas do Golfo Pérsico e do Oceano Índico. Nesse sentido, foi apoiada a convocação da Assembleia Geral da ONU, para a transformação do Oceano Índico "numa zona de paz, livre de armas nucleares e de bases militares estrangeiras".

Um alerta foi também lançado contra os planos de intervenção militar norte-americana nas áreas do petróleo árabe, passo que "interromperá profundamente o fluxo de petróleo, colocando séries ameaças aos interesses básicos dos povos europeus".

#### A FAVOR DA POLISÁRIO E CONTRA O MARROCOS

Uma passagem desta resolução viria a provocar um

pequeno incidente já no encerramento dos trabalhos da Conferência. Com efeito, este documento solicita a todas as partes interessadas o direito do povo saharauí à autodeterminação, de acordo com as resoluções da OUA e ONU".

Ora, a delegação marroquina presente que, já no início da Conferência, tinha feito constar que abandonaria os trabalhos por discordar da presença de uma delegação da Frente POLISÁRIO (o que não chegou a verificar-se, por concordância acerca da necessidade de uma unidade de objectivos a atingir, relativamente à causa árabe e palestina), insurgiu-se contra a inclusão daquela frase no documento final.

No entanto, e tal como se havia registado já, quando da elaboração desta resolução, a posição expressa pela delegação marroquina foi rapidamente abafada, ante uma unanimidade de opiniões das restantes delegações, sendo o incidente facilmente sanado.

Esta resolução inclui, aliás, uma firme condena-



Fotografia de Margarida Nunes

# Lisboa: Marco de viragem para a causa palestina



## — Paris e Washington, as próximas etapas

**José Carlos Vieira**

**A** presença em Lisboa do presidente da OLP, Yasser Arafat, foi, sem dúvida, o facto central desta reunião internacional, que fez atrair sobre a capital portuguesa as atenções de todo o Mundo, curiosas acerca da dimensão, significado e repercussão da conferência de solidariedade.

Recebendo o tratamento dispensado aos chefes de Estado por toda a parte onde se deslocara, e ele próprio considerado um presidente no exílio, Yasser Arafat era aguardado com expectativa, sobretudo para se avaliar da forma como as autoridades portuguesas o iriam acolher.

Como resultados dos esforços desenvolvidos a nível diplomático, alguns dos quais mesmo nas vésperas da Conferência, o nome do líder da OLP viria a ser inserido nas agendas de trabalho do presidente da República, do primeiro-ministro, do ministro dos Negócios Estrangeiros e do Conselho da Revolução.

Recebido à chegada pelo chefe da diplomacia portuguesa, Yasser Arafat encontrou-se com representações de três importantes partidos políticos, manteve com o primeiro-ministro um diálogo considerado bastante cordial, e contactou, mais tarde, o Conselho da Revolução.

No entanto, o acontecimento de maior impacto relacionado com esta visita registar-se-ia pouco antes do início da Conferência. Com efeito, foi em Lisboa que Yasser Arafat conseguiu aquilo que ainda lhe não tinha sido proporcionado.

### RECONHECIMENTO EUROPEU

Apesar de, com carácter oficial, ter já visitado a Áustria e a Espanha, seria Portugal que o líder palestino viria a ser, pela primeira vez, recebido por um chefe de Estado da Europa Ocidental, num encontro que se prolongaria por cerca de hora e meia.

A isto, juntar-se-ia igualmente a circunstância de Portugal fazer parte da NATO e, portanto, tratar-se do primeiro encontro com um alto dirigente de um país daquela aliança militar.

Enquanto alguns observadores, mais cautelosos, atribuíram ao facto o significado de mera cortesia, e outros unicamente se preocupavam em tentar denergir os acontecimentos, o certo é que, por detrás da atitude do Governo português parece estar a constatação ocidental da gravidade da situação vivida no Médio Oriente, e o reconhecimento da OLP como representante legítimo do povo palestino.

Se esta atitude ocidental não é, em ambos os sentidos, assumida formalmente, vem a sé-lo, de facto, pelo desenrolar dos acontecimentos, e pelas responsabilidades entretanto adquiridas.

E, nem o atentado contra a embaixada israelita em Lisboa, registado exactamente uma semana após o encerramento da Conferência Mundial, e no qual o diplomata de Israel escaparia à morte, terá alterado a opinião da comunidade internacional face ao conflito e à OLP, embora fosse esse o objectivo daquele acto.

Aliás, ele viria a ser rapidamente desmascarado, quer pela OLP, quer por outras entidades, como o Secretariado da Conferência de Lisboa, e a sua condenação acusava precisamente aqueles que pretendem dificultar a resolução do problema do povo palestino.

Face à recepção facultada a Arafat, e a avaliar pelo silêncio ocidental (não sur-

giram reacções negativas — a única verificada partiu exactamente da embaixada israelita em Lisboa), poder-se-á afirmar que a atitude portuguesa foi, por certo, bastante ponderada.

Mais ainda, ela só terá sido assumida após consulta a algumas capitais ocidentais.

Aliás, aquela atitude surgiu na sequência da abertura verificada em outros países ocidentais para com a

## Embaixador Panguene:

### «Há identidade entre o apartheid e o sionismo»

Queria que o embaixador Panguene, nos desse as suas impressões sobre a Conferência de Solidariedade com os povos árabes e com a Palestina, que teve lugar em Lisboa.

A Conferência de Solidariedade com a luta dos povos árabes e a causa do povo palestino foi um encontro internacional de grande significado para os nossos amigos e camaradas da OLP que, gradualmente, depois de mais de uma década de luta renhida, vêm os frutos dos seus esforços, do sacrifício do seu povo heróico, a nível diplomático. Isto tem significado pelo facto de ter lugar no Ocidente onde há países que têm tido dificuldades em pronunciar-se abertamente contra o regime sionista e todas as suas práticas, que podem ser considerados território da Palestina e os sectores árabes ocupados. Diríamos que a viragem mais importante é a recepção do presidente Yasser Arafat na Áustria, em primeiro lugar, e o gesto de simpatia das autoridades portuguesas que, a vários níveis, foi demonstrada também. E isto é significativo, tendo em conta a situação que Portugal atravessa.

Para o Mundo, e para nós próprios, moçambicanos, a luta do povo palestino permanece no coração de todos nós. Não há muito que passámos pela mesma situação; por isso a nossa presença na Conferência foi para, juntamente com forças democráticas do Mundo inteiro, reiterarmos o nosso apoio a essa luta. Por essa razão pensamos que a Conferência, ao reafirmar o seu apoio à luta do povo palestino, sob a direcção da OLP, permite à OLP exercer o seu direito à autodeterminação e independência, o que significa que tem direito a recuperar a sua Pátria e proclamá-la como um Estado independente, livre e soberano. E este apoio estende-se a exigência para a retirada do regime sionista dos territórios ocupados por Israel desde 1967.

Nós vemos que há uma condenação, sem equívocos, dos acordos de Camp David e de Washington, e do próprio acordo isrealo-egípcio o que tem um significado político importante na perspectiva da luta que ainda está por ser concluída. Esperamos que estes resultados possam ser continuados com

OLP. A confirmá-lo estão as excelentes recepções facultadas em Viena por Bruno Kreisky, e em Madri por Adolfo Suárez, a posição recentemente assumida pela Internacional Socialis-

ta, e a esperada deslocação de Arafat a Paris, prevista para breve, e onde se encontrará com o presidente Giscard d'Estaing. Depois, tudo leva a crer, seguir-se-á Washington.

Com efeito, e apesar da "filosofia" sionista colher ainda alguns apoios junto de algumas capitais, assiste-se hoje a um reconhecimento generalizado da realidade do Médio Oriente, e o drama vivido pelo povo palestino.

Reconhecimento a que não será estranho, por certo, o esforço diplomático em que a OLP se tem vindo a empenhar, mas também outras razões, que se prendem, sobretudo, com o argumento económico.

A grande maioria das economias ocidentais depende dos países árabes, por via do petróleo que eles produzem. E, face à unidade existente entre os povos árabes e palestino, o Ocidente sabe de antemão que a condição de acesso àquela riqueza fundamental é a resolução do problema da Palestina.

Assim, a partir de uma conferência mundial que — não por acaso — se realizou em Lisboa — (atente-se nas posições que Portugal tem vindo a assumir nas Nações Unidas face ao problema palestino, de que é exemplo o discurso recente da primeiro-ministro, Lurdes Pintasilgo), capital que ocupa uma posição privilegiada como "ponte" para o Terceiro Mundo, a luta que vem sendo travada pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino atingiu, hoje, uma fase superior.

Após o apoio obtido em Havana, em recente cimeira dos Não Alinhados, que foi acompanhada da condenação dos Acordos de Camp David, e com as resoluções que, há já algum tempo, têm vindo a ser tomadas no seio das Nações Unidas, pa-



um trabalho que se deve estender a nível da comunidade internacional, particularmente aos comités, a grupos e partidos políticos e democráticos da Europa ocidental, para que venham a pressionar e influenciar a conduta dos seus governos a favor da luta do povo palestino.

Embaixador Panguene, a Conferência, para além deter sido uma forma de solidariedade para com o povo palestino, foi, como não poderia deixar de ser, uma condenação do sionismo e do Estado expansionista de Israel. Estado esse que tem tido — isso é notório, — de uma forma directa, ou indireta, contactos com os racistas da África Austral. Veio a público, muito recentemente, a participação de pilotos israelitas nas incusões dos racistas da África Austral. Quer referir-se a esta ligação entre os sionistas e os racistas na África Austral?

Houve uma definição, mesmo a nível internacional, que sionismo é uma forma de racismo. Existe uma identidade muito estreita entre o sistema de *apartheid* e o sistema sionista de Israel. É facto de que tanto Israel como a África do Sul são regimes minoritários mantidos pelo imperialismo, e que as suas capacidades de agressão com o material bélico sofisticado, são supridas pelo Ocidente.

As suas ligações já foram denunciadas e são-no a partir de factos concretos: a participação da África do Sul e de Israel em agressões não só contra o povo árabe na opressão ao povo palestino, mas também o apoio que o regime de Israel dá aos seus regimes militares e racistas da Rodésia e da África do Sul. Como testemunho, temos provas na República Popular de Moçambique, onde pilotos militares israelitas encontraram a morte ao serviço do regime rebelde e racista da Rodésia.

Mas a aliança de Israel, a sua natureza agressiva não se limita apenas ao apoio dos regimes racistas da África Austral. Estende-se aos regimes ditatoriais e militarizados antipopulares da América Latina: o regime militarista de Pinochet e outras ditaduras.

rece estar aberto à OLP o caminho para a solução próxima do problema de milhares de palestinos, que ela legitimamente representa.



Todo o povo da Palestina esteve de olhos e ouvidos voltados para Lisboa, onde decorria a Conferência Mundial de Solidariedade.

Palestinos que, fora da sua pátria, ou reprimidos por aqueles que ocuparam as suas terras, são as vítimas de um fenómeno que dá pelo nome sionista, apoiado aqui e ali por governos pouco escrupulosos.

O equilíbrio de forças que rodeia esta situação está, pois, substancialmente alterado. Para tanto terá contribuído, em boa medida, a Conferência de Lisboa. Bem se poderá falar dela como um marco de viragem.

## Conferência

### Latino-Americana

— propõe Isabel Allende



**A** participação latino-americana na Conferência de Lisboa foi assinalável. Ela cifrou-se pela presença de trinta organizações e partidos políticos dos vários países do continente. De salientar a deslocação a Lisboa de uma delegação do Chile Democrático, composta por uma representação unitária da esquerda chilena.

Liderando esta delegação encontrava-se Isabel Allende representando sua mãe, Hortênsia Allende, então em viagem pela América Latina. A filha do ex-presidente do Chile explicou aos *Cadernos do Terceiro Mundo* as razões da presença latino-americana na Conferência.

“Estamos convencidos — disse — dos estreitos laços existentes entre a luta do povo palestino contra as manobras do imperialismo e do sionismo e as nossas próprias lutas. Assim, como latino-americanos, estar aqui presentes significa entregar a nossa solidariedade ao povo palestino e à sua organização, a OLP, e denunciar os vínculos que Israel mantém com os regimes fascistas e ditatoriais da América Latina”.

Prosseguindo, afirmou que “para além de denunciar esses vínculos, poderemos contribuir para a causa do povo palestino, trazendo o nosso esforço para a difundir, com o pleno conhecimento dela. Muitas iniciativas concretas de apoio e trabalho estão à nossa mão, no sentido de denunciar os acordos de Camp David e de fazer face às opiniões veiculadas pelos órgãos de comunicação de massa que divulgam exclusivamente a óptica israelita, a respeito do problema palestino”.

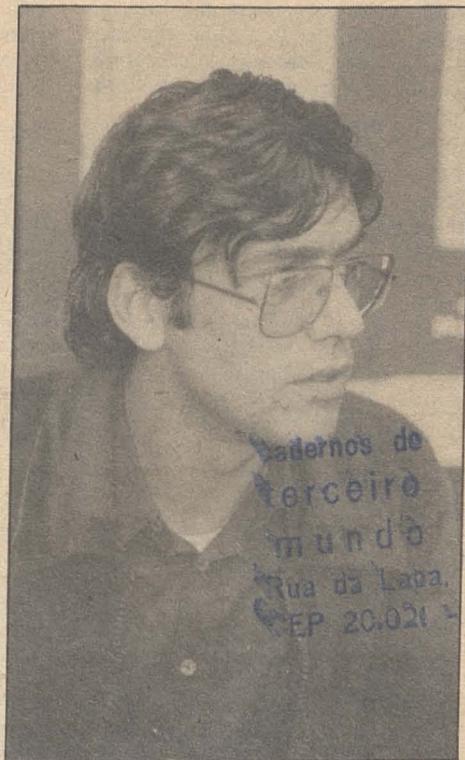
Entre outras ações, Isabel Allende salientaria a necessidade de se organizar uma conferência latino-americana de apoio à luta palestina, para a qual já terá sido recolhido o apoio de países como o Panamá, Equador e República Dominicana, que, inclusive, se terão oferecido para a sua preparação.

Oscar Garretón, secretário-geral do MAPU chileno referia a influência do sionismo e a utilização de certos instrumentos em seu nome, nos países latino-americanos.

“Embora para os EUA se tornasse incômodo, a partir de certa altura, apoiar Somoza, este continuou a receber todo o apoio militar, parte dele vindo de Israel. No Chile passou-se a mesma coisa. A partir de 1974, assistiu-se a uma grande ofensiva israelita, tendo sido detectados armamento e instrutores israelitas em toda a zona Norte do Chile, e na fronteira com o Peru”.

“Portanto, acrescentou, é um facto que os israelitas se envolvem nos assuntos dos países latino-americanos. Existem, inclusive, pactos militares entre Israel e certos governos latino-americanos. Como exemplo, foi estabelecido um contrato para a construção de uma fábrica de aviões no México, tratando-se de um projecto israelo-mexicano. A presença do sionismo no nosso continente é, pois, real e ameaçadora. Assim, quando apoiamos a causa palestina estamos a apoiar-nos a nós próprios”.

# Por dentro das prisões sionistas...



180 - S/Loja - RJ  
Tel. 242-1957

*Preso com 17 anos, condenado a 15, trocado com outros palestinos, por um soldado israelita em Março de 1979,*

*Halibi Tahsin passou 12 anos nas prisões de Israel.  
É sobre esse tempo, as torturas e a luta do povo palestino  
dentro das prisões, que ele dá testemunho.*

**Carlos Pinto Santos**

**H**ALIBI Tahsin esteve em Lisboa onde colaborou, ligado ao sector da Imprensa, na preparação da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a Palestina. Sete meses atrás estava na prisão de Hebron, em Israel.

Após a guerra árabe-israelita de Junho de 1967, Tahsin, membro do FPLP – Comando Geral, é enviado para os territórios ocupados com a missão de participar na organização da resistência política e militar. Depois de dois meses de clandestinidade, a célula de que faz parte é encarregada de atacar a zona militar do aeroporto de Lidda, em Telavive. Porém, Tahsin e os seus sete camaradas não alcançam o objectivo que lhes tinha sido destinado. Detectados por uma patrulha israelita, têm de bater em retirada perdendo um dos seus no combate. Quatro dias depois são de novo localizados pelo exército inimigo na cave de uma aldeia dos territórios ocupados. No confronto que se segue dois outros palestinos são mortos. Tahsin e mais quatro camaradas, feridos, são feitos prisioneiros. Está-se a 11 de Dezembro de 1967. Halibi Tahsin tem 17 anos de idade.

"Desde o princípio pude observar a maneira como o exército israelita tratava os prisioneiros. Um dos meus camaradas estava gravemente ferido. O major que comandava a força israelita ordenou aos soldados que o matassem. Acabaram com o nosso camarada diante dos nossos olhos".

Entregue à polícia sionista, Tahsin inicia um longo

período de interrogatórios e tortura.

"Batiam-nos nas partes mais sensivas do corpo, na cabeça e nos órgãos genitais com correias de cabedal. A mim, além disso, penduraram-me pelos pulsos ao tecto. Os pés não chegavam ao chão. Faziam-me estar assim durante três horas ou mais até eu sentir os braços paralisados. Este tratamento durou semanas. Sempre as mesmas perguntas: queriam que eu desse informações acerca de outras células e de camaradas resistentes.

Depois levaram-me, com

os braços e as pernas atados, para uma cela muito fria, onde não havia cobertores e tinha de dormir no chão. Do tecto caía água, gota a gota. Para qualquer canto que me arrastasse (continuava sempre atado), as gotas caíam-me na cabeça ou nos ombros. Após duas noites passadas nestas condições e dois dias de interrogatórios e torturas perdi quase a consciência. Sentia-me muito doente e foram obrigados a chamar um médico que mediou a minha pressão arterial e observou o meu estado geral. Mudaram-me para outra ce-

## Posição da Internacional Socialista dá nova vitória aos palestinos

**D**EVIDO a fortuita coincidência de calendário, nos dias imediatamente anteriores à realização da Conferência Mundial de Solidariedade com os povos árabes e a Palestina, teve lugar em Portugal uma reunião da Internacional Socialista.

Encontro rotineiro dos partidos socialistas, esta verdadeira cimeira teve a assinalá-la três factores notáveis.

Primeiro, a presença, a título de observador, de Éden Pastora, o conhecido "Comandante Zero", líder da Frente Sandinista e que se celebrizou por ter comandado o derradeiro ataque a Manágua, sendo considerado um dos principais obreiros da libertação da Nicarágua da dinastia dos Somoza.

Depois, a posição assumida pela IS e por unanimidade relativamente à situação na África Austral. Ela pode ser resumida como um apoio quase total aos países da Linha da Frente, e aos movimentos de libertação existentes naquela região africana, que se batem contra o colonialismo, o racismo e o *apartheid*.

Por último, e talvez a atitude mais significativa, o "Bureau" da IS aconselhou o desenvolvimento dos contactos com os países árabes e, designadamente, com a OLP, que foi reconhecida por Willy Brandt, presidente da IS como única e legítima representante do povo palestino.

la e deram-me um coberto. Pude dormir talvez seis horas, ao fim das quais me levaram para outra cela. Quando entrei nesta senti que qualquer coisa me estrangulava, me afectava os pulmões. Pensei que eram introduzidos gases na cela. Gritei, bati na porta de aço. O guarda veio e disse-lhe que me sentia asfixiar. Tiraram-me da cela e interrogaram-me de seguida. Se não respondesse meter-me-iam lá de novo. Como não dei qualquer informação fecharam-me mais duas horas nessa cela. Sentia-me muito mal, como que es-

magado por um enorme peso. O médico voltou e deram-me 24 horas de descanso. Após isto, mudaram-me de secção e tentaram a persuasão psicológica. Afirmavam que eu confessaria, fosse como fosse, que utilizariam todos os meios para me obrigar a falar. Passei dois dias com este tipo de preparação psicológica. Em seguida voltaram a bater-me, fechando-me à noite na cela novamente com os pés e mãos atados, embora tivessem algum cuidado pelo meu estado físico que era muito precário e não lhes convi-

No entanto, e tal como se previa, o debate do problema do Médio Oriente não se efectuaria sem que se levantasse uma tremenda polémica, face à atitude sistemática de oposição por parte de Shimon Peres, líder do Partido Trabalhista de Israel, cujas teses — ficou demonstrado na reunião de Lisboa, — não são compartilhadas pela Internacional Socialista.

Antes pelo contrário, esta organização parece querer pressionar os trabalhistas israelitas a reconhecerem os direitos dos palestinos. Bruno Kreisky, o primeiro-ministro austriaco, chegaria a afirmar que não se pode pretender avançar contra a corrente da História.

No entanto, e a provar que as coisas não se irão passar de uma maneira fácil, Shimon Peres afirmou, à margem da reunião, que entre os trabalhistas israelitas e Bruno Kreisky "há uma questão de gramática".

"Ela fala sempre no futuro — prosseguiu, — e nós ocupamo-nos de coisas do presente. Por outro lado, quando ouço Kreisky e ouço um delegado da OLP, acredito mais neste no que naquele".

Assim, e enquanto Bruno Kreisky se mostra convencido de que o líder palestino, Yasser Arafat, procura uma solução que conduza à paz, para Shimon Peres, a OLP continua absolutamente fechada ao diálogo com Israel, e mais não pretende do que a sua destruição. Pelo contrário, Willy Brandt disse ter ficado com a impressão de que Arafat procura encontrar a paz sem eliminar o Estado de Israel.

Pese embora a posição demonstrada pelo israelita Shimon Peres, os contactos da IS com a OLP prosseguirão, como corolário do apoio maciço demonstrado pelos participantes na reunião às teses de Brandt e Kreisky.

Entretanto, o "Bureau" da IS incumbiu o secretário-geral do PS português, Mário Soares, de transmitir a Yasser Arafat os resultados da discussão havida durante a reunião. Isto viria a concretizar-se no decorrer do encontro que Soares manteve com o líder palestino, por ocasião da Conferência.

Mário Soares terá igualmente expresso a Yasser Arafat o desejo da IS de entabular novas negociações com a OLP, no seguimento dos contactos já anteriormente havidos.

nha que eu morresse antes de obterem as informações. Que nunca conseguiram.

Passei três meses neste regime. Três meses a transferirem-me de campo para campo, de cela para cela. O meu isolamento só era quebrado quando me iam buscar para interrogatórios, para me bater. Por diversas vezes simulavam que me iam matar e numa tentaram convencer-me, através de gravações, que camara das meus estavam a ser assassinados nas celas contíguas".

Halibi Tahsin esperou um ano até ser julgado. Sem direito a advogado teve de assumir a sua própria defesa. A acusação baseou-se em três pontos: ser membro de uma organização clandestina, organizar a resistência da população contra a ocupação e ter sido preso na posse de uma arma. O juiz militar condenou-o a quinze anos. O ano que antecedeu o julgamento não foi tomado em conta.

## KFAR YONA, ASHKELONE

Durante os onze anos e 3 meses que Tahsin é prisioneiro conhece 8 das 12 prisões que os sionistas destinam para os prisioneiros políticos palestinos. Além de um número indeterminado em fase de interrogatório, existem nas cadeias israelitas, 5000 palestinos já sentenciados, entre estes 150 mulheres.

"De 1968 a 1972 estive na prisão de Kfar Yona onde o tratamento era muito cruel tanto dado pelos guardas como pelas condições que nos rodeavam. A alimentação era pouca e de péssima qualidade. Durante

este período não tínhamos livros nem jornais ou rádio. Claro que conseguimos alguns livros clandestinamente. Quando os guardas os encontravam castigavam os prisioneiros da cel, espancando-os e pondo alguns no isolamento, atados, por vezes durante um mês. Mas conseguimos sempre encontrar formas para escrever, ler ou celebrar as nossas datas nacionais. Muitas dessas celebrações terminavam com os guardas lançando-nos gases lacrimogénios.

Tínhamos meia hora por dia para passar fora das celas, altura em que fazímos exercícios num pequeno pátio da prisão e onde aproveitávamos os raios de sol que penetravam pelas grades que cobriam o nosso local de recreio. No inverno os cobertores que nos forneciam eram insuficientes para as nossas geladas cárceres. Éramos obrigados a tratar os guardas por "meu dono". É uma fórmula de escravatura que nós, árabes, sentíamos que era uma sujeição de escravos. Não de seres humanos. Queria-nos quebrar como seres humanos, como seres livres e lutadores pelos nossos direitos.

Combinavam este tratamento humilhante com outros insultos e espancamentos periódicos em celas isoladas. Percebíamos a intenção dos sionistas. Queriam destruir-nos moralmente, destruir a nossa moral, para que quando fossemos libertos tivéssemos incapazes, física e psiquicamente, de resistir à ocupação.

Organizámos formas de protesto, fizemos greves de fome. De início, devido a má coordenação, os guar-

das puderam quebrar as nossas lutas. Mas depois, melhor organizados, conseguimos coordenar as nossas greves de fome com as dos nossos camaradas doutras prisões.

Alcançamos uma vitória, após uma greve de fome bem conduzida, quando obrigámos o director da prisão a falar connosco e a negociar. Reivindicamos tratamento digno de seres humanos, livros, jornais, ouvir rádio, mais tempo de exercício, não sermos insultados nem espancados. Como a delegação da Cruz Vermelha que nos visitava de vez em quando, tivesse sido alertada, o director prometeu melhoramento das nossas condições prisionais. Mas uma semana depois tudo voltou à mesma.

Em Julho de 1970, na prisão de Ashkelone, a mais cruel de todas as prisões e onde estão os prisioneiros com maiores sentenças, fizemos uma greve de fome durante vários dias. Nessa greve foi assassinado um prisioneiro. Digo que foi assassinado porque tentaram fazê-lo comer à força. Puseram-lhe um tubo de plástico para o alimentarem pelo nariz e forcaram a entrada do líquido que foi para os pulmões em vez de para o estomago. Um outro prisioneiro, dos maus tratados e fraqueza a que chegou tinha uma perna paralisada até ao joelho. Cortaram-lhe a perna na anca, e não a partir do joelho, de modo a não ter possibilidades de uma perna artificial. Pedimos a visita do delegado da Cruz Vermelha mas o director da prisão não lhe permitiu a entrada para que não visse o estado em que estavam os prisioneiros durante a greve. Tínhamos

todos marcas de torturas.

Passados estes quatro anos o tratamento melhorou, embora muito pouco. Foi-nos permitido ler, não os livros que tínhamos escolhido, mas livros sionistas, racistas. Começámos a receber um jornal. Mais tarde deram-nos uma hora de exercício e mais um coberto que nem de longe era suficiente para deixarmos de ter frio. A comida era tão má que um pequeno melhoramento não se fazia sentir. A assistência médica permaneceu na mesma. Os médicos que escolhiam para as prisões eram autênticos nazis. Eram velhos vindos da Alemanha e pelas experiências que tinham sofrido com os métodos nazis durante o III Reich, exerciam o seu espírito de vingança nos prisioneiros palestinos que lutavam contra o domínio de Israel.

Em 1973 fizemos uma greve de fome na prisão de Kfar Yona durante dez dias. No sétimo dia de greve uma delegação da Cruz Vermelha de Genebra veio fazer um inquérito e eu, como porta-voz dos prisioneiros expliquei-lhes o motivo da luta. Era uma forma de protesto contra a confiscação de todos os livros a redução na nossa hora de exercício que passara de novo para meia hora, contra os espancamentos e humilhações e exigíamos ser tratados como seres humanos. O delegado da Cruz Vermelha conseguiu que o ministro do interior, Shlomo Hilel, do Partido Trabalhista de Israel, viesse à prisão. Tive oportunidade, então, de referir ao ministro todas as nossas reivindicações, entre as quais estava a nossa recusa de tratar os guardas por "meu do-

no". Perante a delegação da Cruz Vermelha, o ministro afirmou que não tínhamos o direito de sermos tratados como seres humanos porque tínhamos assassinado soldados israelitas e que devíamos dar-nos por felizes por não termos sido mortos pelas autoridades israelitas. Disse também que apesar da nossa vida nas prisões não ser boa, era a que merecíamos. Quando lhe respondi que deveria dizer isso tudo à opinião pública e aos *mass média*, afirmou que nós não merecíamos isso, que éramos apenas prisioneiros, não tínhamos direitos e que vivíamos nas condições que eles queriam que nós vivessemos.

Outras greves de fome se seguiram e no decorrer de uma delas, forças progressistas judias fizeram uma manifestação de solidariedade connosco. Há grupos dentro da sociedade israelita que condenam o tratamento infligido aos prisioneiros políticos palestinos.

A nossa luta no interior das prisões e a agitação que provocou na opinião pública internacional obrigou o governo sionista a aligeirar a repressão nas prisões. Israel necessitava de apresentar uma faceta menos desfavorável, tentar convencer a opinião pública internacional que respeitava os direitos humanos.

Apoiando-nos nesta situação fizemos mais greves reivindicando o que achávamos ter direito.

Numa ocasião, em 1977, conseguimos coordenar uma greve de fome dos 5000 compatriotas que estavam nas 12 prisões. Esta greve teve grande repercussão na opinião pública internacional e a partir de

1978 a situação melhorou sensivelmente. Contudo quando fui libertado, em Março de 1979, os prisioneiros faziam nova greve de fome".

Greves de fome também as houve por motivos estritamente políticos: "Quando Sadat visitou Jerusalém os 5000 prisioneiros fizeram greve de fome por 24 horas. Tínhamos lido em alguns jornais israelitas que os prisioneiros palestinos estavam ansiosos que Sadate pedisse a Beguín a sua libertação. Manifestamo-nos para que os jornais árabes dos territórios ocupados soubessem que tínhamos protestado contra a visita de Sadate e a sua rendição.

Como muitos prisioneiros políticos de todo o mundo, Halibi Tahsin teve na prisão a sua verdadeira escola, a sua universidade. "Acabei de crescer na prisão", diz. Aprendeu francês, alemão, hebreu, aperfeiçoou o inglês. Leu a Bíblia em hebreu — o novo e velho testamento. Leu muitos livros, conseguidos sempre clandestinamente, de filosofia, sociologia, de história. Com os seus camaradas fez teatro, organizou curso, alfabetizou.

## A LIBERTAÇÃO

A preparação da libertação de Tahsin começa seis meses antes de Março de 1979, após a captura pela FPLP-Comando Geral de um soldado israelita nos combates no sul do Líbano.

Através da Cruz Vermelha iniciam-se conversações para a troca de prisioneiros. Vários factores se con-

jugam para que Beguín tenha necessidade premente de obter a libertação do soldado israelita: este está em poder da FPLP já há um ano, tem dez anos de serviço militar, é membro do Partido Nacionalista Religioso que faz parte da coligação governamental e, finalmente, é um judeu imigrado do norte de África o que leva certas forças políticas israelitas a acusarem o governo de discriminação.

"O Comando Geral levou isto em conta e insistiu na sua posição de exigir que o soldado israelita fosse trocado por 66 palestinos pertencentes a todas as organizações que integram a OLP e que estavam espalhados pelas 12 prisões. O governo sionista cedeu. Fomos então levados para um campo militar onde nos espancaram por vingança. Entrámos num avião israelita com os braços e pernas ligados por correntes. Vendaram-nos os olhos e mesmo durante a viagem nos bateram. No aeroporto de Genebra, local escolhido para a troca, estava um avião búlgaro com o soldado israelita e camaradas nossos. Só quando entrámos, já sem correntes, nos autocarros, é que o israelita foi entregue. Quando nos cruzámos este acenou-nos com a mão. Mais tarde percebemos o seu gesto. Tinha sido bem tratado na prisão palestina. Vi-o na televisão suíça a agradecer à nossa organização e aos guardas da prisão a forma como tinha sido tratado. Quase não soube o que é ser prisioneiro. Ainda há pouco tempo li num jornal hebreu a sua descrição da prisão e como ele tinha sido tratado pelos nossos. Tinhão-no guardado numa casa".

## Para onde vai El Salvador?

O golpe de Estado que na madrugada de 15 de Outubro destituiu o general Carlos Humberto Romero, em El Salvador, é unanimemente interpretado pelos observadores como uma resposta à revolução nicaraguense e à situação pré-insurreccional que vivia o pequeno país centro-americano. No entanto, nem toda a oposição avalia da mesma maneira as perspectivas do movimento militar liderado pelos jovens coronéis Jaime Abdul e Adolfo Arnaldo Majano.

Para o arcebispo Oscar Romero, que se tinha convertido no mais destacado porta-voz da oposição, o governo cívico-militar apresenta alguns aspectos positivos, como a liberdade de acção de que agora gozam todos os partidos políticos e organizações populares, e aspectos não positivos, como a negativa em reconhecer a existência de violações massivas aos direitos humanos durante o regime anterior e a demora em cumprir a promessa de libertar todos os presos políticos.

A oposição "legal" à ditadura romerista apoiou unanimemente o golpe. Representantes da iniciativa privada, da democracia-cristã e da social-democracia (Mario Andino, Román Mayorga Quiroz e Guillermo Ungo, respectivamente) integraram a junta de governo, enquanto o Partido Comunista expressou publicamente o seu apoio e aceitou cargos no gabinete.



Os ex-candidatos presidenciais apoiados pelas forças progressistas nas últimas eleições (ambas fraudulentamente ganhas pelo partido militar), Napoleón Duarte e o coronel Ernesto Claramount, também apoiaram o novo governo.

Porém, as três organizações guerrilheiras – o Exército Revolucionário do Povo, as Forças Armadas da Resistência Nacional e as Forças Populares de Libertação, – e as suas organizações de massas, o Bloco Popular Revolucionário, as Ligas Populares e a Frente de Acção Popular Unificada, continuam a manter uma atitude intransigente face ao novo governo.

Estas organizações continuaram a lançar acções armadas e na repressão que se lhes seguiu foram mortos vários dos seus militantes, o que dificulta o diálogo e a pacificação que a Junta diz procurar.

Esta situação gerou profunda perplexidade entre as forças progressistas que esperavam pelo menos um "compasso de espera" por parte das organizações revolucionárias, para avaliar da sinceridade das promessas de reforma agrária, restabelecimento das relações com Cuba, liberdade de organização sindical e libertação dos prisioneiros.

O golpe de 15 de Outubro foi, na realidade, um "golpe dentro do golpe" que se adiantou por poucas horas a outro movimento, de tendência "pinochetista", previsto para esse mesmo dia. Os actuais governantes estimam, assim, ter decapitado as tendências direitistas no exército, já que os principais dirigentes estão hoje no exílio. No entanto, os observadores não põem de lado a possibilidade de um contragolpe reaccionário se a Junta não conseguir consolidar-se nas próximas semanas, obtendo um aplo consenso, ou, pelo menos, uma trégua por parte das organizações armadas.

## Rota das Exportações

O presidente do Uganda, Godfrey Binaisa, revelou a existência de planos de exportação de produtos do seu país através da Tanzânia. Este escoamento será feito pelo porto de Tanga, no Oceano Índico. Ao inaugurar a nova assembleia legislativa, de 127 membros, na primeira quinzena de Outubro, o dirigente ugandês disse que a nova rota comercial levaria os bens provenientes do território de Uganda através do Lago Vitória até ao porto de Musoma, na Tanzânia. Para chegar ao porto de Tanga será necessário construir um trecho ferroviário de 500 quilómetros.

Fontes dignas de crédito indicam que o governo tanzaniano dirigiu um convite a um consórcio japonês para que realize investimentos na linha férrea. Os estudos do terreno foram já feitos, mas espera-se uma decisão final sobre o assunto. A efectivar-se esta rota, a indústria dos transportes quenianos sofrerá um rude golpe, pois, durante anos, foi a via dos produtos exportados e importados pelo Uganda, através do porto de Mombasa.

## Comores

O Ministro dos Negócios Estrangeiros das Ilhas Comores, Ali Mroudjae, reclamou a reintegração de Mayotte, actualmente sob domínio francês, e afirmou que a situação actual pesa grandemente no desenvolvimento do país. Para o governo comorense — declarou o ministro, — não há nenhuma dúvida de que enquanto a Ilha de Mayotte estiver fora do seu controlo, os esforços para o desenvolvimento económico do país estarão votados ao fracasso. Esta afirmação foi feita diante da 34.ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

A França continua a ocupar esta ilha, importante base estratégica no Oceano Índico, apoiando-se num referendo realizado no arquipélago antes da independência, em 1975, e que deu como resultado a permanência do poder colonial. A forma como foi orientada a consulta mereceu a condenação das forças progressistas locais. Mroudjae, recordou que para facilitar a solução deste problema, os comorense restabeleceram suas relações diplomáticas com Paris e modificaram a sua Constituição, concedendo uma maior autonomia a cada uma das ilhas, na perspectiva de reunificação do seu território.

## Uruguai pela democracia

A luta pela democracia no Uruguai incrementou-se nas últimas semanas, dentro e fora do país. No exterior, as organizações de solidariedade intensificaram as campanhas de denúncia, e conseguiram obter a condenação da ditadura — que só teve o apoio dos também condenados regimes do Chile, Argentina e Paraguai, — na reunião da OEA, realizada em La Paz, Bolívia, nos últimos dias de Outubro.

Entretanto, os partidos políticos no exílio procuram novas fórmulas de convergência, que respondam à cada vez mais notória unidade de ação de todos os opositores no interior do país.

Depois da tomada de posição do Partido Nacional, exigindo a democracia e as liberdades públicas — através de carta com trezentas assinaturas de ex-parlamentares e personalidades desse partido, — coube a vez à Igreja e aos "colorados".

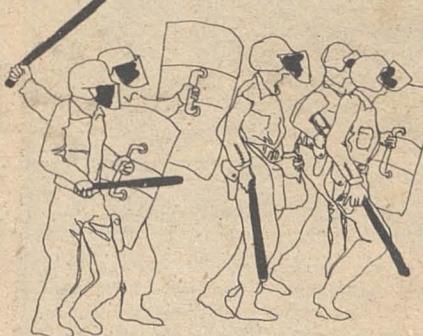
A hierarquia católica, através da sua máxima instância, a Conferência Episcopal, pediu para serem alargados "os limites da actividade sindical para além do

meramente reivindicativo, já que a liberdade e o direito são a única alternativa ante os excessos totalitários". Como é sabido, a central sindical única, a CNT, foi dissolvida após o golpe de Estado de 1973.

O Partido Colorado (ou pelo menos os seus sectores liberais, já que dele provém grande parte dos quadros civis da ditadura) celebrou em Outubro o cinquentenário da morte do líder reformista José Batlle y Ordóñez com uma série de conferências em que o denominador comum foi a exigência de um urgente regresso às fórmulas democráticas. Para além de dirigentes nacionais, participaram no ciclo de palestras o líder dos radicais argentinos, Ricardo Balbín, e o senador do MDB brasileiro, Marcos Freire. "Os desejos de redemocratização — assinalou o político brasileiro, — cumprir-se-ão inapelavelmente, através de uma transição pacífica, como em Espanha, ou então através de rebeliões vitoriosas, como na Nicarágua."

O diário "battlis", *El Dia*, que reproduziu integralmente os discursos, mesmo quando estes falavam de "ditadura" (temo proibido pela censura no Uruguai), foi acusado dias depois de "abusar da liberdade de expressão", por haver incluído como "manchete" de primeira página: "Giambrú afirmou que em 1978 não houve casos de tortura", reproduzindo quase textualmente declarações do delegado do governo uruguai ante o OEA.

Este título acusou o governo, "faz pensar que anteriormente ou posteriormente a 1978, no Uruguai, se tenha registado



algum tipo de tortura" — afirma a nota do governo.

Com fina ironia, *El Dia* replica "que tal interpretação fá-la o comunicado (governamental), não a sugere a crónica".

Anedota esta reveladora do "zelo" de algum censor, que no seu afã de ficar bem ante os seus superiores, não fez senão reafirmar o que é internacionalmente sabido: o Uruguai é a câmara de torturas da América Latina. E nem sequer em 1978 deixou de o ser.

## Estanho e açúcar

A determinação dos Estados Unidos de colocar parte das suas reservas estratégicas de estanho no mercado internacional e o protecçãonismo usado pelos países industrializados contra as exportações de açúcar da América Latina, foram duramente criticados numa recente reunião ministerial do Sistema Económico Latino-Americanano (SELA).

Os ministros das finanças e planificação dos 26 países membros do SELA, na sua última reunião, aprovaram por unanimidade duas decisões sobre os problemas do estanho e do açúcar existentes na região.

A decisão 42 exprime a profunda preocupação dos governos da América Latina perante a determinação norte-americana de colocar uma parte considerável das suas reservas estratégicas de estanho no mercado internacional.

“Este facto – sublinha-se na decisão – constitui um elemento de distorção do mercado de estanho mundial, suscetível de causar prejuízo à economia da Bolívia e de outros países produtores.”



A possível colocação das reservas constituiria um factor de perturbação do mercado e uma ameaça à estabilidade e evolução natural dos preços do metal, assinala a decisão. E acrescenta que a política de colocação de reservas estratégicas de estanho norte-americano no mercado internacional vem prejudicar os esforços dos países em desenvolvimento e desenvolvidos para fixar novos princípios e mecanismos nas relações económicas internacionais, através do estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional, defendida pelas Nações Unidas.

Decide-se, ainda, enviar ao presidente

norte-americano James Carter e às autoridades competentes do Senado, uma mensagem com o texto aprovado.

Quanto à decisão sobre o açúcar, ela assinala que os países industrializados mantêm uma política protecçãonista e restritiva das exportações dos países em desenvolvimento, medidas que afectam seriamente o desenvolvimento económico e social dos países da América Latina. Recorda-se que o açúcar constitui um produto de especial importância para esta região, pelo seu peso específico nas exportações latino-americanas, e exorta-se esses países industrializados a contribuir de modo positivo para a aplicação da convenção internacional sobre este produto, de interesse vital para a economia da região.

Finalmente, a decisão recomenda ao Conselho Latino-Americano do SELA que transmita estas preocupações às autoridades competentes da Comunidade Económica Europeia (CEE) e aos Estados Unidos.

## Peru

### Energia Solar para comunicações

O Peru será o primeiro país sul-americano que utilizará a energia solar para ligar cidades, mediante um sistema de micro-ondas, quando for aplicado um projecto de comunicações entre várias cidades das regiões amazónicas.

O projecto, para além de resolver o problema das comunicações numa zona geograficamente difícil (mas com uma importância económica cada vez maior), dará ao Peru o domínio de uma tecnologia exportável para países com zonas tropicais semelhantes à Amazónia.

O novíssimo sistema ficará operacional em Julho do próximo ano, de acordo com as informações prestadas por Jorge Menacho, director geral da Entel-Peru, empresa estatal que tem a seu cargo as comunicações nacionais e internacionais e formada após a nacionalização das empresas telegáficas *West Coast* e *All América*. A Entel-Peru dedica-se actualmente às comunicações via satélite. O primeiro canal de comunicações por micro-ondas actuadas por energia solar funcionará entre a cidade mineira de Cerro de Pasco e

Pucallpa, o mais importante porto fluvial da zona centro da selva peruana.

Este primeiro canal constitui parte de um ambicioso programa que envolve toda a Amazónia, 60 por cento do território do Peru, mediante um circuito de micro-ondas com mais de três mil quilómetros de comprimento e um total de 60 estações retransmissoras alimentadas por energia solar.

Menacho afirmou que os estudos técnicos e económicos demonstraram que o sistema tem uma margem de precisão, eficiência e confiança da ordem dos 99,99 por cento.

Serão utilizadas células solares construídas com bases em céssio, mineral que tem grande capacidade de absorção e retenção da energia solar. Este sistema permitirá reduzir os custos dos investimentos e sobretudo de operação, porque o único combustível usado é a luz solar. Calcula-se que os investimentos necessários para aplicar todo o projecto são da ordem dos 13 milhões de dólares.

O projecto inclui a ligação das regiões de Yurimaguas-Tarapoto-Iquitos, na zona norte da selva peruana, bem como a comunicação entre Pucallpa e Iquitos, desde o norte, e Porto Maldonado, no sul, até à sua interconexão com o Brasil.

## Venezuela a crise parlamentar

O Parlamento venezuelano não constitui, na tradição histórica do país, um órgão de decisão verdadeiramente significativo. É no entanto, uma instância que desempenha o seu papel na democracia daquele Estado, visto ser o principal cenário de confronto – e de diálogo, – das diferentes forças políticas e caixa de ressonância para os mais relevantes assuntos da problemática nacional.

Um pedido de crédito extraordinário por parte do governo de Luis Herrera Campins para fazer face à dívida deixada pela gestão anterior, originou recentemente, no Parlamento, uma conjuntura muito particular em que as diferentes formações políticas avaliaram as suas forças.

O partido Acção Democrática (AD), que saiu vencido das recentes eleições presidenciais e municipais, opôs-se à iniciativa. No entanto, num momento crucial dos debates sucedeu algo de inesperado: o governo iniciou conversações com a esquerda, conseguindo assim a maioria para a votação dos referidos créditos.

Perante esta situação, os representantes da AD decidiram retirar-se, em bloco, do Parlamento, ameaçando recorrer ao Supremo Tribunal a fim de obter a anulação das medidas adoptadas.

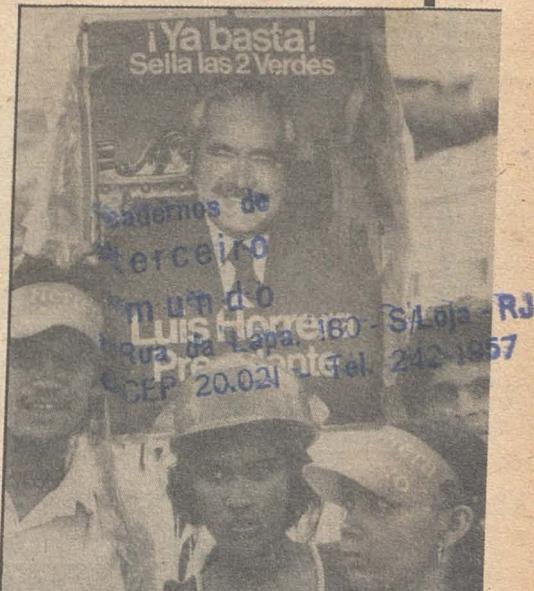
Como se pode supor, esta situação originou uma grave crise, talvez a mais séria que recorda a história recente do Parlamento venezuelano e as suas repercussões não ficam, naturalmente, restringidas ao Congresso.

Estes acontecimentos reflectem os diferentes interesses que se movimentam no plano político. Não faltou quem se apressasse a vaticinar o enfraquecimento irreversível do sistema democrático e até a possibilidade de ruptura institucional. Mas prevalece o consenso de que "a pior democracia é sempre preferível a um governo ditatorial".

No plano político, são várias as consequências da votação parlamentar. Por um lado, a Acção Democrática conseguiu desviar a atenção dos seus problemas internos: a luta pelo poder dentro do partido, polarizada entre o ex-presidente Carlos Andrés Pérez e o velho dirigente conservador Rómulo Betancourt.

O COPEI (partido do governo – democrata-cristão) surge dividido perante a

PANORAMA  
TRICONTINENTAL



iniciativa tomada pelo presidente Herrera Campins de aproximar-se da esquerda. Tal atitude está a ser combatida pelos sectores mais conservadores que preferem uma aliança com a AD e não com a esquerda parlamentar. Esta é a posição do ex-presidente Rafael Caldera.

No que respeita à esquerda, especial-

mente o Movimento para o Socialismo, (MAS), ela afirmou a sua posição de força ao colocar uma cunha entre os dois partidos tradicionais rompendo, pelo menos momentaneamente, a polarização AD-COPEI que tem dominado a política do país nos últimos 20 anos, se bem que alguns sectores tenham mostrado as suas discordâncias em relação a esse acordo tácito.

É de prever que este pacto implícito entre a esquerda e um sector do COPEI não seja duradouro, sobretudo pela difícil crise conjuntural que a Venezuela atravessa, face à ameaça inflacionária e à recente liberalização dos preços de uma série de produtos. Certamente que, na perspectiva de um aumento da mobilização dos trabalhadores, em busca de melhores condições de vida, a esquerda não desejará estar aliada ao governo responsável por estas medidas antipopulares.

No entanto, o facto em si mesmo é um marco na política venezuelana e abre novas perspectivas de trabalho e de consolidação de uma esquerda cada dia com maior presença na vida nacional.

## Solidariedade com a causa independentista de Porto Rico

À hora que encerramos esta edição dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, está a ter lugar, na Cidade do México, a Segunda Conferência In-

ternacional de Solidariedade com a Independência de Porto Rico.

Como é sabido, "Porto Rico converteu-se numa fortaleza militar norte-americana", onde aquela potência imperialista "dispõe de modernos e sofisticados armamentos que põem em perigo a paz e a segurança internacional". A partir dessas estratégicas ilhas, o imperialismo norte-americano "preparou a agressão contra a Guatemala, ameaçou a Venezuela, invadiu a República Dominicana, preparam acções subversivas contra Cuba e treinou a Marinha de Guerra que bombardeou o heróico povo do Vietnam. É exemplar a luta que o povo da ilha-município de Vieques trava por erradicar do seu solo a Marinha de Guerra norte-americana" – afirma o comunicado convocatória desta Segunda Conferência Internacional.

Segundo recorda o comunicado, "As Nações Unidas reconheceram a condição colonial de Porto Rico". Mas, "o governo dos Estados Unidos procura disfarçá-la agora através da celebração em 1981 de um espúrio plebiscito contra a vontade do povo-riquenho e da opinião internacional, em flagrante violação da resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU, que exige a total transferência de poderes soberanos para os povos sob dominação colonial; direito especificamente reconhecido à nação porto-riquenha por aquele alto organismo internacional".



# ECONOMIA

## Nova Ordem Internacional



*O consenso existente, a nível internacional, sobre a necessidade de instauração de uma nova «ordem» mundial, levou até Lisboa vários especialistas na matéria e conhecidas personalidades, para participarem numa mesa-redonda.*

**E**STABELECER uma ordem, não só económica, mas também social, cultural e política, é o único caminho que temos para resolver a crise que

caracteriza esta época". Esta, uma das afirmações de maior repercução, e que por si só constitui uma síntese do que se

passou na mesa-redonda promovida pelas autoridades portuguesas, com o patrocínio da UNESCO, e que se realizou em

Lisboa, entre 24 e 26 de Outubro findo.

O responsável por aquela afirmação é Luis Echeverria, ex-presidente da República do México e actual embaixador daquele país na Austrália e Nova Zelândia. Echeverria, que também faz parte do Conselho Executivo da UNESCO, pronunciou um discurso considerado "chave", entre os de vários oradores de elevado número de países.

A necessidade da instauração de uma Nova Ordem Internacional (bem como a noção que lhe está na base), embora fosse já conhecida e sentida por grande número de países, só viria a ser equacionada como tal em 1974, am plena Assembleia Geral das Nações Unidas.

#### DESEQUILÍBRO DE CRESCIMENTOS

Sobretudo, ela resultou da conclusão a que os países dependentes chegaram, de que o atraso e o subdesenvolvimento em que viviam era consequência directa do tipo de desenvolvimento praticado por alguns países: exactamente aqueles de quem estavam dependentes. Desenvolvimento que assenta nos ritmos de crescimento dos países industrializados, que usufruíam de um elevado bem-estar, e onde a "Civilização do Consumo" atingiu níveis mais desmedidos.

Esse tipo de crescimento, como referiu Luis Echeverria, "enquanto fenómeno de expansão económica, tem o seu melhor momento entre 1950 e 1973, quer dizer, entre o começo da reconstrução europeia e o início da elevação dos preços do petróleo".

"Contudo", prosseguiu, "o que conhecemos como uma das maiores etapas da propriedade industrial, caracterizou-se pelo agravamento da transferência da mais-valia dos sectores submetidos e explorados para os centros de dominação".

"Com efeito, entre 1950 e 1973, o desenvolvimento dos grandes pólos económicos caracteriza-se pela criação de um fosso entre os países industrializados

e os países periféricos da área subdesenvolvida. O conflito que surgiu entre as esperanças da descolonização e a continuação do domínio pela via do neocolonialismo, fez do problema da desigualdade um assunto que afecta a vida interna das nações e as relações internacionais."

#### NOVA ORDEM, IMPERATIVO MUNDIAL

De facto, estas palavras de Echeverria ilustram de uma forma clara a situação que levou alguns países a desenvolverem esforços no sentido de um reequilíbrio mundial, e cuja caminhada teve em Lisboa uma escala. Abertamente apoiada, pela primeira vez, pelas mais altas autoridades de um país da Europa Ocidental, esta mesa-redonda foi a demonstração evidente da importância que a discussão daquele tema tem hoje no Mundo.

Referindo que "todas as negociações já iniciadas a nível mundial, no sentido de alterar algumas relações económicas internacionais, apenas atingiram resultados medíocres, para não dizer que redundaram em fracasso", o director-geral da UNESCO, Amadou M'Bow, afirmaria que "os homens têm os meios de fazer do Planeta um lugar de prosperidade e de solidariedade onde poderiam enfim, reinar a paz e a justiça".

"Os factores que favorecem a instauração de uma nova ordem são simultaneamente racionais e éticos" — acrescentaria Amadou M'Bow. "A construção de ordem baseada no respeito mútuo e na igualdade de oportunidades para todos surge, cada vez mais, como uma exigência objectiva e como um imperativo mundial."

Noutra significativa passagem do seu discurso, o director-geral da UNESCO diria que se torna "cada vez mais evidente, que os mecanismos que comandam actualmente o que se convencionou chamar "Mercado Mundial" não permitem nem evitar graves crises nos países industrializados, nem dar aos países

do Terceiro Mundo a possibilidade de ultrapassar as carencias que mantêm na pobreza a maior parte das suas populações".

#### ROTURA COM "VELHA ORDEM"

Mas, o estabelecimento de uma "Nova Ordem Internacional" poderá assentar em algo mais. Na opinião do tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução de Portugal, e presidente da respectiva Comissão Constitucional, a Nova Ordem passará pela criação de um novo "bloco histórico", e exige transformações estruturais que implicam uma rotura com a "Velha Ordem".

"O conhecimento científico e tecnológico, instrumento cada vez mais privilegiado de dominação deve ser considerado património comum de todos os povos" afirmaria a propósito. "A Nova Ordem Internacional exige, como factor estratégico, a redistribuição do saber a nível mundial".

Para Ki-Zerbo, membro do Conselho Executivo da UNESCO e ex-embaixador do Alto Volta naquela organização das Nações Unidas, "o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem um par dialéctico, que permite pôr em relação o intra e o internacional, e chegar à conclusão de que o sistema de crise que vivemos não está na sociedade mas sim na própria Civilização".

Manifestando a opinião de que tal crise será tão profunda que é impossível chegar, por consenso, à resolução dos problemas que afligem a Humanidade, Ki-Zerbo mostrou-se favorável à tese sobre a necessidade de proceder por conflito, por ruptura, a fim de "não reformular apenas o superficial, mantendo a desordem actual".

Presidindo à sessão de encerramento da mesa-redonda de Lisboa, este diplomata africano, apontou também para a necessidade de uma reforma institucional das Nações Unidas, no sentido da sua descentralização e regionalização.

A história do Panamá como "Ponte do Mundo" inicia-se em 1513, quando Vasco Núñez de Balboa atravessa o istmo centro-americano e chega ao "Mári do Sul", isto é, ao Oceano Pacífico.

O Panamá separou-se sem violência da Espanha em 1821, incorporando-se na Grã-Colômbia, juntamente com o Equador, Venezuela e Colômbia. Desde 1841 foi parte integrante da Colômbia, como departamento. Em 1902 os Estados Unidos negoceiam a compra dos direitos e bens da companhia francesa, que desde há anos havia paralisado as obras de construção de um canal interoceânico, e apresentam à Colômbia condições inaceitáveis para terminar a obra.

Recusadas estas, Washington estimulou o movimento separatista panamiano, reconhecendo de imediato a independência proclamada em Novembro de 1903, e impondo à jovem República condições ainda mais duras (concessões de soberania "à perpetuidade" sobre o canal e zona adjacente) por meio de um Tratado que assinou, em nome do Panamá, um aventureiro francês que abusou do seu mandato.

A "Zona do Canal" traz aos Estados Unidos lucros incalculáveis, mais pela portagem cobrada, pela poupança de tempo

e distância, que permitiu unir a Califórnia à costa este do país, e consolidar assim a expansão do nascente império capitalista. As bases militares norte-americanas no Panamá são, além disso, uma ameaça para a América Latina, e o centro financeiro criado no istmo, uma plataforma para a expansão das transnacionais.

A luta pela soberania conseguiu unir os panamianos a consolidar um sentimento nacional, desvirtuado por décadas, de penetração cultural norte-americana. Paralelamente, o governo de Torrijos iniciou um processo de transformação, em busca de uma ordem social mais equitativa e uma efectiva participação popular, canalizada através da Assembleia de *Corregimientos* (municípios). Destacam-se neste plano a Reforma Agrária, a Educação, a exploração com critério nacionalista do cobre, e a "guerra das bananas", contra as transnacionais da fruta para conseguir um tratamento mais justo.

Após anos de árduas discussões assinou-se, em Setembro de 1977, o Tratado Torrijos-Carter, que revoga o anterior, prevé que o Canal seja totalmente panamiano no ano 2000, e erradica gradualmente a Zona e as bases. Em emendas introduzidas pelo Senado norte-americano, agregaram-se-lhe concei-



tos lesivos à soberania panamiana, que outorgam aos Estados Unidos o direito a intervir "em defesa do Canal" mesmo após a expiração do Tratado, a 31 de Dezembro de 1999.

"Eles podem intervir - explicou Torrijos, - mas quando chegarem encontrarão um canal destruído". A extrema vulnerabilidade das obras às sabotagens faz que, efectivamente, a sua defesa só possa ser assegurada pelos panamianos. A partir da assinatura do tratado iniciou-se no Panamá um processo de institucionalização, com a criação do Partido Revolucionário Democrático, e a eleição do ex-ministro da Educação, Arístides Royo para a presidência, que deverá continuar o processo de mudanças iniciado por Omar Torrijos.

Finalmente, após várias tergi-versações do Congresso norte-americano, o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale devolve oficialmente a 1 de Outubro de 1979, ao governo panamiano a soberania sobre o Canal. No entanto, Washington continuará a controlar a Zona através de seis bases militares e dumha comissão administrativa mista composta por cinco norte-americanos e quatro panamianos, que estará em funções até ao ano 2000.



## PANAMÁ

**A terra:** 77 082 km<sup>2</sup>. **O povo:** 1 825 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** panamiano. **Idiomas:** espanhol (oficial). **Religião:** católica (95 por cento). **População urbana:** 52,4 por cento (1978); 56,8 por cento (zona do Canal). **População economicamente activa:** 598 000. Destes, 37 por cento dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 3,1 por cento. No ano 2000 serão 3 milhões. **Esperança de vida:** 66 anos. **Mortalidade infantil:** 2,8 por cento por mil. Um médico por cada 1 238 habitantes (1975). **Analfabetos:** 20,7 por cento (1977). **População estudantil:** 29 por cento. **O Estado:** República de Panamá. **Capital:** Cidade do Panamá, com 500 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 3 de Novembro, Independência (1903). **Governo:** Artístides Royo, presidente; general Omar Torrijos, comandante da Guarda Nacional. O processo de institucionalização aberto em 1978, depois da aprovação dos tratados sobre o Canal, inclui a legalização de todos os partidos políticos e o início de um processo de reforma institucional.



**E**M Dezembro de 1492, Cristóvão Colombo chegou à Ilha Quisqueya, que baptizou de Hispaniola, e com os restos de uma das suas naves construiu um forte, iniciando assim a colonização europeia da América.

Grande produtora de açúcar e numa posição chave para controlar o comércio de México e do Peru com a Europa, a Hispaniola é cobiçada pelos restantes imperialismos. Em 1586, o pirata inglês Francis Drake, saqueia a sua capital e, em 1697, os franceses ocupam a metade ocidental (Haiti) e, posteriormente, toda a ilha, parcialmente reconquistada pela Espanha em 1809, quando nela já se havia estabelecido a primeira república negra do Mundo.

A actual República Dominicana mudou de mãos sucessivamente entre os haitianos, os espanhóis e os dominicanos separatistas, até que, em 1865, estes últimos ratificaram a sua independência após uma tentativa de regresso à Coroa espanhola.

Por essa época os Estados Unidos, já recuperados da sua guerra civil, começaram a expandir o seu império capitalista sobre as Antilhas. Em 1907 impõem ao país um tratado de índole económico-político que prenuncia a "diplomacia do dólar". Valendo-se desse tratado, invadem-na em 1916, e impõem-lhe um protectorado que se estenderá até 1924. Recupe-

rada a autonomia, Rafael Leonidas Trujillo, Chefe de Estado-Maior da Guarda Nacional (criada e treinada pelas forças ianques de ocupação), assalta o poder em 1930 e governa ditatorialmente — por vezes sem ocupar nominalmente a presidência, — com a ajuda e o apoio de Washington. Os seus crimes foram tantos e tão monstruosos que, finalmente, tornou-se desagradável para os próprios Estados Unidos, a CIA organizou o seu assassinato em Maio de 1961.

Após uma rebelião popular, em 1963 realizam-se as primeiras eleições democráticas do país, nas quais é eleito presidente o escritor Juan Bosch. Sete meses depois outro golpe derruba-o, restituindo o poder aos mesmos militares da ditadura trujilista. Em Abril de 1965 estala a rebelião constitucional encabeçada pelo coronel Francisco Caamaño Deñó. Alegando simpatias "castro-comunistas", os Estados Unidos voltam a intervir em Maio, com os seus marines.

*A oposição nacionalista tenta diversas vias de resistência e,*

## república dominicana

em 1973, Francisco Caamaño morre quando dirigia um grupo guerrilheiro. O Partido Revolucionário de Juan Bosch divide-se, e a sua ala direita, encabeçada pelo proprietário António Guzmán, elimina do seu programa as principais medidas reformistas. Torna-se assim "aceitável" aos olhos do Departamento de Estado, e quando em 1978 o PRD triunfa nas eleições, os Estados Unidos pressionam, em nome da sua política de direitos humanos, para que se respeite a vontade popular (diz-se que foi uma chamada telefónica do "Comando Sul" instalado na Zona do Canal do Panamá que travou um golpe pós-eleitoral favorável a Balaguer).

O governo de Guzmán propõe-se restabelecer as garantias constitucionais, lutar contra a corrupção e regulamentar o investimento estrangeiro.

O novo clima de liberdade democrática favorece as forças nacionalistas e progressistas. Em 1979, pela primeira vez em várias décadas, o 1.º de Maio foi comemorado em conjunto por todas as centrais sindicais.

### REPÚBLICA DOMINICANA

**A terra:** 48 734 km<sup>2</sup>. **O povo:** 5 125 000 habitantes em 1978. **Género:** dominicano. **Idiomas:** espanhol (oficial). **Religião:** católica (oficial). **População urbana:** 48,5 por cento (1978). **População economicamente activa:** 1 444 000. **Destes, 58 por cento dedicam-se à agricultura.** **Crescimento anual:** 2,9 por cento. **No ano 2000 serão 9 milhões.** **Esperança de vida:** 58 anos. **Mortalidade infantil:** 43 por mil. **Um médico por cada 1947 habitantes (1975).** **Analfabetos:** 31,9 por cento (1978). **População estudantil:** 20 por cento. **Universidades:** 6 com 42 248 estudantes (1973). **O Estado:** República Dominicana. **Capital:** Santo Domingo, com 920 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 27 de Fevereiro, Independência (1844). **Governo:** António Guzmán, presidente; anunciou a sua decisão de introduzir reformas constitucionais que impeçam a reeleição. **Decreto:** amnistia geral e extinguiu a lei que proscria aos partidos de esquerda no país. **A economia:** 3744 milhões de dólares de PNB, em 1976. Com origem em agricultura, 21 por cento; indústria, 32 por cento; serviços, 47 por cento (1976). **Crescimento anual do PNB:** 8,9 por cento real; 5,8 por cento per capita (1970-76). **PNB per capita:** 780 dólares, em 1976. **Rendimento anual de um operário:** 86 dólares (1974). **Desemprego:** 14 por cento (1975). **Moeda:** peso; 1 por dólar (Abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 8,9 por cento (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 203,8 em Outubro 1978.



# ruanda

**H**ABITADA desde remotas épocas pelas étnias **hutu** e **tusas**, a meseta de suaves colinas donde nascem os grandes rios africanos, o Congo e o Nilo, foi invadida no século XV pelos guerreiros e pastores **tutsis** (ou **watusis**), procedentes da Etiópia. Dominando a população local, os **tutsis** estabelecem um reino feudal, cujas estruturas não foram alteradas pelo colonialismo alemão que se instalou na região em 1897, criando a África Oriental Alemã, que abrangia também o Burundi.

Após a I Guerra Mundial, o território — com o nome de Ruanda-Urundi — passou para as mãos da Bélgica, que o administrava a partir do Congo (actual Zaire). Organizados no **Parmehutu** (Partido do Movimento de Emancipação **Hutu**), os agricultores revoltam-se contra a monarquia **tutsi**, ganham as eleições supervisionadas pelas Nações Unidas de 1961 e proclamam a República em 1962, separando-se do vizinho Burundi.

O feudalismo **tutsi** foi abolido, e a terra repartida em parcelas segundo um modelo de propriedade privada de estilo

capitalista. Mas isso não conseguiu criar uma verdadeira unidade nacional, nem superar as diferenças raciais.

Falho de bases ideológicas, o **Parmehutu** organiza a sociedade com critérios racistas, os **tusas** (uns 40 mil no total) ocupam-se das tarefas artesanais; os **tutsis** do gado e a propriedade das terras está reservada aos **hutus**. Neste sistema quase não há lugar para o desenvolvimento urbano, como o testemunha a pequenez de Kigali, a capital. O próprio presidente, Gregoire Kaybanda, dava o exemplo, cultivando ele mesmo a sua parcela. Resultado: toda a gente se auto-abastecia de alimentos, praticamente não havia comércio, nem o que fazer com os excedentes.

Nos fins da década de 60 tentou-se solucionar o problema reintroduzindo o cultivo do café, cujas plantações haviam sido queimadas em 1959 por se as considerar (não sem razão) uma imposição do colonialismo. A nova orientação não solucionou os problemas económicos do Ruanda, mas agravou os sociais, criando uma burguesia rural que, agravando as divisões e res-



sentimentos étnicos, originou novas explosões de violência.

Nestas circunstâncias não podia deixar de despertar esperanças o golpe de Estado que, encabeçado pelo jovem coronel Juvenal Habyarimana, derrubou Kaybanda a 5 de Julho de 1973. Habyarimana, que até então desempenhava o cargo de Ministro da Defesa, dissolveu o **Parmehutu**, encarcerou Kaybanda (que morreu pouco depois) e iniciou um esforço diplomático que reconciliou o Ruanda com os países vizinhos, com quem as relações era tensas durante a "monarquia presidencial" do seu antecessor.

Outro aspecto positivo do novo Governo é, sem dúvida, o de ter conseguido apaziguar as tensões raciais. Contudo, as promessas de "reestruturar o meio rural" nunca chegaram a se cumprir, como também não se enfrentaram com decisão as causas do subdesenvolvimento, que fazem do Ruanda o país mais pobre do Mundo.

Mas a vontade de impulsionar mudanças radicais parece ausente do regime de Habyarimana, que nos últimos tempos se revelou um entusiasta "francófilo", alinhando a política externa com a do Zaire e apoian- do os projectos neocolonialistas de Paris no continente.

## RUANDA

**A terra:** 26 338 km<sup>2</sup>. **O povo:** 4 500 000 habitantes em 1978. **Géntílico:** ruandês. **Idiomas:** Kynya, rwanda e francês (oficiais). **Religião:** a maioria professa o culto ao deus "Imaná". **População urbana:** 4 por cento. **População economicamente activa:** 2 376 000. Destes, 91 por cento dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 2,8 por cento. No ano 2000 serão 8 milhões. **Esperança de vida (1975):** H: 39, M: 43. **Mortalidade infantil:** 127 por mil. Um médico por cada 53 012 habitantes (1975). **Analfabetos:** 77 por cento (1975). **População estudantil:** 12 por cento. **Universidades:** 1 com 1573 estudantes (1973). **O Estado:** República Ruandesa. **Capital:** Kigali, com 60 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 1 de Julho, Independência (1962). **Governo:** General Juvenal Habyarimana, presidente. **A economia:** 460 milhões de dólares de PNB, em 1976. Com origem em agricultura, 59 por cento; indústria, 41 por cento e indústria mineira, 4 por cento (1974). **Crescimento anual do PNB:** 0,3 por cento, real; - 2,9 por cento, per capita (1970-76). **PNB per capita:** 110 dólares em 1976. **Moeda:** franco rwandês, 928,4 por dólar (Abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 10,6 por cento (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 199 em 1976.





## república árabe saraui democrática

**A**INDA que a Espanha tinha chegado tarde à partilha colonialista da África, uma vez destruído o seu império americano, não deixou de se interessar pelo continente negro, conseguindo instalar-se em dois enclaves, no da Guiné Equatorial e no do Sahara, cujas costas ocupou em 1884.

O interesse espanhol no Sahara era fundamentalmente militar, já que as costas cobriam o flanco das Ilhas Canárias e a retaguarda de Marrocos, disputado nessa época entre Madrid e Paris. Os "homens azuis" do deserto travam nos anos 20 uma intensa luta guerrilheira contra os propósitos dos colonialistas em penetrarem nas províncias de Saguia el-Hamra e Rio do Ouro, até que em 1935 a Legião Estrangeira espanhola culmina a ocupação. Nos anos seguintes, Marrocos e o Sahara servirão de base às tropas franquistas para a sua agressão contra a República.

A independência dos restantes países árabes do Maghreb (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia) dá um novo estímulo aos nacionalistas saraui, que fundam em 1967 o movimento Al Muslim e em

1968 a Frente de Libertação do Sahara. Manifestações nacionalistas pacíficas realizadas em Junho de 1970 em El Aiún e no mercado de caravanas de Zemla foram sangrentemente reprimidas, o que convenceu os dirigentes mais lúcidos da inevitabilidade da luta armada.

Assim, a 10 de Maio de 1973, constitui-se a Frente Popular de Libertação de Saguia el Hamra e Rio do Ouro (Frente POLISÁRIO), sob a condução do mártir Mustafá al Uali, posteriormente morto em combate. Dez dias depois, a Frente POLISÁRIO ataca com êxito um posto militar da ocupação espanhola, iniciando a guerra de libertação que se prolonga até hoje.

Pressionado pela guerra e por sucessivas resoluções das Nações Unidas em favor da independência saraui e, contra a farsa de considerar o território como "província espanhola do ultramar", o governo franquista aceita o princípio da autodeterminação. Cria então um movimento falso, o PUNS (Partido da União Nacional Saraui), para assegurar uma solução nacionalista. Na altura já se tinham descoberto os enormes jazigos de fosfatos de Bu-Craa e suspeitava-se da existência de ferro, petróleo, gás natural e urâno que, com a riqueza pesqueira das costas, dava um novo interesse económico ao território.

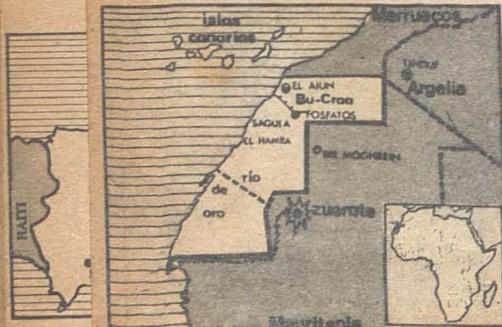
A Yemaa (Assembleia) Saraui, instituição consultiva do colonialismo que devia legitimar a manobra, não se presta a estes desígnios e pronuncia-se majoritariamente pela Frente POLISÁRIO. Ao retirarem-se as tropas espanholas, esta proclama em território libertado a República Árabe Saraui Democrática em 27 de Fevereiro de 1976, imediatamente reconhecida por muitos países. A resposta dos invasores mauritano-marroquinos é o bombardeamento com napalm das populações civis, o que obriga centenas de milhares de saraui a um êxodo maciço para os campos de refugiados na vizinha e solidária Argélia.

A guerra cessou desde então e os eficazes ataques do Exército de Libertação Saraui paralisaram a produção de fosfatos levando a guerra ao interior mesmo de Marrocos e da Mauritânia (o que provocou o derrube de Ould Daddah em Julho de 1978) e só poderam ser contidos, durante 1978, pela intervenção de oficiais e pilotos franceses do lado dos agressores.

Contudo em 1979 a Frente POLISÁRIO ampliou consideravelmente o número de países com os quais tem relações diplomáticas, isolou politicamente Marrocos e, finalmente, firmou com o governo mauritano um tratado de paz pelo qual este renuncia a toda a reivindicação territorial sobre o Sahara.

### SAHARA

A terra: 286 000 km<sup>2</sup>. O povo: 1 000 000 habitantes em 1979. Gentílico: saraui. Idiomas: árabe (oficial), espanhol. Religião: islâmica. População urbana: 45,1 por cento. Crescimento anual: 2,9 por cento. Mortalidade infantil: 5 por mil. Analfabetismo: foi erradicado entre a população organizada pela Frente Polisário. População estudantil: 11 500 crianças estudam nas escolas da Frente. 7000 jovens estudam no estrangeiro. O Estado: República Árabe Saraui Democrática. Capital: El Aiún com 25 000 habitantes (1977). Festa nacional: 27 de Fevereiro, Independência e Proclamação da República (1976). Governo: Mohamed Lamín, primeiro-ministro. A Constituição de 26 de Agosto de 1976 atribui ao Conselho de Comando Revolucionário amplos poderes políticos e militares.





pretende completar  
a sua coleção dos  
cadernos do  
**terceiro  
mundo?**

dirija-se, por carta, à  
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.  
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.  
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*  
Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*  
Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*  
Livraria Bento Jesus Caraça — R. Alcârcova de Baixo, 13 *Évora*  
Livraria Populr de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*  
Interlivro — R. Pedro Nunes, 9-A *Lisboa*  
CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*  
Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelimane, 3-C *Lisboa*  
Livraria 18 de janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Marinha Grande*  
Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*  
Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*  
Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*  
Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*  
Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

OU  
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*

